O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875 • JULIO MESQUITA (1862—1927)  150 ANOS Terça-feira 17 de JUNHO de 2025 • R$ 7,00 • Ano 146 • Nº 48090 | estadao.com.br

Guerra no Oriente Médio __A11

Israel diz dominar espaço aéreo do Irã; população foge de Teerã

__ *Exército israelense e Trump alertam que iranianos devem sair da capital*

MATIN HASHEMI / AP



Sepultamento de suposta vítima de ataque israelense em Tabriz, no noroeste do Irã: ontem os bombardeios foram intensos, de lado a lado

No quarto dia de intensa troca de bombardeios entre Israel e Irã, militares israelenses disseram ter conquistado "total superioridade aérea" sobre os iranianos. Uma série de alertas do Exército israelense para que a população se retire provocou fuga em massa de Teerã – Donald Trump também afirmou que os moradores deveriam deixar a capital iraniana "imediatamente". Por causa do conflito, o presidente dos EUA deixou a cúpula do G-7, no Canadá, um dia antes do previsto. A TV estatal do Irã interrompeu transmissões após bombardeio. Em Israel, 8 pessoas morreram, elevando o número total de vítimas para 22, com 600 feridos. Apesar do poder israelense de interceptação de mísseis, ataques iranianos continuaram a provocar impacto. Um míssil balístico hipersônico teria sido disparado pelo Irã. O premiê israelense, Binyamin Netanyahu, não descartou a possibilidade de assassinar o aiatolá Ali Khamenei.

The Economist __A12
O preço da guerra para iranianos e israelenses

Teerã recorre aos EUA em busca de diálogo

O *The Wall Street Journal* informou que Teerã teria sinalizado urgência na busca do fim das hostilidades e a retomada das negociações com os EUA sobre seu programa nuclear. __A11

E&N Tributo __B1 e B2

Câmara aprova urgência para anular efeitos de decreto que eleva o IOF

Mérito do projeto não tem data para ser votado. Presidente da Câmara diz que conversa com o governo para encontrar alternativas ao imposto.

Notas e Informações __A3
É tudo pelas emendas

'Gilmarpalooza' __A10

CEOs de empresas com ações no STF irão a evento de Gilmar Mendes

Organização de fórum em Lisboa diz que convites são "exclusivamente" para palestras.

Saúde __A13

Em São Paulo, 97% das cidades não atingiram metas de vacinação em 2023

Levantamento indica problemas em todo o País desde 2015, agravados na pandemia.

Eliane Cantanhêde __A9
Lula vai arriscar em 2026?

Pedro Fernando Nery __B4
Haddad tucanou a alta da carga tributária

Demi Getschko __B16
Paradoxos e cacoetes no debate sobre as redes

Violência em SP __A17

Assaltos fazem comércio fechar rua do Itaim para motos; Prefeitura reabre

Em um ano, crimes subiram 38,7% em trecho da Rua José Gonçalves de Oliveira. Liberação ocorreu após multa.

TABA BENEDICTO / ESTADÃO



Proposta no Parlamento __A15
Portugal planeja limitar imigração e cidadania

Futebol __A19
Zubeldía deixa o São Paulo; clube negocia volta de Crespo

C2 Teatro __C1 e C3
'Sou sonhador e realista. Não sofro. Vivo o dia a dia', diz Nanini



Edição de hoje
3 CADERNOS – 44 páginas

Caderno A Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Saúde, Esportes, Para fechar... E&N Destacar Economia & Negócios

C2 Cultura & Comportamento, A fundo

Tempo em SP
16° Mín. 21° Máx.

ISSN - 1516-2931

Eufrázio

ROSEANN KENNEDY
COM EDUARDO BARRETTO E IANDER PORCELLA (INTERINO)
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO



Coluna do Estadão

Primeiro alistamento militar feminino voluntário do Brasil já recebeu 32 mil inscrições

Pelo menos 32 mil mulheres se inscreveram no primeiro alistamento feminino voluntário do País, segundo dados obtidos pela *Coluna* com o Ministério da Defesa. As inscrições vão até o próximo dia 30. Ao todo, serão oferecidas 1.465 vagas nas Forças Armadas em todas as regiões brasileiras para candidatas que completam 18 anos em 2025. Desse contingente, 70% serão no Exército, 20% na Aeronáutica e 10% na Marinha. As selecionadas atuarão a partir de março de 2026 nas patentes iniciais das Forças: como soldados no Exército e na Aeronáutica, e como marinheiros-recrutas na Marinha, feito inédito. Hoje, há cerca de 37 mil mulheres militares no Brasil, o que equivale a 10% do efetivo total. Esse grupo ainda não participava do alistamento geral no começo da carreira.

• **PANE SECA.** Integrantes da caserna têm reclamado do baixo orçamento e alertam para o risco de faltar verba para combustível de aviões nas próximas semanas. A dificuldade nas contas se agravou no início do mês, quando o governo Lula congelou R$ 2,6 bilhões do Ministério da Defesa.

• **ALERTA.** O agronegócio brasileiro acompanha com preocupação a escalada do conflito entre Israel e Irã. Representantes de entidades exportadoras disseram à *Coluna/Broadcast* que enxergam encarecimento imediato dos fretes marítimos e de fertilizantes.

• **CONSEQUÊNCIAS.** O setor avalia que haverá mudanças em rotas das transportadoras marítimas, com o objetivo de minimizar o risco de passagem por locais com troca de ataques. Essas alterações no deslocamento devem ter impacto no preço do frete. No caso dos adubos, o custo maior é resultado da instabilidade para a produção.

• **PLANO.** A Embaixada de Israel no Brasil voltou a abrir as portas ontem, mas com medidas adicionais na segurança e um número reduzido de funcionários. Na sexta-feira, 13, a representação em Brasília foi fechada depois que o país atacou instalações nucleares do Irã e deflagrou um conflito que se aproxima de 250 mortos.

• **MOTIVO.** Não foi à toa que o ministro da Casa Civil, Rui Costa, foi escalado ontem para reunião com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann. Para além da discussão do IOF, Rui estava lá para fazer apelo pela manutenção de vetos do presidente Lula.

• **RISCO.** Diante do clima tenso com o Congresso e da insatisfação dos parlamentares com o ritmo de liberação de emendas, o Palácio do Planalto tenta evitar mais uma derrota na apreciação de vetos presidenciais, que deve ocorrer hoje em sessão conjunta.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales



Rafael Brito,
presidente da Frente Parlamentar da Educação

• **ESFORÇO.** A Frente Parlamentar da Educação bateu recorde ao apresentar mais de mil emendas ao Plano Nacional de Educação (PNE). O foco da bancada presidida por **Rafael Brito** (MDB-AL) é elevar salário de professores, com vinculação de planos de carreira ao piso nacional.

• **ESPERANÇA.** A expectativa é de que o PNE seja votado em comissão especial até setembro. Como mostrou a *Coluna*, Hugo Motta elegeu a educação como uma de suas principais bandeiras à frente da Casa. E ele é aliado de Brito.

COLABOROU ISADORA DUARTE

PRONTO, FALEI!



Eduardo Girão
Senador (Novo-CE)

"O Senado vai votar hoje o vergonhoso aumento de deputados já aprovado pela Câmara. Quem vai pagar essa conta de R$ 1 bilhão ao ano é o povo brasileiro."

CLICK

JACKSON CICERI



Alceu Moreira
Deputado federal (MDB-RS)

Em escola de Alvorada (RS), durante palestra sobre a lei, de sua autoria, que proíbe o uso do celular em sala de aula. A legislação completou seis meses em vigor.





TERÇA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 2025
O ESTADO DE S. PAULO
Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1884)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)

LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

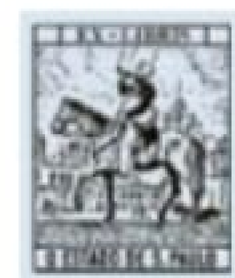
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
MEMBROS
MANOEL LEMOS DA SILVA
MARCELO FEREIRA MALTA DE ARAUJO
MARCO ANTONIO BOLOGNA
ROBERTO CRISSIUMA MESQUITA
TITO ENRIQUE DA SILVA NETO

DIRETOR PRESIDENTE
ERICK BRETAS
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

É tudo pelas emendas



Mudança brusca de comportamento de Motta sobre medidas apresentadas pelo governo evidencia disputa por pagamento de emendas e distância entre discurso e prática no Congresso

A disposição do Congresso para comprar briga com o governo deve refluir nos próximos dias por duas razões. O calendário é a primeira delas. Em meio às festividades juninas, numa semana com um feriado prolongado e a um mês do recesso parlamentar, a disputa entre Executivo e Legislativo sobre quem tem mais – ou menos – responsabilidade fiscal tende ao apaziguamento. A outra, mais importante e de ordem prática, diz respeito às emendas parlamentares. Tratar das emendas parlamentares pode parecer repetitivo, mas é impossível não falar do assunto quando tudo parece girar em torno disso no País.

Foi a expectativa de manter o poder sobre as emendas que levou Hugo Motta (Republicanos-PB) e Davi Alcolumbre (União-AP) ao comando da Câmara e do Senado, assim como seus antecessores Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG). É em razão das emendas que o cargo de relator do Orçamento é tão disputado pelos parlamentares. É, sobretudo, por causa das emendas que o Congresso está em pé de guerra com o Supremo Tribunal Federal (STF). E é em nome das emendas que o Legislativo cobra do governo que faça cortes estruturais de despesas.

Antes houvesse alguma convicção, da parte dos deputados e senadores, sobre a importância da responsabilidade fiscal para o controle da inflação, a redução da taxa básica de juros, o aumento dos investimentos, a geração de empregos e o crescimento econômico. Não parece ser o caso.

Afinal, a Mesa Diretora da Câmara, presidida por Motta, certamente não teria apresentado um projeto de lei para liberar o acúmulo de salários e aposentadorias para ex-deputados federais que ocupem cargos eletivos nos âmbitos federal, estadual e municipal, prática que é vedada desde 1997. Os parlamentares tampouco teriam aprovado, em maio, um projeto de lei complementar que aumenta o número de vagas de 513 para 531, a pretexto de adaptar a Casa aos resultados do Censo de 2022.

Há quem possa argumentar que os gastos adicionais, tanto no projeto que assegura o pagamento de salários e de aposentadorias quanto no que cria mais vagas na Câmara em vez de redistribuir as atuais entre os Estados que ganharam e os que perderam população, serão residuais diante do tamanho das despesas públicas.

Mas não é disso que se trata. A questão é que quem cobra corte de gastos precisa ter um mínimo de coerência entre o discurso e a prática. Do contrário, fica difícil explicar alterações tão bruscas de comportamento como a que Motta apresentou há alguns dias, entre a fatídica reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na noite de 8 de junho, e a manhã do dia seguinte.

Ao longo da semana, ficou mais claro por que Motta mudou de ideia. Além da pressão dos setores diretamente impactados pelo aumento de impostos proposto pela equipe econômica, pesou o fato de que o Executivo, em pleno mês de junho, praticamente não empenhou valores para pagar emendas parlamentares neste ano, que somam mais de R$ 50 bilhões. Isso se deve tanto ao atraso na apreciação do Orçamento de 2025 – aprovado em março pelo Legislativo e sancionado em abril por Lula da Silva – quanto às exigências que o ministro Flávio Dino, do STF, estabeleceu para liberar as emendas.

A derrubada do decreto que elevou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) vai depender de acertos que ocorrem ao longo dos próximos dias. Mas a entrevista que a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, concedeu ao jornal *Valor* já deu o tom desse debate.

O arcabouço fiscal, segundo ela, vale para o Executivo e o Congresso, de forma que sustar o decreto presidencial reduzirá a previsão de receitas e, portanto, exigirá um contingenciamento de recursos ainda maior que o anunciado no mês passado. Um contingenciamento maior vai mirar as despesas discricionárias – e, por óbvio, não poupará as emendas parlamentares.

"Ninguém quer votar medida impopular. Da esquerda à direita", acrescentou a ministra. A menos de um ano e meio das próximas eleições, o que todos parecem querer, tanto no Executivo quanto no Legislativo, da direita à esquerda, passando pelo Centrão, é manter tudo como está. ●

PT mira em Galípolo

Indicado por Lula como aposta para mudar os rumos da política monetária e disfarçar a gastança do governo, presidente do BC vira alvo do lulopetismo, prova de que o PT é incorrigível

Está declarado o fim da lua de mel entre o PT de Lula da Silva e o presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo. Indicado pelo presidente como uma aposta para dar um cavalo de pau nos rumos da política monetária, como se isso fosse viável e o melhor para o Brasil, Galípolo começa aos poucos a se converter em alvo do lulopetismo. Os sinais do rompimento podem ainda não ter aparecido sob a forma dos apopléticos documentos do partido, com os quais invariavelmente petistas põem o dedo em riste contra aqueles que consideram inimigos, mas são cada vez mais barulhentas as críticas que até aqui se restringiam a murmúrios internos.

O episódio do aumento do IOF escancarou uma divergência entre Galípolo e o outrora amigo próximo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O redivivo ex-ministro José Dirceu escreveu um artigo no qual, ao atacar o rentismo, o mercado financeiro, a "Faria Lima" e os juros altos, ironiza um Galípolo que, "tão cioso de sua independência", se reúne com empresários e o setor financeiro – é como se o presidente do BNDES fosse criticado, num evidente disparate, por se encontrar com representantes da indústria. Antes, em carta aberta à militância, o antigo amigo de Fidel Castro propôs à esquerda uma "revolução social" capaz de "pôr fim à apropriação e expropriação da renda nacional pelo capital financeiro e agrário, num circuito entre o Banco Central e a Faria Lima".

Houve mais. Três dos quatro candidatos à presidência do PT não só fizeram críticas ao capitalismo, como foram explícitos no ataque ao Banco Central e sua preocupação com a inflação, a (má) percepção dos agentes econômicos e seus efeitos sobre a política monetária e a estabilidade da moeda. Um dos poucos governadores de Estado do partido, o cearense Elmano de Freitas, cobrou de Galípolo – "agora que indicamos o presidente do Banco Central" – a redução da taxa básica de juros (Selic), como se isso dependesse de uma canetada. A cisão se completa com o debate sobre a proposta que prevê autonomia financeira do BC.

O problema de fundo é o vício petista de enxergar o Banco Central como um instrumento do mercado para favorecer o rentismo, em detrimento do crescimento do País. É uma versão conveniente para uma verdade inconveniente: a incapacidade do lulopetismo de enfrentar a realidade da alta da inflação e o papel dos gastos do governo nessa escalada. A grita petista mostra que Galípolo pode estar fazendo o certo: como presidente do BC, cabe a ele ser o zelador prudente do poder de compra da moeda, e não o irresponsável sabujo de um presidente perdulário, como o PT desejaria. Mas, para os petistas, Galípolo apenas se rendeu à lógica do mercado.

O que é ilógico, contudo, é que mais de 15 anos de poder foram insuficientes para que o PT entendesse a dinâmica do mercado. Lula e seu partido nunca esconderam o desconforto com o modelo estabelecido em lei para o Banco Central. Antes disso, nos seus dois primeiros mandatos, o demiurgo petista até deixou o então presidente do BC, Henrique Meirelles, trabalhar de forma autônoma. Era uma autonomia que lhe convinha. Precisando conquistar a confiança dos agentes econômicos, ele permitiu uma maior complementaridade entre as políticas fiscal e monetária – foi a maior disciplina fiscal no primeiro mandato, aliás, que permitiu o crescimento robusto no segundo mandato, ainda que, como se sabe, com alto custo futuro. Mas não sem uma no cravo e outra na ferradura: morubixabas petistas ou o próprio Lula esbravejavam publicamente contra os "juros altos" do BC, enquanto nos bastidores o presidente trocava mesuras com Meirelles.

Funcionou enquanto Lula e o PT tinham capital político para brigar contra o mercado e a realidade. Não é o caso de agora. Ocorre que a independência institucional garantida por lei ao BC e algum zelo demonstrado pela autoridade monetária para compensar a expansão fiscal do terceiro mandato são vistos pelo PT como forças malignas. A torpeza de sentido tem um vício de origem: a incapacidade do lulopetismo de lidar com a dinâmica do setor privado, e é assim que o mercado financeiro é o *Tinhoso*, empresário bom é só aquele que favorece a companheirada e a autonomia do Banco Central só é bem-vinda pela metade, isto é, que o BC seja autônomo em relação ao mercado, afugentando investidores, mas não ao governo e sua gastança. ●

Eufrázio

ESPAÇO ABERTO

Vamos afundar todos juntos?

Jorge J. Okubaro

Caneta vermelha e algum conhecimento de matemática parecem suficientes para fundamentar propostas de ajuste das finanças da União. Contas simples mostram que acabar com o aumento real do salário mínimo reduziria expressivamente muitos gastos, sobretudo na área social. Desindexar os benefícios previdenciários, reduzindo-os em termos reais, igualmente facilitaria o ajuste. O corte de programas sociais completaria bem o pacote. Vozes poderosas propõem medidas dessa natureza.

Se o governo aceitasse propostas como essas, é provável que a questão fiscal deixasse de ser foco de preocupações e de divergências entre os Poderes. Mas, num país com imensos problemas sociais, as dificuldades de muitas pessoas cresceriam a um nível insuportável. Por isso, governos preocupados com as condições de vida da população evitam soluções como essas. A questão fiscal não pode ser resolvida ouvindo-se apenas os que têm voz, ignorando aqueles que formam uma espécie de parte silenciosa da sociedade.

> ***A questão fiscal não pode ser resolvida ouvindo-se apenas os que têm voz, ignorando aqueles que formam uma espécie de parte silenciosa da sociedade***

Felizmente, entre os que têm voz, há quem proponha que outros sejam ouvidos. Em nota até certo ponto surpreendente, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes da Silva, advertiu que as soluções dos problemas do País devem ser alcançadas por meio de entendimento, "ou afundaremos todos juntos". Corajosamente, o presidente da Fiesp reconheceu que "ninguém quer abrir mão de seu quinhão, dos seus benefícios, das suas vantagens". Como observou, "o problema é sempre o vizinho", mas todos têm responsabilidade na escolha dos caminhos que conduziram à atual crise.

Ainda assim, ninguém quer aumento de imposto. E o Congresso, vendo no debate do ajuste fiscal uma oportunidade para enfraquecer um governo com uma base parlamentar fragmentada, vem resistindo a todas as propostas do Palácio do Planalto que impliquem mais tributação.

Apesar do clima de confronto que se estabeleceu no Congresso, é necessário destacar que mudanças precisam ser feitas, para estabelecer critérios que atendam minimamente ao princípio da justiça tributária. Como observou com clareza o pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Marcos Hecksher em entrevista ao jornal *Valor Econômico*, na estrutura atual do Imposto de Renda, os ricos pagam proporcionalmente bem menos imposto do que os pobres. "É como se fosse uma política pública dizendo que ajuda quem está no topo a permanecer ali. E, para quem não está no topo, cobra mais imposto para atrapalhar a subida", resumiu Hecksher. Trata-se, como disse, de uma "política de imobilidade social". Com um regime tributário desses, ainda "há quem prefira cortar os benefícios aos mais pobres", o que "tornaria o ajuste injusto."

Se o ajuste, como reclamam os que têm voz mais poderosa, tem de ser feito pelo lado dos cortes, há muitas possibilidades. Por que o Congresso não examina o Projeto de Lei 4920/94? Trata-se de iniciativa do Executivo que estabelece idade mínima para aposentadoria dos militares, acaba com a chamada "morte ficta" (permite que a família de um militar expulso das Forças Armadas receba pensão como se ele tivesse morrido) e extingue a transferência da cota de pensão (a parte de um dependente que morre passa para outros membros da família). O projeto foi apresentado em dezembro do ano passado, mas está parado. "Situação: aguardando despacho do presidente da Câmara dos Deputados", informa o portal da Câmara.

Ou então, por que não acabar com as emendas parlamentares, que, no Orçamento da União para 2025, podem chegar a R$ 52 bilhões? Esse valor representa um quarto dos gastos discricionários, ou seja, a parte do Orçamento da União sobre a qual o governo tem liberdade para decidir o uso (a maior parte do Orçamento tem destinação definida, como transferências e gastos mínimos estabelecidos na Constituição, folha de pagamento e despesas do sistema previdenciário)

Outra sugestão, esta encampada pelo presidente da Fiesp, é a redução das vantagens tributárias para determinados setores, que deveriam ter validade limitada. "Esses benefícios, que muitas vezes são dados em momentos justificáveis, acabam se perpetuando indefinidamente, o que afeta não só as contas públicas, mas também a eficiência econômica", observou o documento da Fiesp.

Isenções dessa natureza compõem o que a Receita Federal considera "gastos tributários". São tributos que, por razões legais, não são recolhidos. Neste ano, eles devem alcançar R$ 544,5 bilhões. Aí está claramente uma importante fonte para o ajuste fiscal. Parte desse valor não pode ser arrecadada, pois decorre de benefícios tributários inscritos na Constituição. Mas outra parte pode. O problema é que ela beneficia, em grande medida, aqueles que mais têm voz nas críticas a medidas que conduzam à maior justiça social e tributária. Nesse terreno, ainda somos um país onde quem berra mais pode mais. ●

JORNALISTA, É AUTOR, ENTRE OUTROS, DO LIVRO 'O SÚDITO (BANZAI, MASSATERU!)' (EDITORA TERCEIRO NOME) E PRESIDENTE DO CENTRO DE ESTUDOS NIPO-BRASILEIROS (JINMONKEN)

FÓRUM DOS LEITORES

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas.
Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada • **E-mail:** forum@estadao.com

Conflito no Oriente Médio

Ameaça nuclear

O editorial *Israel exerce o direito de se defender* (15/6, A3) foi corajoso e cirúrgico ao contextualizar o ataque israelense contra o Irã como um ato preventivo de legítima defesa, essencial para a segurança regional e global. O texto acerta ao relembrar os casos de 1981 e 2007, mostrando que a história se encarregou de provar a razão de Israel. É inegável que o programa nuclear iraniano, operando em níveis próximos ao grau militar e com histórico de violações, representa uma ameaça existencial a Israel e uma desestabilização para todo o Oriente Médio, com potencial de proliferação nuclear. A análise de que a inação teria um custo ainda maior e de que "não haverá um segundo Holocausto por omissão" é um lembrete forte da doutrina de sobrevivência israelense. Israel agiu sozinho, mas, como bem colocado pelo jornal, "não agiu só por si", mas também pela segurança global. É cedo para prever todos os desdobramentos, mas a clareza com que o **Estadão** aborda o tema é fundamental. Se o ataque realmente atrasar o programa nuclear iraniano, o mundo terá um motivo concreto para agradecer.

Eduardo Dias Lima
São Paulo

O custo da omissão

A História não se repete, mas às vezes ela rima – e, quando o faz, costuma ser em tom grave. O que se vê no Oriente Médio, com o programa nuclear do Irã avançando a passos largos e Israel sendo forçado a agir sozinho, me remete à Europa do final dos anos 1930. Naquela época, a Alemanha de Hitler rompia, um a um, os compromissos assumidos no Tratado de Versalhes. Remilitarizou a Renânia, anexou a Áustria, ocupou os Sudetos. Tudo à luz do dia. E qual foi a resposta das democracias ocidentais? A famosa política de apaziguamento. Inglaterra e França preferiram ignorar os sinais claros de que uma tragédia se aproximava, numa esperança ingênua – ou covarde – de que ceder fosse mais seguro do que reagir. A comparação pode parecer exagerada, mas não é. O Irã há anos viola sistematicamente o Tratado de Não Proliferação Nuclear. Enriquece urânio em níveis próximos ao grau militar, esconde instalações, sabota inspeções e, ao mesmo tempo, prega publicamente a destruição de Israel. Um regime que nega o Holocausto enquanto investe em tecnologia para produzir armas nucleares não pode ser ignorado. Israel, como Estado fundado na sombra de um genocídio, tem uma doutrina clara: não haverá um segundo Holocausto por omissão. O ataque contra o aparato nuclear iraniano não é um capricho nem ato de beligerância gratuita. É, antes de tudo, uma reação a uma ameaça existencial. E, convenhamos, se as potências ocidentais tivessem sido tão decisivas nos anos 30 quanto Israel está sendo agora, talvez o mundo tivesse evitado uma guerra que matou dezenas de milhões de pessoas. A comunidade internacional sempre pede "moderação" – como foi em 1981, quando Israel destruiu o reator nuclear do Iraque, e em 2007, quando fez o mesmo com a instalação secreta da Síria. Em ambos os casos, o tempo mostrou que a ação israelense evitou um desastre maior. Hoje, o padrão se repete: condenação inicial, silêncio constrangido e, talvez daqui a alguns anos, o reconhecimento de que foi feito o que precisava ser feito. Não se trata só da segurança de Israel. Um Irã nuclear mudaria completamente a dinâmica do Oriente Médio, iniciando uma corrida armamentista regional, com Arábia Saudita, Egito e Turquia buscando seus próprios arsenais. O mundo estaria mais instável, mais perigoso e mais próximo de um conflito de proporções catastróficas. De fato os desdobramentos são imprevisíveis. Mas a omissão tem um custo – e, se a História ensina algo, é que esse custo costuma ser pago com sangue.

Valter Hime
São Paulo

Agências reguladoras

A caminho da irrelevância

A matéria *Agências reguladoras têm redução de 41% das verbas em uma década* (16/6, B1) é reveladora da importância que este governo dá às atividades de fiscalização, a ponto de, como disse o presidente do Sinagências, elas estarem caminhando para a irrelevância, como desejam a corrupção e os maus concessionários de serviços públicos. Se só a grandeza territorial do Brasil torna complexa a fiscalização, imagine-se num governo sem compromisso com a gestão eficaz. Definitivamente, é um assunto para o Congresso. O modelo federativo tem de entrar em pauta. O desenvolvimento do País estará sempre ameaçado quando instituições, além de centralizadas, dependerem de governantes sem compromisso com a melhoria da qualidade, oferta e redução dos custos dos serviços públicos.

Nilson Otávio de Oliveira
São Paulo

Eufrázio



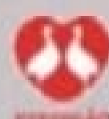
Quando duas forças como a Marfrig e a BRF se unem, nasce uma das maiores empresas de alimentos do mundo: a MBRF Global Foods Company. São mais de 100 anos somados de experiência, alimentando o planeta com marcas líderes, inovação e um portfólio de produtos de alta qualidade e valor agregado. A Sadia acompanha os brasileiros há 80 anos e é a marca de alimentos mais valiosa do país, além de estar presente no Oriente Médio há mais de 50 anos. A Perdigão está nos lares brasileiros há 90 anos. A Qualy é líder absoluta no segmento de margarinas. A Paty é sinônimo de hambúrguer na Argentina há quase 60 anos. A National Beef é a quarta maior processadora de carne dos EUA. E a Banvit é uma das marcas líderes na Turquia.

Ao todo, são 37 marcas fortes ao redor do mundo, que tornam a MBRF uma verdadeira potência global em alimentos.



Mais juntas, alimentando o futuro.

Sadia Bassi



Qualy National Beef Banvit paty

Eufrázio

ESPAÇO ABERTO

Um Brasil iliberal?

Sebastião Ventura Pereira da Paixão Jr.

A recente trapalhada do IOF não deveria surpreender ninguém. Isso porque não se pode esperar acertos e comportamentos racionais de um governo errático, acéfalo e de incompetência vertebral. Sem cortinas, a eleição de "Lula 3" não foi feita para servir à boa política, mas apenas para manter e garantir um arranjo de poder livre de fissuras estruturais. A grande questão é que, a partir do momento em que a ação dos Poderes constituídos deixa de bem servir à República, a insatisfação do povo passa a ser força motriz de transformação social. E isso deveria servir de alerta para a elevação das instituições, com o Executivo mais eficiente, o Parlamento ativo nas reformas legislativas urgentes e o Judiciário consolidando no País o sentimento de justiça. Infelizmente, a realidade nacional arde em problemas no vácuo das soluções eficazes.

Ora, é inegável que o Brasil mudou. Não se trata de um juízo qualitativo, mas de um fato. Andamos muito desde a redemocratização de 1988, entre avanços e retrocessos inerentes ao processo político com flutuações de poder. O saldo é inegavelmente positivo: a consolidação do Plano Real permitiu quase 30 anos de relativa estabilidade econômica, a responsabilidade fiscal deixou de ser palavra proibida, consolidamos a democracia com eleições periódicas, vendo Collor, Itamar, FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro chegarem à Presidência. Tivemos alternância, vencedores e vencidos. Apesar dos trancos e solavancos, o País está economicamente melhor se comparado à época da inflação galopante. Aqui, temos uma dívida de gratidão com Malan, Gustavo Franco, Bacha, Arida e a tantos que, silenciosamente, trabalharam com honra e patriotismo para dar ao País a decência de uma moeda estável.

Politicamente, apesar da consolidação democrática, temos desafios importantes. Nossos partidos, embora entidades milionárias, são moral e institucionalmente falidos. No desvão partidário, não temos mais formação humana e política voltada ao bem comum e ao bom êxito da democracia; não formamos mais líderes autênticos nem separamos o joio do trigo; nesse raso e concorrido mercado eleitoral, o que vale são os puxadores de voto, podendo, com sorte, que algum iluminado venha na rebarba. É claro que temos exceções de relevo, mas uma andorinha não faz verão. Dessa forma, na falta de estadistas superiores, o Brasil foi ficando para trás, deixando de fazer a segunda etapa do Plano Real: a inserção do País nos altos circuitos do capitalismo global, mediante estratégia pensada de projeção geopolítica e hegemonia regional.

> *O País de amanhã será consequência direta de nossa (ir)responsabilidade histórica com as gerações futuras*

Sim, o retrocesso em curso é grave. Está mais do que provado que o PT e seus satélites marxistas pararam no tempo; vivem um socialismo opiáceo que faz as pernas se desgrudarem do chão, vivendo a ilusão de um Estado imaginário que, no Brasil, sequer consegue entregar saúde, educação e segurança, mantendo legião de inocentes na pobreza, ignorância e dependência estatal. Nas viragens do ópio político, entre leituras de cadernos leninistas, incha-se a máquina e amplia-se a burocracia; ou seja, implode as contas públicas com despesas recorrentes, dificultando reformas administrativas de racionalização e eficiência, criando-se um colateral eleitoral nas carreiras públicas com medo da extinção ou perdas de privilégios. Aí, as contas explodem, mas há sempre um IOF ou outro tributo de ocasião para esfolar os ricos capitalistas em favor da incompetência governamental.

O mais impressionante é que o poder econômico brasileiro, há décadas, assiste ao enredo acima e pouco faz para mudar a ordem dos acontecimentos. Por exemplo, ainda não há um projeto político alternativo a recolocar o País no prumo em 2026. Acontece que a linha privada de distância e de separação da política, além de cobrar preço altíssimo, adentra em quadra perigosa. Os recentes movimentos de aproximação com Pequim, além de clara conotação antiliberal, traz consigo o risco de poluir o cenário político-eleitoral com bilhões de recursos externos (de difícil rastreio), além de invisíveis práticas cibernéticas de comprometimento da segurança nacional. Isso, sem falar nas vulnerabilidades nodais que o narcotráfico e o crime organizado geram ao País, tanto na questão da corrupção, como na subjugação de um grande contingente humano à violência sem lei.

O ponto positivo é que ainda há tempo de pensarmos um caminho político virtuoso. A urgência da hora traz o imperativo da união de interesses. Temos de olhar para a frente. O passado se foi, mas o custo dos erros exigirá sacrifícios futuros. Precisamos de uma liderança política capaz de falar a verdade, olhar nos olhos do povo e captar a confiança das pessoas. Não é pedir muito. Existem bons nomes. Mas não basta apenas querer. Sem a coesão de um movimento orgânico de poder, os riscos de um Brasil iliberal não são nada desprezíveis. Feito o registro, o País de amanhã será consequência direta de nossa (ir)responsabilidade histórica com as gerações futuras. ●

ADVOGADO, É CHAIRMAN DO INSTITUTO MILLENIUM

TEMA DO DIA

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO



Televisão

Dedé Santana diz que o humorístico *Os Trapalhões* não poderia ser feito hoje

Humorista ressalta, porém, que não havia maldade nas piadas e quadros do programa protagonizado por ele, Renato Aragão (Didi), Mussum e Zacarias. Ele diz que o politicamente correto 'amordaçou' o humor. ●

11.883 interações

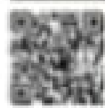
Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Obrigado por terem feito parte da minha infância!!! Foi uma grande alegria!!!"
JAIRO LIMA

● "Pode fazer humor sim. Só não pode usar o humor pra cometer crime!"
VANINHA MARIA

● "Bons tempos que não voltam nunca mais. Geração 'mimimi' está destruindo a humanidade."
LUIZ GUSTAVO CUNHA

● "Está tudo bem... Errado é quem compara períodos diferentes. O mundo muda!"
BRUNO MELLO



NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão
https://bit.ly/LDBEstadao

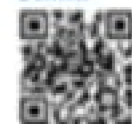
Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

FELIPE RAU/ESTADÃO

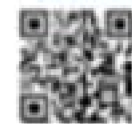


Clima



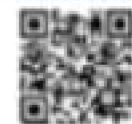
Como deve ser o inverno deste ano no Brasil. ●
https://encr.pw/TCuSv

Polícia Federal



Inscrições em concurso devem se encerrar em breve. ●
https://l1nq.com/PnWF7

Newsletter



'Conectado': assine e comece o dia bem informado. ●
https://bit.ly/3K6DaB3

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02588-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● Fax: (11) 3856-2940 ● E-Mail: forum@estadao.com ● Central do assinante: Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● Central do leitor: (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 Preços venda avulsa: SP: R$ 7,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). RJ, MG, PR, SC E DF: R$ 7,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). ES, RS, GO, MT E MS: R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo). BA, SE, PE, TO E AL: R$ 10,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO: R$ 11,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo). ● Vendas de assinaturas: 0800-014-9000 ● Whatsapp: (11) 99248-2333 ● Vendas corporativas: (11) 3856-2524 ● Agências de publicidade: (11) 3856-2531 ● cas@estadao.com

ESTADÃO 150 ANOS | SECOVI SP A CASA DO MERCADO IMOBILIÁRIO

apresentam



SUMMIT IMOBILIÁRIO

10 anos SUMMIT IMOBILIÁRIO

30 DE JUNHO | Das 8h30 às 17h

UNIBES CULTURAL
Rua Oscar Freire, 2500
Sumaré, São Paulo- SP

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES



PERSPECTIVAS ECONÔMICAS E AS NOVAS TENDÊNCIAS DE NEGÓCIOS

PRESENÇAS CONFIRMADAS



ALEXANDRE LAFER FRANKEL
CEO da Housi e presidente do Conselho da Vitacon



BIANCA SETIN
Vice-presidente na Setin Incorporadora



CLÁUDIO CARVALHO
CEO e sócio da AW Realty Incorporadora



CYRO NAUFEL
Diretor de Relações com Investidores da Lopes



ELISABETE FRANÇA
Secretária municipal de Urbanismo e Licenciamento



ELY FLAVIO WERTHEIM
Presidente executivo do Secovi-SP



EURÍPEDES ALCÂNTARA
Diretor de Jornalismo do Grupo Estado



IGOR GUSHIKEN
Diretor de Dados e IA no QuintoAndar



LUIZ FRANÇA
Presidente da Abrainc



MARCELO FALCÃO
Diretor de Novos Negócios e Comunicação da Somauma



RAFAEL ROSSI
Fundador e CEO da Conviva Stay



RAFAEL YOSHIOKA
Fundador da Hypnobox



RENÉE SILVEIRA
Diretora de Incorporação da Plano&Plano



RODRIGO LUNA
Presidente do Secovi-SP



SANDRO GAMBA
Presidente da Abecip

Parceria: broadcast | ESTADÃO ACESSOS | ESTADÃO BLUE STUDIO | ELDORADO FM 107,3 | paladar 20 anos

Apoio: Integra

Patrocínio: aw realty INCORPORADORA | QuintoAndar

Legislativo

Projetos para barrar atos do governo disparam nas gestões Lula e Bolsonaro

Estudo da UnB mostra que propostas no Congresso para derrubar decisões do Executivo tiveram aumento exponencial nos últimos anos e viraram arma de pressão contra o Planalto

BIANCA GOMES
HUGO HENUD

O número de projetos para derrubar decisões do presidente da República disparou nos últimos anos, reflexo de um Congresso Nacional cada vez mais arredio em relação ao Poder Executivo. De 1995 a 2025, deputados e senadores apresentaram mais de 3,4 mil propostas para sustar atos e normas da Presidência – mais da metade só nos governos de Jair Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O levantamento, obtido pelo **Estadão**, foi realizado pelo cientista político e especialista em Poder Legislativo Murilo Medeiros, da Universidade de Brasília (UnB). De acordo com Medeiros, nesse período de 30 anos, apenas 0,2% (10) dos projetos apresentados foram aprovados. Apesar disso, afirma, a apresentação de um Projeto de Decreto Legislativo tem o poder de intimidar o Palácio do Planalto, de forma a pressionar o Executivo a recuar em seus atos normativos.

Foi o que aconteceu com o decreto do governo Lula que elevou a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), um tributo federal que incide sobre diversas operações financeiras. A medida encontrou forte resistência no Legislativo, que protocolou 28 PDLs para suspender a norma, levando o governo a recuar e editar um novo decreto que suavizou o aumento inicialmente previsto. Ainda assim, a Casa aprovou ontem um requerimento de urgência para votar uma proposta que anula esse segundo decreto.

Decreto Legislativo
PDLs dão ao Congresso o poder de suspender atos unilaterais do presidente que excedam limites legais

'CONTROLE'. "O Projeto de Decreto Legislativo destinado a sustar normas do Poder Executivo é um eficiente instrumento de controle parlamentar, capaz de emparedar o governo", disse Medeiros. "A mera apresentação do PDL pode provocar incentivos suficientes para que o governo abra mão de levar adiante um ato normativo que o Legislativo manifeste sinais de que vai derrubar, como o caso do decreto do IOF."

Os Projetos de Decreto Legislativo são previstos na Constituição Federal e dão ao Congresso o poder de suspender atos unilaterais do presidente da República que ultrapassem os limites legais. Além disso, podem ser usados para aprovar acordos internacionais e autorizar ou renovar serviços de radiodifusão – mas esses casos não foram levados em consideração para o levantamento.

Como mostrou o **Estadão**, desde 1988 o Congresso só conseguiu, de fato, derrubar decretos presidenciais por meio de PDLs em duas ocasiões: uma em 1989, no governo José Sarney, e outra em 1992, na gestão de Fernando Collor.

EXPONENCIAL. Apesar da baixa taxa de aprovação, de 0,2%, o uso desse instrumento de pressão cresceu de forma exponencial nos últimos anos. Segundo os dados compilados por Medeiros, só no governo Bolsonaro foram protocolados 1.506 Projetos de Decreto Legislativo. No atual governo Lula, já são 662. Juntos, Bolsonaro e Lula III concentram 63% de todos os PDLs protocolados nas últimas três décadas.

O governo Temer é o terceiro da lista, com 336 PDLs apresentados, seguido do segundo mandato de Dilma Rousseff (294). "Lula enfrenta um quadro político distinto de seus governos anteriores. Entre 2003 e 2010 (Lula I e II), deputados e senadores apresentaram 256 projetos de decreto legislativo para sustar atos normativos do presidente da República. Agora, no governo Lula III, já foram identificados 662 PDLs – aumento de 158%", observou Medeiros.

'AFIRMAÇÃO INSTITUCIONAL'. O salto recente nos PDLs, porém, não se deve apenas ao volume de normas editadas pelo governo federal. Para o cientista político Vinícius Alves, professor do IDP-SP, o fenômeno reflete uma mudança estrutural na relação entre Executivo e Legislativo, resultado da fragmentação partidária e do fortalecimento institucional do Congresso após reformas constitucionais recentes.

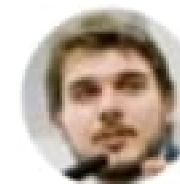
"Neste sentido, o aumento na frequência dos PDLs pode sim ser visto como parte dessa estratégia de afirmação institucional do Legislativo", afirmou.

No governo Bolsonaro, o avanço dos PDLs, segundo Alves, esteve associado ao estilo de enfrentamento e à baixa disposição para negociar com o Congresso, cenário que levou o presidente a editar normas sem articulação prévia, provocando reações imediatas do Parlamento.

Já no caso de Lula III, o desafio se dá em outro plano: diante de uma base mais fluida e de um Congresso de perfil majoritariamente conservador, há menor margem para controle da agenda, o que torna mais frequente o uso dos PDLs como resposta a medidas unilaterais do Planalto.

"O presidente se vê diante de um Legislativo empoderado e fragmentado, em sua maioria mais distante do espectro ideológico do partido que lidera o governo, em contexto de ainda forte divisão e hostilidade entre grupos adversários, o que certamente dificulta o processo de negociação política e construção de consensos", completou o cientista político.

BASE. Apesar de ser visto como um instrumento da oposição, o PDL também tem sido usado por partidos da base do governo Lula. Apenas em 2025, parlamentares do PT (1), PSB (1), PDT (3) e PSOL (2), todas siglas aliadas, apresentaram 7 PDLs para sustar atos do governo. Partidos de centro, como MDB (8), Podemos (9) e PSDB (1), protocolaram ao todo 18 PDLs. Já legendas de centro-direita que integram ministérios no atual governo, como Republicanos (19), PP (15) e União Brasil (12), somaram 46 PDLs.



"A mera apresentação do PDL pode provocar incentivos suficientes para que o governo abra mão de levar adiante um ato normativo que o Legislativo manifeste sinais de que vai derrubar, como o caso do decreto do IOF"
Murilo Medeiros
Cientista político da Universidade de Brasília (UnB)

Na prática, o avanço de um PDL em apenas uma das Casas já tem sido suficiente para forçar o governo a recuar. Além do caso do decreto do IOF, houve episódios como o de 2023, quando a Câmara aprovou a suspensão de dois decretos de Lula que alteravam a regulamentação do marco legal do saneamento básico.

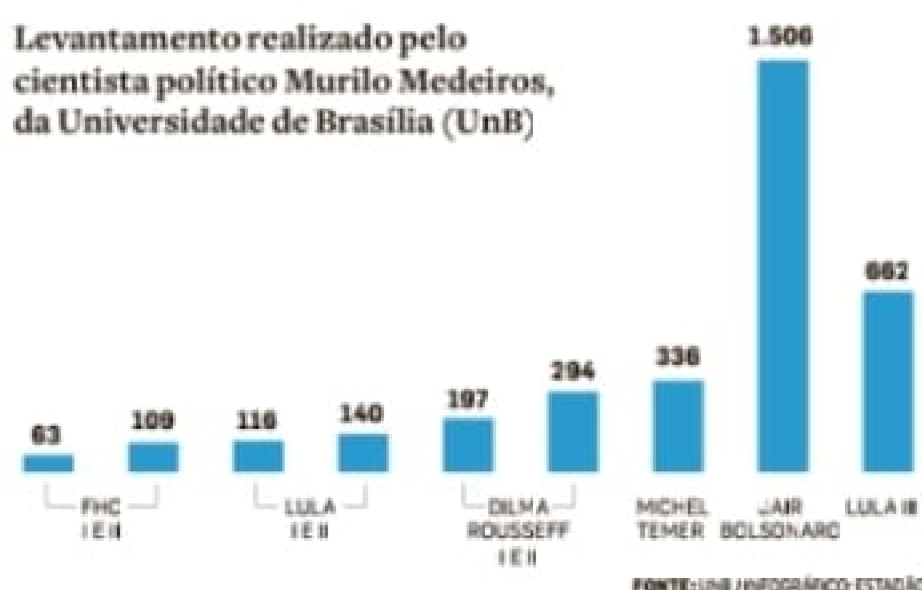
Para evitar derrota no Senado, o Executivo revogou os decretos e editou novas regras.

Situação semelhante ocorreu durante o governo de Jair Bolsonaro, quando o Senado aprovou um PDL que derrubava o decreto presidencial que flexibilizava regras para posse e porte de armas.

Antes que a Câmara analisasse o projeto, Bolsonaro revogou os decretos questionados e editou novas normas sobre o tema, o que levou ao arquivamento do PDL. ●

CÂMARA APROVA URGÊNCIA PARA SUSTAR EFEITOS DE DECRETO DO IOF. PÁG. B1

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO (PDLS) POR GOVERNO



FONTE: UNB / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

PGR abre inquérito para investigar deputado após apreensão de R$ 6 milhões

A Procuradoria-Geral da República (PGR) abriu inquérito para investigar o deputado Antônio Leocádio dos Santos, mais conhecido como Antônio Doido (MDB-PA), após duas apreensões milionárias de dinheiro envolvendo pessoas próximas a ele. O inquérito vai tramitar no Supremo Tribunal Federal (STF) por causa do foro do deputado.

Segundo a PGR, há indícios de "crimes potencialmente associados ao exercício do mandato de deputado federal, envolvendo o desvio de recursos oriundos de contratos públicos e a subsequente lavagem desses valores". Como mostrou o **Estadão**, Antônio Doido está entre os deputados que mais direcionaram emendas parlamentares em 2024. Ele conseguiu mandar R$ 37,8 milhões para diversas prefeituras paraenses.

A primeira apreensão que colocou a Polícia Federal (PF) no rastro do deputado foi em 4 de outubro de 2024, dois dias antes do primeiro turno das eleições. O policial militar Francisco de Assis Galhardo foi preso em flagrante depois de sacar R$ 4,9 milhões em uma agência do Banco do Brasil em Castanhal, na região metropolitana de Belém. A hipótese era de compra de votos nas eleições municipais. A PF chegou ao deputado quando foram encontradas conversas dos presos com Antônio Doido. Em janeiro de 2025, a PF encontrou R$ 1 milhão com o assessor parlamentar Jacob Aarão Neto. A PGR decidiu unificar as duas investigações no Supremo. O **Estadão** pediu manifestação do parlamentar, mas não obteve resposta. ● RAYSSA MOTTA

Eufrázio



Eliane Cantanhêde *E-mail: eliane.cantanhede@estadao.com; X: @ecantanhede*

A cada dia fica mais difícil...

Além de agir como se o mundo, o Brasil e ele próprio fossem os mesmos do primeiro e do segundo mandatos, o presidente Lula parece ter a ilusão de que, assim como superou o escândalo do mensalão e se reelegeu em 2006, vai dar a volta por cima da montanha de problemas atuais e conquistar o quarto mandato em 2026, vinte anos depois. As pesquisas, a realidade e o Congresso mostram que não será fácil.

O mundo empurrou a ONU para o seu ocaso e trouxe à tona Trump, Netanyahu, Putin e agora o aiatolá Ali Khamenei, com o norte coreano Kim Jong-un à espreita. Há dúvidas sobre o estágio atual do programa nuclear do Irã, mas todos os demais têm a bomba atômica – além de personalidades tirânicas e imperialistas. Lula, que teve seus 15 minutos de glória nos primeiros mandatos, virou pó nessa nova realidade.

O Brasil também não é o mesmo, com o avanço espantoso do crime organizado, um Congresso raso, sem líderes, bases, propostas e compromissos, em meio a uma polarização entre Lula e Bolsonaro que nada tem a ver com PT X PSDB – o original, não este fantasma que não assusta, nem anima, mais ninguém.

E a economia mundial foi sacudida pelas guerras, a tecnologia, o efeito Trump e a ausência de organismos de mediação. Governante que pensa a economia com a cabeça de duas décadas atrás e acha que populismo e gastança bastam para se reeleger tende a dar com os burros n'água.

Lula vai arriscar em 2026? Congresso, pesquisas e a realidade dizem que não deveria

Essa é a moldura de 2026, mas um grande problema de Lula está nele mesmo, com suas brincadeirinhas ultrapassadas, seus equívocos na agenda e alianças internacionais, a velha megalomania do "deixa comigo" e a falta de consultores à altura dos desafios e dos tempos, para trazê-lo à razão. Assim como nem chegou perto de mediar as guerras na Ucrânia e em Gaza, Lula não entendeu o atual Congresso, não sabe como enfrentar a oposição nem seu maior inimigo: os aliados.

Seria fácil se o governo estivesse de vento em popa e Lula fosse um timoneiro ágil para levar o barco em segurança até 2026. Mas, do jeito que a coisa vai, os "aliados" desfrutam de ministérios e cargos sem pagar em apoio e, na hora dos votos, pulam para a oposição, de armas e emendas nas mãos.

A debandada e o preço aumentam a cada pesquisa sobre perdas no Nordeste e nos de menos renda e escolaridade – base sólida do PT. No Datafolha, Lula mantém 36% a 38% no primeiro turno, mas sua vantagem vai minguando o segundo contra Tarcísio de Freitas e até Jair, Michelle e Eduardo Bolsonaro. E seus 46% de rejeição projetam a união dos adversários – e seus eleitores – contra ele na reta final. Lula vai arriscar? ●

COMENTARISTA DA RÁDIO ELDORADO, DA RÁDIO JORNAL (PE) E DA GLOBONEWS

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quinzenalmente) ● TER. Eliane Cantanhêde e Carlos Andreazza ● QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● QUI. William Waack ● SEX. Eliane Cantanhêde ● SÁB. Carlos Andreazza ● DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Eleições 2026

Carlos Bolsonaro planeja disputar Senado fora do RJ

MARCELO DE MORAES
BRASÍLIA

Filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o vereador Carlos Bolsonaro (PL-RJ) admitiu a possibilidade de concorrer a outro cargo eletivo por algum Estado fora do Rio de Janeiro. O ex-presidente quer que o filho dispute uma vaga no Senado, possivelmente em Santa Catarina, para ajudar no seu projeto de obter maioria na Casa.

Bolsonaro almeja eleger uma bancada familiar no Senado: além de Carlos, o deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL) por São Paulo, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL) pelo Distrito Federal e reeleger o senador Flávio Bolsonaro pelo Rio.

A eleição para o Senado é uma prioridade de Bolsonaro porque é prerrogativa da Casa votar o impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal.

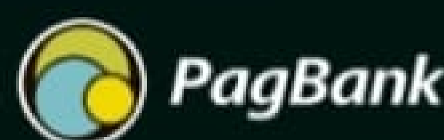
A articulação envolvendo Carlos, porém, virou alvo de críticas de setores da oposição por tirar a chance de aliados em Santa Catarina, como a deputada Júlia Zanatta (PL). "Hoje, quase por convocação, considero a possibilidade de atender ao chamado de disputar outro cargo no Rio de Janeiro ou em um Estado em que puder ser mais útil ao projeto de libertar o Brasil", disse o vereador nas redes sociais. ●

Defesa de Bolsonaro quer anular delação e pede apuração de perfil

A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) entrou ontem com um pedido no Supremo Tribunal Federal (STF) para anular a delação premiada de seu ex-ajudante de ordens Mauro Cid na ação que trata de tentativa de golpe de Estado.

Os advogados de Bolsonaro alegam que Cid mentiu em depoimento à Corte e violou o sigilo do acordo de colaboração, citando como prova uma série de mensagens reveladas na pela revista *Veja*.

Caso o pedido de anulação da delação premiada não seja acolhido de imediato, a defesa pede que o STF oficie a Meta, responsável pelo Instagram, para que forneça dados detalhados da conta "gabriela1702" – perfil que, segundo os advogados, teria sido usado por Cid para enviar mensagens com informações sigilosas da colaboração. Advogados querem também mais prazo para apresentação de novas diligências por parte de Bolsonaro. ● HUGO HENUD







Seu banco digital completo, com solidez de banco tradicional

Nota máxima pela S&P, uma das principais agências globais

CDB que rende 130% do CDI
• Sem limite de valor
• Resgate quando quiser





Abra sua conta grátis e invista já

Eufrázio



Carlos Andreazza *E-mail: ca.andreazza@gmail.com; X: @andreazzaeditor*

Haddad viajando

Haddad saiu em férias. Não sem fantasiar sobre a imprensa e o que se chama de mercado. O governo Lula seria objeto de críticas jamais dirigidas a seu antecessor. É falso. Dois episódios bastariam para desmontar o vitimismo. As reações de quem faz as manchetes e os preços às PECs dos Precatórios e Kamikaze.

O jornalismo foi duríssimo com Bolsonaro e Guedes, que celebraram superávit depois de dar calote em dívida. E implacável quando, em 2022, dispararam medidas assistencialistas para financiar a tentativa de reeleição do presidente. Espero que você se lembre de para onde foram os juros, em pleno ano eleitoral, ante aquela barbaridade.

Haddad é ingrato. Imprensa e mercado ignoraram o que expressava a PEC da Transição – compromisso com a gastança – e acreditaram na navegabilidade da canoa arrombada conhecida por arcabouço fiscal. Só tomaram algum contato com a realidade por ocasião do pacotinho de gambiarras do final de 2024.

O influente bloco que Haddad pôs na rua abarca campanha segundo a qual ele trabalharia por justiça tributária. É como se chama hoje o exercício de girar a roleta e esperar – com a convicção possível à combinação entre sorte e desespero – o ponteiro indicar qual imposto terá a alíquota aumentada.

Não pode um? Será qualquer outro. Isso porque a Fazenda estudou a mordida do IOF – a que estabelecia o controle de capitais – por mais de ano. A turma estuda – e arremessa os dados. Se colar, colou.

Pode ser até ação justa, como a que tributa as casas de aposta adicionalmente. Atirando para todos os lados, até se arrisca acertar aqui e acolá. A questão sendo por que até se acerta. Porque se instrumentaliza o razoável num catadão arrecadador para fins de tapar o rombinho da vez.

Carga sobre os ricos, diz a propaganda – com a qual arcarão pobres e remediados, informa a prática. Haddad raspa o tacho. Justiça tributária feita no improviso, empilhando puxadinhos, para cobrir Orçamento mentiroso. Fachada ao propósito de levantar dinheiros, fechar a conta de 2025 e rolar a bomba – que a turma engorda enquanto empurra – até 2026, o que significaria jogá-la para 2027.

O ano eleitoral será o do vale-tudo. Para chegar lá e ter sua PEC Kamikaze, o governo nomeia por justiça tributária o gato de soltar um pacotinho fiscal a cada seis meses. Sempre com a promessa de soluções estruturais – que nunca vêm. É como – via jeitinhos para efeito agora – o ministro apregoa estar "corrigindo distorções".

Corrige distorções distorcendo a verdade. E então a PEC da Transição – que derramaria mais de R$ 150 bilhões na economia – veio para pagar gastos contratados por Bolsonaro. É falso. O rombo legado pelo antecessor fora a plataforma a partir da qual se obteve o cheque para botar o voo de galinha do crescimento no ar, PIB insustentável erguido à base de estímulos estatais, aposta no endividamento público que o governo Lula já dobrou. ●

JORNALISTA

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quinzenalmente) ● TER. Eliane Cantanhêde e Carlos Andreazza ● QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● QUI. William Waack ● SEX. Eliane Cantanhêde ● SÁB. Carlos Andreazza ● DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Judiciário

CEOs de empresas com ações no STF irão a evento de Gilmar em Lisboa

Em nota, organização de fórum na capital portuguesa diz que convites a executivos é 'exclusivamente' para que façam palestras

WESLLEY GALZO
BRASÍLIA

A pouco menos de 20 dias para a edição deste ano do Fórum de Lisboa, evento organizado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, apelidado de "Gilmarpalooza", seis ministros da mais alta Corte foram anunciados como palestrantes, assim como três representantes do alto escalão do BTG Pactual – banco que é parte em processos no próprio STF.

Em nota, a organização do evento disse que "a participação de executivos de empresas se dá exclusivamente na condição de palestrantes convidados para contribuir com discussões temáticas de interesse público e sem quaisquer contrapartidas". "A escolha dos nomes segue critérios de relevância acadêmica e técnica, definidos por uma curadoria plural e independente", completou.

A organização do Fórum tem divulgado diariamente os nomes de peso da política, do Judiciário, da advocacia e do mundo dos negócios que viajarão a Lisboa para falar no evento. Dos 11 ministros do STF, devem estar presentes no Fórum o presidente, Luís Roberto Barroso, Alexandre de Moraes, André Mendonça, Dias Toffoli, Flávio Dino e o próprio Gilmar Mendes.

REPRESENTANTES. Dentre as empresas privadas, BTG, Eletrobras, Grupo Yduqs e Light, todos com processos em tramitação no Supremo, tiveram representantes anunciados como palestrantes no Gilmarpalooza. O banco enviará à capital portuguesa a sócia Bruna Marengoni, o diretor jurídico, Bruno Duque, e o chairman, André Esteves – que já foi preso a mando de ministro e teve o seu processo arquivado pelo STF por falta de provas.

A presença de executivos da cúpula do BTG mostra o estreitamento de laços entre a instituição financeira e o evento liderado por Gilmar Mendes sob a batuta do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), instituição da qual é sócio-fundador. A Light, a Eletrobras e Yduqs serão representadas, respectivamente, pelo CEO, pelo o vice-presidente de regulação e relações institucionais e pela vice-presidente do grupo.

Na edição do ano passado, o BTG ofereceu um happy hour fora da agenda oficial do evento para autoridades do Judiciário e Legislativo no luxuoso restaurante SUD Lisboa. Como mostrou o **Estadão** na época, o coquetel foi disputado entre advogados e lobistas. O local foi pensado para que as autoridades e os empresários tivessem mais privacidade.

Juristas críticos deste tipo de interação entre empresários e magistrados apontam que eventos como esse geram acesso desigual entre partes processuais e possíveis conflitos de interesse.

PROCESSOS. O banco de investimentos é parte em um processo em tramitação no STF. A instituição não responde diretamente a acusações e figura apenas como intimada em uma reclamação trabalhista do Banco Pan, sob relatoria do ministro André Mendonça, contra decisão que reconheceu vínculo empregatício de uma funcionária terceirizada.

Outro processo, encerrado definitivamente na última sexta-feira, tinha valor de causa estimado em R$ 300 mil e houve decisão contra o BTG.

O BTG apresentou um agravo ao STF contra decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que identificou responsabilidade solidária do banco em fraudes trabalhistas relacionadas a atraso de salário e não pagamento de verbas rescisórias de um trabalhador da Drogaria Mais Econômica, cuja massa falida foi gerida e, posteriormente, vendida pelo BTG para a empresa de investimentos Verti Capital.

A empresa de energia Light é parte em três recursos extraordinários que tramitam no STF. Uma dessas ações era relatada pelo ministro Luís Roberto Barroso e passou para a relatoria de André Mendonça – os dois ministros devem viajar a Lisboa para participar do fórum.

No processo, a Light disputa contra a Concessionária da Rodovia Presidente Dutra e saiu vencedora nas votações em plenário realizadas até o momento. O litígio entre as duas empresas discute a impossibilidade de concessionárias de rodovia cobrarem tarifa de empresas prestadores de serviços de energia elétrica por utilizarem as chamadas "faixas de domínio", como postes, por exemplo.

Já a Eletrobras é corré (litisconsorte passivo) em um processo movido pelo Estado de Alagoas contra a União por "ter deixado, há mais de 20 anos, de realizar a privatização" da Companhia Energética de Alagoas (CEAL), que é subsidiária da empresa de geração e transmissão de energia. A causa é estimada em R$ 1 milhão e tramita sob relatoria do ministro Cristiano Zanin.

A última empresa anunciada como participante do Fórum foi o grupo Yduqs, que respondendo a 12 processos no STF sob relatoria de Gilmar Mendes, Flávio Dino, Dias Toffoli, André Mendonça e Nunes Marques. ●

Recursos
A empresa de energia Light, que também terá executivo no evento, é parte em três recursos no Supremo

Empresas não veem conflito na participação de executivos no evento

Em nota, o Banco BTG Pactual afirmou que, "como qualquer empresa referência em seu mercado de atuação", é "frequentemente convidado a participar de eventos diversos que abordam temas relevantes para o Brasil e o mundo". O BTG disse ainda que os assuntos abordados no fórum "são parte da expertise de porta-vozes do Banco", afirmou que não é patrocinador do evento e vai arcar com as despesas de seus executivos sem recebimento de cachê ou outros recursos.

Procurada, a Eletrobras não respondeu ao Estadão. Em nota, o Yduqs afirmou que a sua vice-presidente, Cláudia Romano, vai participar do Fórum de Lisboa representando, além do grupo, o Sindicato das Entidades Mantenedoras do Estado do Rio de Janeiro (Semerj, do qual é presidente) e o Instituto Yduqs. "Temos processos internos para validação dessas participações e não enxergamos conflito", afirmou.

Procurada, a Light não se manifestou. ● W.G.

Para lembrar

Encontro mobiliza Corte e Congresso Nacional

● **Tradição**
Nos últimos anos, o Fórum de Lisboa se tornou um encontro das cúpulas dos Poderes, a ponto de esvaziar o Congresso e adiar pautas do Supremo Tribunal Federal

Eufrázio



Guerra no Oriente Médio

Israel diz dominar espaço aéreo do Irã; moradores fogem em massa de Teerã

Alerta do exército israelense para que moradores deixem partes da capital provoca debandada; Trump deixa cúpula do G-7 no Canadá mais cedo para discutir conflito

TEL-AVIV

Israel garantiu ontem ter conquistado "total superioridade aérea" em Teerã, no quarto dia de intensa troca de bombardeios entre os dois países. A série de alertas israelenses para a retirada de moradores de partes da capital disseminou o pânico entre a população e provocou uma fuga em massa da maior cidade iraniana.

No Canadá para a cúpula do G-7, o presidente americano, Donald Trump, publicou em suas redes sociais um alerta para que a população deixasse Teerã. "O Irã não pode ter uma arma nuclear. Repeti isso várias vezes. Todos deveriam se retirar de Teerã imediatamente", publicou ele. Em seguida, Trump deixou a cúpula antes do previsto e retornou para os EUA para liderar uma reunião com sua equipe de segurança nacional em Washington para discutir o conflito.

Antes da reunião, o secretário de Defesa dos EUA, Pete Hegseth, disse que o Pentágono estava enviando "recursos adicionais" das forças americanas para fortalecer a posição defensiva no Oriente Médio, sem dar mais detalhes. Segundo o *Washington Post*, a marinha cancelou uma escala no Vietnã para o USS Nimitz, direcionando o porta-aviões e outros navios de guerra que o escoltavam para o Oriente Médio mais rapidamente do que o esperado. O Nimitz leva cerca de 5 mil marinheiros e dezenas de caças. O Pentágono mantém um amplo conjunto de defesas na região. Elas incluem o porta-aviões USS Carl Vinson, que está no Mar Arábico, o cruzador de mísseis guiados USS Princeton, contratorpedeiros, entre outros, segundo autoridades de defesa.

CORRERIA. As ordens de retirada emitidas por Israel nos últimos dias são muito parecidas com os alertas aos palestinos antes de ataques em Gaza. Os avisos, publicados nas redes sociais, falam em bombardeios contra a "infraestrutura militar", como o de ontem contra a sede da Força Quds, unidade de elite que responde diretamente ao líder supremo, aiatolá Ali Khamenei.

Conflito
Sem um fim à vista para as hostilidades, quarto dia de bombardeios foi o mais intenso dos dois lados

JOHN WESSELS/AFP



FOTOS: IRINN/AFP



Ao lado, míssil iraniano atinge Tel-Aviv. Acima, imagens da TV estatal do Irã mostram repórter abandonando estúdio tomado por fumaça

Muitos alvos, no entanto, não são militares. Uma indicação de que Israel expandiu o foco dos ataques foi o anúncio da TV estatal do Irã, que disse ontem ter interrompido as transmissões ao vivo por estar sendo bombardeada.

O exército israelense também emitiu um aviso amplo de retirada para moradores do Distrito 3, um dos mais populosos entre os 22 distritos da capital. Nele, vivem 300 mil dos quase 10 milhões de habitantes da cidade. A sensação de que nenhum lugar é seguro causou uma fuga em massa de Teerã. Com o espaço aéreo iraniano fechado, a única forma de fugir da capital é por terra.

ASSASSINATO. Em sinal de que não pretende recuar, o premiê israelense, Binyamin Netanyahu, admitiu que assassinar o aiatolá Khamenei é uma possibilidade. "Tivemos meio século de conflito disseminado por esse regime. A guerra eterna é o que o Irã quer", disse ele, em entrevista à ABC News. "Isso (*matar Khamenei*) não vai intensificar a guerra, vai acabar com ela."

Em meio a ameaças do Irã de abandonar o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), Netanyahu disse ontem que os ataques fizeram o programa atômico iraniano retroceder "muitos anos". No entanto, Rafael Grossi, chefe da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), afirmou que, embora as instalações acima do solo em Natanz tenham sido destruídas, o subsolo não foi atingido e os danos em outras usinas foram reduzidos.

Sem um fim à vista para as hostilidades, o quarto dia de bombardeios foi o mais intenso, de lado a lado. Em Israel, 8 pessoas morreram, elevando o total de vítimas para 22, além de 600 feridos. O Irã registrou 224 mortos e 1.277 feridos desde o começo dos ataques.

O porta-voz do exército de Israel, Effie Defrin, disse que mais de 120 lançadores de mísseis – um terço do estoque iraniano – foram destruídos. A agência France-Presse noticiou, citando uma fonte militar israelense, que os ataques às bases de lançamento de foguetes já tinham diminuído pela metade o número de mísseis disparados pelo Irã.

Ainda assim, os ataques continuaram a provocar impacto devastador nas regiões central e costeira de Israel. A agência de notícias iraniana Tasnim citou indícios do uso de um míssil balístico hipersônico com capacidade de desviar de sistemas de defesa antiaérea. ● AP, AFP e NYT

Iranianos buscam diálogo com EUA para encerrar ataques, diz jornal

TEERÃ

O jornal *Wall Street Journal*, citando autoridades iranianas, afirmou ontem que o Irã teria sinalizado com urgência que busca o fim das hostilidades com Israel e a retomada das negociações sobre seu programa nuclear com os EUA, enviando mensagens a israelenses e americanos por meio de intermediários árabes. O regime não comentou a notícia.

No entanto, segundo a agência Reuters, que entrevistou duas fontes iranianas e três regionais, o governo do Irã teria pedido a Catar, Arábia Saudita e Omã que pressionem o presidente dos EUA, Donald Trump, a usar sua influência sobre Israel para concordar com um cessar-fogo imediato. Em troca, o regime teria oferecido maior flexibilidade nas negociações sobre seu programa nuclear. Teerã também não se pronunciou sobre o caso.

De acordo com a Reuters, Omã, que faz a mediação entre Teerã e Washington, trabalha em um rascunho que inclui a suspensão temporária – por três anos – do enriquecimento de urânio e inspeções frequentes. Em troca, os EUA suspenderiam as sanções e reconheceriam o programa nuclear iraniano como "pacífico". No entanto, segundo diplomatas, o acordo estaria condicionado a um cessar-fogo imediato com Israel.

Ontem, o Irã chamou seus ataques de "autodefesa". O embaixador iraniano nas Nações Unidas disse ao Conselho de Segurança que as retaliações seriam "operações defensivas proporcionais, direcionadas exclusivamente a objetivos militares e infraestrutura associada" – apesar de os mísseis disparados contra o território israelense terem matado civis.

TELEFONEMA. Um dos poucos países a defender publicamente o Irã foi a Rússia. Ontem, o Kremlin afirmou que Teerã está apenas exercendo seu direito de se defender contra um ataque de Israel. As agências de notícias russas citaram o vice-ministro das Relações Exteriores, Serguei Ryabkov, dizendo que Moscou está discutindo a crise com EUA, Israel e Irã.

O chanceler iraniano, Abbas Araghchi, cobrou ontem de Trump uma atuação mais firme em defesa de um cessar-fogo.

Pressão
Chanceler do Irã diz que basta um telefonema de Trump para 'amordaçar alguém como Netanyahu'

Segundo o chanceler, "basta um telefonema de Washington para amordaçar alguém como Netanyahu". "Isso pode abrir caminho para o retorno da diplomacia", afirmou. ● AP e NYT

O preço da guerra para iranianos e israelenses

As duas sociedades têm em comum o fato de serem nações não árabes em uma região dominada por eles

ARTIGO | The Economist

Em Tel-Aviv e Teerã, equipes de resgate procuram sobreviventes entre pilhas de escombros. A guerra aérea e com mísseis que Israel e Irã passaram décadas planejando chegou, é tanto espetacular quanto aterrorizante. Autoridades israelenses afirmam que precisam de pelo menos duas semanas para degradar as capacidades nucleares e de mísseis do Irã. Isso significa que a luta é um teste de resistência para ambos os países.

Neste contexto, Israel poderá precisar da ajuda dos EUA para desferir um golpe decisivo nas instalações nucleares profundamente enterradas do Irã. Para Israel, os próximos dias serão decisivos: se mantiver uma aura de sucesso, poderá conseguir atrair de vez Donald Trump.

Mas, se o ritmo dos danos às instalações nucleares abrandar e o número de vítimas aumentar, o presidente americano poderá pressionar para que a guerra termine antes de Israel ter alcançado seus objetivos. Um cessar-fogo precipitado poderia deixar o Irã com um grande incentivo para restaurar rapidamente seu programa nuclear.

Israel lançou centenas de ataques aéreos desde o dia 13. O Irã respondeu com salvas de mísseis balísticos e drones, embora apenas alguns tenham penetrado nos sistemas de defesa de Israel. O objetivo oficial israelense é "remover uma ameaça existencial" do programa nuclear e dos mísseis balísticos do Irã. O país priorizou atacar quartéis-generais iranianos, residências de generais e centrais de lançamento de mísseis, além de alcançar o domínio aéreo sobre o Irã.

No entanto, é importante ressaltar que os danos causados às instalações nucleares até agora são limitados. No quarto dia após o início da guerra, apenas duas instalações principais foram atingidas, em Natanz e Isfahan, além de algumas outras menores.

Analistas israelenses avaliam que atingiram, no máximo, um terço do programa nuclear, o que o atrasaria em meses, não anos. Israel ainda não atacou instalações nucleares subterrâneas, incluindo a grande usina de enriquecimento de urânio em Fordow (embora tenha havido ataques israelenses acima do solo).

Autoridades israelenses afirmam que isso ocorrerá em breve. Mas Israel pode não ter bombas "bunker-buster", capazes de penetrar em áreas mais profundas, suficientemente poderosas para destruir totalmente as usinas subterrâneas de enriquecimento.

RESILIÊNCIA. Mais 10 a 20 dias de bombardeios testarão a resiliência de ambas as sociedades. Elas têm coisas óbvias em comum: uma tradição de aprendizagem e ciência e o fato de serem nações não árabes em uma região frequentemente inóspita dominada pelos árabes.

Elas eram aliadas até a revolução islâmica do Irã, em 1979. Menos conhecido é o fato de que as estratégias militares de ambos refletem as guerras com mísseis contra o Iraque. No conflito Irã-Iraque da década de 80, a "Guerra das Cidades" viu o Iraque lançar mísseis Scud soviéticos contra Teerã e outras cidades, forçando o aiatolá Ruhollah Khomeini, então líder do Irã, a "beber do cálice envenenado" e assinar um acordo de cessar-fogo, em 1988.

Mais tarde, durante a Guerra do Golfo, em 1991, o então líder do Iraque, Saddam Hussein, ordenou que Scuds fossem disparados contra Israel.

O grande arsenal do Irã reflete esse legado: sua indústria foi impulsionada pela Líbia e pela Coreia do Norte e pode construir milhares de mísseis por ano. O Irã também lançou um programa nuclear, com usinas de enriquecimento de urânio construídas em bunkers subterrâneos na década de 2000.

Israel, por sua vez, investiu em seus próprios sistemas de defesa antimísseis e adquiriu dos EUA esquadrões de caças que foram modificados com tanques de combustível adicionais e sistemas de guerra eletrônica, permitindo-lhes realizar ataques de longo alcance. Israel exigiu que todas as novas residências tivessem pelo menos um cômodo capaz de servir também como abrigo antiaéreo reforçado.

> *As esperanças de capitulação ou mudança de regime em Teerã podem não ser realistas*

PODER DE FOGO. Esses arsenais estão agora sendo usados por cada lado, com consequências devastadoras. A resistência de Israel é, em parte, uma questão de defesa da pátria: nas primeiras 48 horas da guerra, o Irã lançou cerca de 300 mísseis e 150 drones contra o país.

A maioria foi interceptada por Israel, com a ajuda das forças americanas. Os poucos que conseguiram passar destruíram dezenas de edifícios, matando pelo menos 14 pessoas, e danificaram o principal quartel-general militar de Israel, em Tel-Aviv, e uma refinaria de petróleo em Haifa, no norte. Os danos físicos são menos graves do que o esperado.

O custo financeiro é enorme: as guerras de Israel, desde outubro de 2023, custaram cerca de US$ 85 bilhões, mas isso foi antes da última fase com o Irã. Um economista que assessora o governo estima os custos diretos do combustível de aviação e das munições para a guerra contra o Irã em cerca de US$ 300 milhões por dia.

Muito depende agora da capacidade de Israel de destruir os lançadores de mísseis iranianos antes que os estoques de mísseis interceptadores israelenses se esgotem.

O Irã, por sua vez, tinha 2 mil mísseis capazes de atingir Israel quando a guerra começou, segundo a inteligência israelense. Muitos já foram disparados ou destruídos, mas os iranianos quase certamente manterão um número suficiente, armazenados no subsolo, para continuar atacando Israel todas as noites.

Ainda é possível que o Irã consiga um ataque espetacular, matando muitos civis ou destruindo um local estratégico. No entanto, o índice de desgaste dentro do Irã será pior, com a destruição gradual da maior parte de sua infraestrutura nuclear e de mísseis se aproximando.

O país entrou na guerra em desvantagem estratégica. Seu principal aliado regional, o Hezbollah, foi paralisado pelos ataques israelenses em setembro. O Irã enfrenta uma crise econômica, tornando sua liderança vulnerável a distúrbios internos. Israel também bombardeou duas usinas civis de combustível, indicando que poderia levar essa economia instável à beira do abismo.

No mínimo, os líderes de Israel acreditam que essa pressão pode forçar o Irã a considerar um acordo com Trump, no qual teria de desmantelar o que resta de seu programa nuclear e de mísseis. Para aumentar a tensão, Israel enfatiza a possibilidade de agitação interna no Irã, que poderia colocar em risco Ali Khamenei, o líder supremo, e todo o regime teocrático.

Embora as autoridades israelenses afirmem que a mudança de regime não é um objetivo, o premiê Binyamin Netanyahu dirigiu-se ao povo iraniano, dizendo que "esta é sua oportunidade de se levantar" contra um sistema "que os oprimiu por quase 50 anos".

Mas essas esperanças israelenses de capitulação ou mudança de regime podem não ser realistas. E, sem isso, a guerra só faz sentido Israel se puder atrasar o programa nuclear em anos.

Para Israel, a guerra está indo melhor do que o esperado. O país ainda pode receber ajuda militar americana. Mas, se isso não acontecer, precisará de outra maneira de encerrar o conflito que iniciou. Como afirma Amos Yadlin, ex-chefe da inteligência militar israelense, além da campanha militar, Israel "também precisa de uma estratégia diplomática de saída, e Netanyahu não tem sido hábil em elaborar uma". ●

© 2025 THE ECONOMIST NEWSPAPER LIMITED. DIREITOS RESERVADOS. PUBLICADO SOB LICENÇA. O TEXTO ORIGINAL EM INGLÊS ESTÁ EM WWW.ECONOMIST.COM

Atentado em Minnesota

FBI diz que atirador tinha lista com 45 democratas

WASHINGTON

Um homem acusado de assassinar uma congressista de Minnesota e seu marido, além de atirar contra um senador estadual, esteve nas casas de outros dois legisladores no mesmo dia, em uma campanha planejada, segundo autoridades federais, para "infligir medo" e matar políticos e seus parentes.

O suspeito, Vance Boelter, de 57 anos, tinha um caderno que mencionava cerca de 70 alvos em potencial. Ele tinha os nomes e, em alguns casos, endereços de mais de 45 autoridades eleitas – a maioria democratas –, segundo o FBI. Entre elas, a senadora de Minnesota, Amy Klobuchar, que participou das primárias democratas para a presidência dos EUA.

Boelter tinha documentos que mencionavam dezenas de alvos, alguns em Estados vizinhos, incluindo políticos, líderes cívicos e defensores do direito ao aborto, segundo autoridades.

ACUSAÇÃO. Boelter enfrentará acusações federais de homicídio pelo ataque, o que pode resultar na pena de morte. Ele foi detido pela polícia no domingo, após uma busca de dois dias.

As autoridades acreditam que ele seja o atirador que se fez passar por policial e matou a tiros a deputada Melissa Hortman e seu marido, Mark, e feriu o senador estadual John Hoffman e sua mulher, Yvette, na manhã de sábado. ● NYT e AFP

Boeing

Avião da Air India retorna a Hong Kong após apresentar problema técnico no voo

Um avião da Air India, com destino a Nova Délhi, retornou ontem a Hong Kong logo após a decolagem devido a um problema técnico em pleno voo. O incidente ocorreu menos de uma semana após outro voo da companhia cair e matar mais de 270 na Índia. Nos dois casos, o avião era um Boeing 787 Dreamliner. ●

Colômbia

Pré-candidato baleado é submetido a cirurgia de emergência após sangramento

O candidato presidencial colombiano Miguel Uribe, baleado na semana passada em um comício, foi submetido ontem a cirurgia de emergência após sofrer uma hemorragia cerebral. Segundo os médicos, seu estado de saúde era considerado "extremamente crítico", após dias de estabilidade. ●

Eufrázio

Saúde

628 cidades de SP não atingem metas vacinais

Em 2023, 108 municípios não alcançaram cobertura em nenhum imunizante infantil; levantamento inédito indica problemas em todo o País desde 2015, agravados na pandemia

LAYLA SHASTA
STEFHANIE PIOVEZAN

Um levantamento inédito do Instituto Questão de Ciência (IQC), em parceria com a Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), mostra que a crise na vacinação infantil no Brasil é mais duradoura e crítica do que se poderia imaginar.

Com dados sobre imunização entre 2000 e 2023, o *Anuário VacinaBR 2025*, lançado hoje, mostra que a vacinação de crianças caiu desde 2015. Em alguns casos, a baixa foi intensificada a partir de 2020.

Além da queda em âmbito nacional, há bolsões de baixa vacinação em diferentes regiões, o que abre brechas perigosas, capazes de facilitar a volta de doenças sob controle. Em Estados como Amazonas, Pará, Maranhão e Rio Grande do Sul, há cidades vizinhas com realidades totalmente diferentes: se uma chega a 95% de cobertura vacinal, outra mal passa dos 50%.

O relatório aponta que há sinais de melhora a partir de 2022, acelerados em 2023. Ainda assim, neste último ano observado, nenhuma das vacinas infantis do calendário nacional atingiu a meta de cobertura em todos os Estados.

Especificamente em São Paulo, só 17 dos 645 municípios atingiram as metas de cobertura vacinal infantil do Programa Nacional de Imunizações (PNI). Isso significa que em mais de 97% das cidades paulistas as taxas de vacinação estavam abaixo do ideal em 2023. Pior: naquele ano, 108 cidades não atingiram a meta de cobertura vacinal para nenhum imunizante do calendário infantil. Outras 65 bateram a meta para só uma vacina e 64, para duas. Quase 50% das cidades paulistas não atingiu a cobertura adequada em mais do que 3 das 12 vacinas avaliadas.

> ***"As pessoas deixaram de ver as doenças infecciosas como uma ameaça imediata e passaram a não considerar a vacinação prioridade. Colocam na balança o medo da doença e a desconfiança com as vacinas, alimentada pela desinformação"***
> **Isabella Ballalai**
> **Soc. Bras. de Imunizações**

O anuário é fruto do cruzamento de dados públicos de vacinação, provenientes do DataSUS e do InfoMS, com dados populacionais do IBGE e do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos. O estudo considera doses aplicadas, taxa de abandono e homogeneidade de cobertura.

Reunir e cruzar essas informações não foi fácil, diz Gabriel Maia, coordenador de análise de dados do Anuário. "O sistema de vacinação é complexo, as vacinas mudam ao longo do tempo e a cada dois anos há algo novo. Além disso, existem problemas de parametrização entre os registros, o que pode comprometer o envio de dados municipais à plataforma nacional."

Também há municípios sem internet de qualidade, computadores adequados e pessoal treinado e atualizado, o que pode prejudicar a submissão dos registros.

ESFORÇO. A equipe do IQC reconhece que há esforço das autoridades. "Historicamente, o Ministério da Saúde e o SUS demonstram preocupação com o registro de informações", diz Fernanda Meirelles, coordenadora do Observatório de Políticas Científicas.

Procurado, o Ministério da Saúde afirma que "reverteu a tendência de queda nas coberturas vacinais após quase uma década de retrocesso, marcada por falhas no abastecimento, dificuldades de acesso, problemas nos sistemas de informação e avanço da desinformação, que afetaram a confiança nas vacinas".

A pasta disse ainda que ampliou investimentos e, no ano passado, o Brasil saiu da lista dos 20 países com mais crianças não vacinadas no mundo e recuperou o status de livre do sarampo. ●

O Estado
de S. Paulo

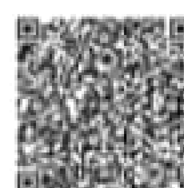
1875

Estadão nas ruas de SP:
Conheça os lugares que marcam nossa história na cidade

Da criação de **instituições importantes** a homenagens em **nomes de ruas** e **avenidas**, confira em nosso **mapa interativo** mais de **100 pontos** da cidade ligados à **trajetória do jornal**.



Realização: ESTADÃO 150
Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO
Apoio: ELDORADO FM 107.3
Patrocínio: STELLANTIS



Escaneie o QR Code e acesse o mapa!

Eufrázio

Justiça

Governo do PR quer lei que cobra de condenado por investigações

Projeto prevê cobrança a réus com sentença transitada em julgado ou que fizeram acordo de não persecução; STF pode barrar

dJOSÉ MARIA TOMAZELA

O governo do Paraná quer aprovar uma lei obrigando pessoas com condenação penal na Justiça a pagarem o custo das investigações da Polícia Civil que resultaram na condenação. Um projeto criando a "taxa de atos de inquérito" foi encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado neste mês. A cobrança será aplicada a réus com sentença transitada em julgado – sem possibilidade de recurso – ou a investigados que firmarem acordo de não persecução penal. Para especialistas em Direito Penal, a proposta é inconstitucional por contrariar o princípio da gratuidade da segurança pública.

Conforme o governador Ratinho Junior (PSD), a ideia é fazer com que o custo do trabalho investigativo recaia sobre quem o provocou e não sobre o conjunto da sociedade. "Tal medida visa a imputar ao autor do delito a necessidade de recomposição dos recursos públicos despendidos de forma específica e individualizada para apuração da sua conduta", diz, na justificativa do projeto. Segundo o texto, os recursos arrecadados serão revertidos integralmente na modernização tecnológica, capacitação de servidores e melhoria das condições de trabalho da polícia. Atualmente, o Estado do Paraná tem 41,3 mil condenados cumprindo pena em suas 30 unidades prisionais.

A proposta prevê que a cobrança será feita após o encerramento do processo judicial, ou seja, apenas quando a decisão da Justiça se torna definitiva, incidindo sobre os serviços realizados no curso dos inquéritos policiais, como a lavratura de autos, realização de perícias e cumprimento de diligências. A taxa não será cobrada dos beneficiários da justiça gratuita, nem aplicada a procedimentos que não resultam em condenação ou acordo penal, como nos casos em que os investigados não são processados ou são absolvidos pela Justiça.

QUANTO VAI CUSTAR? Está prevista na proposta a cobrança por 37 tipos de serviços policiais que vão desde uma simples diligência até a elaboração de laudos periciais. O valor a ser recolhido seguirá uma tabela que faz parte do projeto e tem como base a Unidade Padrão Fiscal do Paraná. O montante maior, de 400% da UPF, recairá sobre a lavratura de prisão em flagrante.

O preso, se condenado, pagará por apenas esse serviço policial R$ 574,84 pelos valores atuais. A UPF para 2025 é de R$ 143,71. Em média, os custos por serviço correspondem a 150% da UPF. Considerando a tramitação média de um inquérito policial criminal, o custo para o preso condenado chega a R$ 8,6 mil.

O delegado-geral da Polícia Civil do Paraná, Silvio Rockembach, considera a medida uma resposta séria na política de segurança pública.

"Atuamos de maneira exaustiva em muitos inquéritos, que exigem recursos materiais, diárias, horas extras e dedicação extrema dos policiais e delegados. Com o projeto vamos garantir que aqueles condenados tenham de devolver os recursos ao Estado", diz Silvio Rockembach, delegado-geral da Polícia Civil do Paraná.

Para o advogado criminalista Rafael Paiva, professor de Direito Penal e Processo Penal, se aprovada, a lei estadual fatalmente será contestada no Supremo Tribunal Federal (STF) por inconstitucionalidade. "Em situações anteriores e parecidas, o STF declarou inconstitucionais leis estaduais que estipulavam taxas para custeamento da atividade policial, sob o fundamento de que esse tipo de serviço é geral e indivisível, ferindo o princípio da segurança pública gratuita."

ESTADO A ESTADO. No mês passado, o governador Ratinho Júnior já defendeu que cada Estado tenha sua própria legislação penal, diferenciando as regras de punição para os crimes, por meio de emenda constitucional.

De acordo com ele, seria uma forma de dar resposta mais rápida aos crimes. "Estados precisam ter autonomia para endurecer as penas." ●

Valores

R$ 8,6 mil
É até quanto chegará o custo, considerando a tramitação média de um inquérito policial criminal

R$ 574,84
É o valor de uma prisão em flagrante

JBS
APRESENTA

prêmio paladar
ESTADÃO

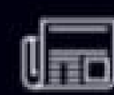


O portal referência em **GASTRONOMIA**, **RECEITAS** e **NOTÍCIAS** lança **PLATAFORMA** com **CONTEÚDO ESPECIAL** sobre o prêmio.

PREMIAÇÃO
Os melhores **BARES** e **RESTAURANTES** de São Paulo.

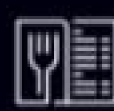
HONRA AO MÉRITO
História, criatividade e talentos que impulsionam o setor na cidade.

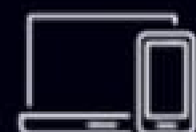
AGOSTO 25


REPORTAGENS ESPECIAIS


CHEFS QUE FIZERAM PARTE DA HISTÓRIA


SABORES E LUGARES


RECEITAS DE SUCESSO


CONTEÚDO EXCLUSIVO SOBRE O PRÊMIO

ACESSE:


Realização:
ESTADÃO 150
paladar 20 anos

Parceria:
ESTADÃO BLUE STUDIO
FIA BUSINESS SCHOOL

Viagem

Portugal planeja limitar imigração e cidadania

A mudança prevê aumento do tempo mínimo de residência e presença efetiva no território para obter benefícios

ISABELA MOYA

O governo de Portugal pretende tornar as regras para aquisição da cidadania portuguesa mais rígidas. Uma proposta foi enviada ao Parlamento e deve começar a ser discutida hoje. A mudança prevê aumento do tempo mínimo de residência e presença efetiva em território português para solicitação da cidadania, eliminando a possibilidade da permanência ilegal ser considerada para efeitos de contagem desse tempo.

A medida deve atingir especialmente os brasileiros, maior comunidade estrangeira dentro de Portugal. Em 2023, eram 513 mil no país europeu, segundo o Itamaraty.

Portugal também quer rever a Lei de Estrangeiros e a Lei de Asilo, limitando os fluxos migratórios à capacidade dos serviços públicos e de integração da sociedade portuguesa. Isso limitaria os pedidos de reagrupamento familiar (quando um estrangeiro tem permissão para residir no país e quer trazer sua família).

Também restringiria o visto de procura para trabalho "a candidatos com elevadas qualificações", introduzindo o domínio da língua portuguesa nas renovações de certas modalidades de autorização de residência. A ideia é priorizar a atração e a fixação de uma mão de obra estrangeira "altamente qualificada", incluindo lusodescendentes e promovendo o retorno de portugueses emigrantes.

O governo também deseja assegurar que quem adquire a nacionalidade portuguesa tenha uma "relação efetiva e uma integração de sucesso no País, reunindo as condições necessárias para assumir os direitos e cumprir os deveres inerentes à nacionalidade".

Em paralelo, o país procura combater a imigração ilegal, criando um novo regime "rápido e eficaz" de afastamento de estrangeiros em situação ilegal, e o tráfico humano.

No Parlamento
Discussão começa hoje; governo também quer rever a Lei de Estrangeiros e a Lei de Asilo

EXPULSÃO. A apresentação de medidas ao Parlamento não surpreende. O governo português já vinha anunciando propostas nesse sentido. No início do mês, Portugal disse que quase 5,4 mil brasileiros terão de deixar "voluntariamente" o país, caso não quisessem ser expulsos. Eles fazem parte do grupo de estrangeiros que apresentou manifestação de interesse de permanecer em Portugal e teve o pedido negado.

Até o ano passado, uma das formas que os estrangeiros tinham de morar em Portugal era pela manifestação de interesse. A pessoa que entrasse legalmente no país europeu, tivesse emprego e estivesse inscrita e com situação regularizada, perante a Previdência Social, poderia pedir autorização do governo para morar em definitivo em Portugal, inclusive trazendo familiares por meio do pedido de agrupamento familiar. Esse era um método muito usado por brasileiros e outras nacionalidades até junho de 2024, quando havia 440 mil pedidos pendentes. ●

LEILÃO DE IMÓVEL
OPORTUNIDADE IMPERDÍVEL

EXCELENTE CASA
SIRIÚBA – ILHABELA/SP

VIVA O PRIVILÉGIO DE MORAR OU INVESTIR EM UM IMÓVEL COSTEIRO QUE OFERECE UMA EXPERIÊNCIA ÚNICA, EM UMA DAS REGIÕES MAIS EXCLUSIVAS DO LITORAL PAULISTA.

SOMENTE ONLINE
08/08 ÀS 11H

Localização privilegiada em região nobre e valorizada
Situado na Praia do Arrozal, com infraestrutura completa e melhorias contínuas impulsionadas pelos royalties do petróleo. Próximo ao centro histórico (A Vila) e à Praia da Armação, reconhecida como polo da vela brasileira.

Exclusividade à beira-mar
Imóvel com acesso reservado à praia, compartilhado por apenas cinco residências, além de pier privativo para condôminos.

Vista permanente e diferencial raro e valorizado
Localizado a 20 metros acima do nível do mar, oferece vista permanente do mar e aproximadamente 1.600 m² de área de marinha para uso particular.









ÁREA CONSTRUÍDA: 202,82M²
ÁREA DO TERRENO: 638,73M²
LANCE INICIAL: R$6.000.000

IMÓVEL RESIDENCIAL DESOCUPADO, SITUADO NA AV. LEONARDO REALE, Nº 3.093 – SIRIÚBA – ILHABELA/SP. MATRÍCULA Nº 35.869 DO REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO SEBASTIÃO/SP. INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 1002.3093.0010.IMÓVEL CADASTRADO NO SISTEMA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO SOB O Nº 6509 0100128-16.OBSERVAÇÕES RESUMIDAS:1)O IMÓVEL ESTÁ SENDO LEILOADO NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA, TANTO EM TERMOS FÍSICOS QUANTO DOCUMENTAIS. 2) A REGULARIZAÇÃO DO REGISTRO DA DOAÇÃO DO IMÓVEL, ORIUNDA DE SENTENÇA EM PROCESSO DE INVENTÁRIO AINDA NÃO CONCLUÍDO, SERÁ DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DO COMPRADOR.3)OS DÉBITOS DE IPTU E SPU (LAUDÊMIO) DEVERÃO SER APURADOS E PAGOS PELO ARREMATANTE, SEM DIREITO A REEMBOLSO. HÁ TAMBÉM DÉBITO PERANTE A SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO (SPU), IGUALMENTE DE RESPONSABILIDADE DO ARREMATANTE.4) CASO HAJA CONSTRUÇÃO PENDENTE DE AVERBAÇÃO NO REGISTRO DE IMÓVEIS, A REGULARIZAÇÃO FICARÁ A CARGO DO ARREMATANTE.5) CONSTA AÇÃO DE INVENTÁRIO (PROCESSO Nº 0024751-62.2011.8.26.0100), EM TRÂMITE NA 8ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE SÃO PAULO/SP, ALÉM DE DUAS AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL – DÍVIDA ATIVA – EM TRÂMITE NA 1ª VARA DO FORO DE ILHABELA/SP, SOB OS NºS 1501898-09.2023.8.26.0247 E 1500042-44.2022.8.26.0247. 6) O IMÓVEL É OBJETO DE INVENTÁRIO, SENDO QUE A TITULARIDADE DO BEM É COMPARTILHADA ENTRE A AACD E A ENTIDADE ALDEIAS INFANTIS, CABENDO 50% A CADA UMA DAS INSTITUIÇÕES. A VENDA, SE EFETIVADA, OCORRERÁ MEDIANTE DEPÓSITO DO VALOR EM JUÍZO. CONSULTE O EDITAL COMPLETO EM WWW.SODRESANTORO.COM.BR. AGENDE SUA VISITA OU TIRE DÚVIDAS: TELEFONE (11) 2464-6460, WHATSAPP (11) 97777-0753 OU E-MAIL: AF@SODRESANTORO.COM.BR

OS VALORES ARRECADADOS SERÃO DESTINADOS À AACD E ÀS ATIVIDADES ASSISTENCIAIS DE SAÚDE



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.





SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581

Corpus Christi será feriado em 17 capitais do País

Você está contando os dias para folgar no feriado de Corpus Christi, na quinta-feira? Pois saiba que a celebração católica da eucaristia não é e nunca foi feriado nacional no Brasil. Mas é feriado em vários Estados e muitos municípios. Em âmbito federal, é ponto facultativo – quando cabe a cada empresa decidir se autoriza ou não a folga de seus funcionários.

A data que celebra o corpo e o sangue de Jesus Cristo foi instituída em 1264 pelo papa Urbano IV e trazida para o Brasil pelos portugueses. Em 17 capitais será feriado, por força de lei municipal ou estadual: Aracaju, Belém, Belo Horizonte, Boa Vista, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Macapá, Maceió, Manaus, Natal, Porto Alegre, Salvador, São Paulo, Teresina e Vitória. Nesses locais, órgãos públicos e grande parte do comércio não funcionam.

As celebrações mais tradicionais da data acontecem em cidades históricas de Minas, como Ouro Preto; em Santana de Parnaíba, na região metropolitana de São Paulo; em São Gonçalo, na região metropolitana do Rio; e na capital paranaense, Curitiba. ● FABIO GRELLET

PREVISÃO DO TEMPO

Para São Paulo - Capital

Baseada na geocoordenada da Praça da Bandeira | Última Atualização: 16/06

HOJE: MANHÃ	HOJE: TARDE	HOJE: NOITE	VOLUME DE CHUVA	UMIDADE RELATIVA	AMANHÃ	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
0% 16°	0% 21°	0% 18°	0 MM	40 a 100%	13°/23°	14°/24°	15°/24°	16°/22°

SOL: NASCENTE 6h46 · POENTE 17h28

LUA: CHEIA

CHEIA	11/06	4h43
MINGUANTE	18/06	16h19
NOVA	25/06	7h31
CRESCENTE	02/07	16h30

Regiões do Estado de SP — Chance de Chuva | Volume de Chuva | Temperatura (mín./máx.)

Fonte dos dados: meteoblue®

Capitais	CHOVE?	VOL. MÉDIO	MÍN./MÁX.
ARACAJU	90%	2mm	23°C/26°C
BELÉM	55%	2mm	24°C/31°C
BELO HORIZONTE	0%	0mm	14°C/27°C
BOA VISTA	80%	1mm	24°C/30°C
BRASÍLIA	0%	0mm	13°C/27°C
CAMPO GRANDE	0%	0mm	20°C/31°C
CUIABÁ	0%	0mm	23°C/31°C
CURITIBA	0%	0mm	14°C/27°C
FLORIANÓPOLIS	0%	0mm	18°C/24°C
FORTALEZA	40%	3mm	25°C/30°C
GOIÂNIA	0%	0mm	15°C/27°C
JOÃO PESSOA	50%	1mm	24°C/27°C
MACAPÁ	50%	5mm	25°C/33°C

Capitais	CHOVE?	VOL. MÉDIO	MÍN./MÁX.
MACEIÓ	80%	14mm	22°C/26°C
MANAUS	25%	0mm	24°C/31°C
NATAL	50%	0mm	24°C/28°C
PALMAS	0%	0mm	21°C/33°C
PORTO ALEGRE	100%	15mm	17°C/21°C
PORTO VELHO	15%	0mm	24°C/30°C
RECIFE	80%	6mm	22°C/27°C
RIO BRANCO	75%	6mm	22°C/26°C
RIO DE JANEIRO	0%	0mm	18°C/21°C
SALVADOR	80%	13mm	22°C/26°C
SÃO LUÍS	10%	16mm	26°C/32°C
TERESINA	5%	0mm	23°C/32°C
VITÓRIA	40%	0mm	18°C/21°C

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0h	22°C/27°C	LOS ANGELES	-4h	18°C/28°C
ATENAS	+6h	24°C/32°C	MADRID	+5h	24°C/35°C
BARCELONA	+5h	23°C/28°C	MIAMI	1h	27°C/30°C
BERLIM	+5h	16°C/27°C	MONTEVIDÉU	0h	12°C/14°C
BRUXELAS	+5h	15°C/26°C	MOSCOU	+6h	15°C/18°C
BUENOS AIRES	0h	10°C/14°C	NOVA YORK	1h	18°C/28°C
CARACAS	1h	21°C/27°C	PARIS	+5h	15°C/29°C
CIDADE DO MÉXICO	3h	14°C/20°C	ROMA	+5h	23°C/31°C
ESTOCOLMO	+5h	14°C/24°C	SANTIAGO	1h	3°C/11°C
GENEBRA	+5h	15°C/28°C	SYDNEY	+13h	7°C/14°C
JOANESBURGO	+5h	7°C/17°C	TEL AVIV	+6h	24°C/28°C
LIMA	2h	11°C/20°C	TÓQUIO	+12h	25°C/31°C
LISBOA	+4h	22°C/30°C	TORONTO	1h	18°C/25°C
LONDRES	+4h	17°C/27°C	WASHINGTON	1h	18°C/27°C

Clima

Inverno deve ser mais quente do que a média na maior parte do País

No entanto, também são esperados dias mais frios e uma estação típica, sem os efeitos de El Niño e La Niña

RENATA OKUMURA

TEMPO OK/DIVULGAÇÃO

Mapa indica a expectativa para a estação que começa na sexta

O inverno tem início na próxima sexta-feira, às 23h42, pelo horário de Brasília, em meio ao feriado prolongado de Corpus Christi. A estação deve apresentar temperaturas médias a mais altas na maior parte do País, especialmente nas regiões entre o Paraná, o Sudeste, e o Centro-Oeste, onde os principais desvios de temperatura são esperados.

"Podemos ter eventos de onda de frio mais intensos, que podem avançar até a região central, mas não serão frequentes", afirma Paulo Lombardi, meteorologista da Tempo OK. Segundo ele, o fim do inverno, principalmente, será marcado por temperaturas acima do normal, por causa da atuação de uma área de alta pressão na costa do Sul e do Sudeste.

No mapa da empresa de meteorologia, é possível observar que a maior parte do País será afetada por temperatura acima ou muito acima da média, incluindo as Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e parte do Norte. Durante o inverno, são esperados dias mais secos principalmente nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste, o que intensifica o alerta para a incidência de queimadas e para cuidados com a saúde.

MAIS FRIO. Espera-se também que muitas áreas do Sudeste e do Centro-Oeste possam sentir fortes ondas de frio que eventualmente avançam pelo interior do País. "O sul de Minas Gerais, o Estado de São Paulo e o centro-sul de Mato Grosso do Sul são as áreas mais suscetíveis à geada quando ocorre a passagem das fortes massas de ar frio, de origem polar", afirma a empresa Climatempo.

NEUTRALIDADE. Neste ano, no Hemisfério Sul, não haverá a influência de fenômenos como El Niño e La Niña. "A temperatura da água do mar na porção central e leste do Oceano Pacífico equatorial, na Costa do Peru, deve manter-se próxima da média. De modo geral, o inverno de 2025 tende a ser mais próximo das condições climáticas médias", acrescenta a Climatempo. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Leitora se queixa de fios de telefonia soltos na rua

Reclamação de Simone Ferreira: "Gostaria de relatar uma situação bastante preocupante na Rua Agenor Rocha, na Vila Síria. Vários fios apareceram arrancados, quebrados e alguns estão pendurados. Não sei se foi algum problema geral na rua, pois havia vários técnicos da Vivo também fazendo manutenção. A rua está cheia de fios no chão (calçada e rua) e soltos nos postes. Há risco para moradores que transitam, principalmente no escuro, pelas calçadas e podem cair, tropeçando neles. E o pior é que técnicos voltaram e arrancaram mais fios, deixando tudo espalhado em cima das calçadas e da via."

Resposta: "A Vivo informa que uma equipe técnica visitou o local citado, mas não havia cabos soltos da operadora. A Vivo busca sempre cuidar da experiência do cliente fim a fim, revisando as principais jornadas que causam impacto, oferecendo uma experiência integrada em todos os canais. Por meio do App Vivo, o cliente pode realizar o autoatendimento ou, se preferir, conversar com especialistas pelo chat. Há 1,8 mil lojas em todas as regiões do País, além da Central de Relacionamento, pelo 10315, e da Ouvidoria, pelo telefone 0800-7751212." ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ 150 ANOS

Geada

Hontem ao amanhecer tivemos a costumada visita da geada. É possivel que durante o mez ainda tenhamol-a mais forte.

Desta feita a baixa temperatura apenas chegou a zero do thermometro centigrado, nesta capital, pelo que ouvimos dizer.

As 6 da manhã, nas proximidades da estação de Indaiatuba, o th. cent. marcava 3 graos acima de zero.

Nas terriveis geadas de 1870 e 1871 a temperatura desceu 3 graos abaixo de zero, de modo que a actual não deve ter produzido na grande lavoura os estragos daquellas. ●

PLANTAS

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmera do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3856-3523 / WHATSAPP (11) 99123-4035 ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone

Anarycia Suliene de Morais Dantas - Dia 13, aos 22 anos. Filha de Regino Gomes Dantas e Ana Paula de Moraes. Era solteira. Deixa parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério Municipal de Bebedouro.

Getúlio Pereira - Dia 13, aos 74 anos. Era casado com Ísis do Carmo Teixeira. Deixa os filhos Getúlio, Patrícia, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério Municipal de Igarapava.

IN MEMORIAM

Laércio Borba - Hoje, às 19 horas, na Igreja Nossa Senhora das Merces, na Av. Manoel Ribas, 966, Merces, Curitiba

MISSAS

Ilona Patricia Vivienne Lopes - Hoje, às 10 horas, na Paróquia São José, na R. Dinamarca, 32, Jd. Europa (7º dia).

Como acionar o serviço funerário na cidade de São Paulo

Site das concessionárias

Consolare:
https://consolare.com.br
Cortel SP:
https://www.cortelsp.com.br
Grupo Maya:
https://grupomaya.com.br/
Velar:
https://velarspfuneraria.com.br/

NA WEB
O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário neste link **https://www.prefeitura.sp.gov.br**

Eufrázio

Segurança

Assaltos fazem comércio bloquear motos em via

Prefeitura diz ter aplicado multas no valor de R$ 3,2 mil para liberar a Rua José Gonçalves de Oliveira, no Itaim-Bibi

Comerciantes da região do bulevar construído em um trecho da Rua José Gonçalves de Oliveira, quase no encontro com a Avenida Brigadeiro Faria Lima, no Itaim-Bibi, zona sul de São Paulo, instalaram placas para "dificultar" o trânsito de bicicletas e motos por causa da insegurança. Bancos, tambores e até correntes podiam ser vistos no caminho.

"Atenção. Devido à rota de fuga, estamos dificultando a passagem de bikes e motos. Idosos e bebês terão acesso facilitado", diziam as placas, fixadas em ao menos dois pontos do bulevar.

Após o **Estadão** questionar sobre os bloqueios, a Prefeitura afirmou ter aplicado multas de R$ 3,2 mil em estabelecimentos da região. Foram retirados tambores e correntes instalados pelos comércios. A gestão diz ainda que a Guarda Civil Metropolitana (GCM) patrulha a região.

Dados do Radar da Criminalidade, desenvolvido pelo **Estadão**, apontam que foram registrados 43 crimes (entre as quatro modalidades monitoradas pela ferramenta) no bulevar e arredores em abril deste ano, alta de 38,7% em relação ao mesmo mês do ano passado. Desses, 36 foram furtos de celular. Conforme a Secretaria da Segurança Pública, o 15.° Distrito Policial (Itaim-Bibi), responsável por investigar crimes ocorridos na área, registrou queda de 22% nos roubos e de 7% nos furtos nos primeiros quatro meses deste ano. Ainda assim, foram quase 1,5 mil casos de furto e outros 440 de roubo no período.

A reportagem esteve no local. Ao lado das placas, havia correntes, tambores e até bancos improvisados para dificultar o acesso. Alguns entregadores passavam por ali, mas com certa dificuldade. ● ÍTALO LO RE E TABA BENEDICTO

TABA BENEDICTO/ESTADÃO



Todos os bloqueios foram retirados, após contato com a Prefeitura

LEILÃO DE IMÓVEL

OPORTUNIDADE DE IMÓVEL URBANO NA VILA FORMOSA - SÃO PAULO/SP

É AMANHÃ!

SOMENTE ONLINE

18/06/25 A PARTIR DAS 09H

COM POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO EM ATÉ 60X

oportunidade DE IMÓVEL URBANO (DESOCUPADO) NA VILA FORMOSA - SÃO PAULO/SP - EDITAL DE LEILÃO DE IMÓVEIS Nº 009/2025. Nº do Processo: 018.00019803/2024-61. Interessada: SUBSECRETARIA DE PATRIMÔNIO DO ESTADO - SPE. Alienação Onerosa de 1 imóvel localizado em São Paulo/SP. Torna-se público que o Estado de São Paulo, por meio da Coordenadoria de Patrimônio do Estado da Secretaria de Gestão e Governo Digital (CNPJ 39.467.292/0001-02), realizará licitação na modalidade LEILÃO, na forma ELETRÔNICA, com o critério de julgamento por MAIOR LANCE POR ITEM, para venda do imóvel descrito e caracterizado no Anexo I do Edital, na situação jurídica e no estado de conservação em que se encontram. • Imóvel urbano, localizado na Rua Horácio Rodrigues, nº 312, bairro Vila Formosa, município de São Paulo/SP. Área de terreno de 3.875,00m². Área Construída: 4.000,00m², 05 Pavimentos. DESOCUPADO. LANCE INICIAL: R$ 19.000.000,00. Transcrição nº 134.872 do 9º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo (SEI 0060253103), proveniente da Transcrição nº 16.155, 42.413 e 79.982, atualizada em 26/03/2025. O imóvel foi incorporado ao patrimônio do Estado por meio de desapropriação com a finalidade de viabilizar a construção e instalação do 2º Grupo Escolar de Vila Formosa, tendo cumprido integralmente sua destinação, PE-4569. Esta licitação será regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, pelo Decreto estadual nº 68.422, de 2 de abril de 2024, e pelas demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento. DATA E HORÁRIO DO LEILÃO ELETRÔNICO: Dia 29/04/2025 a partir das 9h00 (horário de Brasília). Necessário cadastramento prévio dos interessados no site do leilão www.sodresantoro.com.br. A abertura para lances será a partir das 09h00 (nove) horas do dia 29 de abril de 2025 até as 15h00 (quinze) horas do dia 29 de abril de 2025. Da participação no leilão, ressaltamos que o presente leilão terá início às 09h00 com encerramento previsto para às 15h00, sendo que o Leiloeiro Oficial iniciará o apregoamento do lote a partir das 12h00, ocasião em que o evento poderá ser encerrado a qualquer momento, com os interessados tendo a possibilidade de ofertar lances desde a sua abertura às 09h00. A hora prevista para o início dos pregões sempre será a de Brasília. A hora indicada para a colocação do lote no pregão será apenas estimada, podendo ser antecipada ou postergada, conforme o andamento do leilão, cabendo aos interessados acompanhá-lo do começo ao fim. Consulte edital completo: www.sodresantoro.com.br ou e-negócios públicos - Imprensa Oficial e Leilões (sggd.sp.gov.br) (sggd/transparência/editais/leilões), ou na sede da Unidade Contratante, mediante simples requerimento ou por meio eletrônico. Dúvidas: 11-2464-6460. Visitação mediante agendamento prévio através do e-mail af@sodresantoro.com.br - Leiloeira Oficial MARIANA LAURO SODRÉ SANTORO BATOCHIO - JUCESP nº 641



ÁREA DE TERRENO: 3.875,00M²

LANCE INICIAL: R$18.000.000



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.





SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Mariana Lauro Sodré Santoro Batochio, Leiloeira Oficial JUCESP nº 641

'Pessoas fazem isso porque se sentem desesperadas'

"Esse tipo de situação (*instalação de placas*) mostra muito bem como a segurança pública em São Paulo está com problemas", diz Rafael Alcadipani, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV). "As pessoas tomam essas medidas porque se sentem desesperadas por, na essência, se sentirem desamparadas pela falta de uma política de segurança pública que resolva a vida delas", acrescenta ele, que também é membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A Secretaria da Segurança Pública afirmou que "as polícias Civil e Militar atuam em conjunto na região e realizam ações para coibir todo tipo de delito". A pasta acrescentou, em nota, que o policiamento nas ruas é "constantemente orientado com base na reincidência criminal".

Já a Guarda Civil Metropolitana disse fazer "patrulhamento comunitário e preventivo em todas as regiões da cidade, 24 horas, com rondas periódicas para garantir a proteção da população, inibir os crimes de oportunidade e manter a preservação do patrimônio público em São Paulo". ●


MUNDIAL DE CLUBES DA FIFA

Palmeiras tem nível para competir com europeus, diz elenco

Empate sem gols com o Porto deixa jogadores com orgulho pelo desempenho da equipe alviverde

CESAR GRECO/PALMEIRAS


O atacante Estêvão defendeu a postura alviverde em campo

RICARDO MAGATTI
ENVIADO ESPECIAL
EAST RUTHERFORD

A frustração dos jogadores do Palmeiras pelo empate sem gols com o Porto domingo, na estreia no Mundial de Clubes, veio acompanhada de uma certeza: a de que o time tem condições de encarar as equipes europeias. Todos os que falaram com a imprensa após o jogo demonstraram muito orgulho pela atuação do Alviverde, que dominou a maior parte da partida, mas não teve a eficácia necessária para vencer no MetLife Stadium, em New Jersey.

O desempenho, avaliam os atletas, é uma prova de que o Palmeiras pode competir de maneira parelha com rivais europeus, ainda que o Porto não esteja no primeiro escalão entre os clubes da Europa.

"Nós mostramos que podemos bater de frente com qualquer time", enfatizou Estêvão, eleito pela Fifa como o melhor em campo. "A gente está aqui para mostrar que somos o Palmeiras. Conseguimos impor nosso jogo, tivemos um bom volume de finalizações."

ELOGIOS. Estêvão foi um dos que perderam uma das três chances mais claras criadas em sequência no fim da primeira etapa. Foram mais lances de perigo na etapa final, um deles com o zagueiro Murilo, que acertou de cabeça o pé da trave do goleiro Cláudio Ramos.

"O Palmeiras sempre chega, é muito grande. A gente veio muito bem preparado fisicamente e mentalmente", disse o defensor.

Mesmo pensamento tem Paulinho, camisa 10 que entrou no segundo tempo e deu mais frescor ao time. "Mostramos o nível que o Palmeiras joga", resumiu ele. "Criamos muitas chances dentro desse nosso jeito de jogar, e infelizmente o gol não saiu."

O meio-campista argentino Aníbal Moreno soube um dia antes que seria titular. O uruguaio Emiliano Martínez ficou no banco e Abel Ferreira mostrou ter acertado em sua decisão. Ninguém recuperou mais bolas que o argentino, com seis retomadas.

Grupo A
Na quinta, o Palmeiras enfrenta o Al-Ahly às 13h; depois, às 16h, o Inter Miami encara o Porto

"Tivemos mais chances, mais ocasiões claras (para fazer o gol). Fizemos muito mais para levar os três pontos e saímos frustrados", admitiu Moreno. "Enfrentamos um grande rival e mostramos que podemos competir".

O que faltou pra vencer? "Fazer o gol", respondeu o volante, com um famoso clichê.

EQUILÍBRIO. Na avaliação de Abel, seus atletas mantiveram a identidade de jogo e, se o desempenho não foi extraordinário, o time mostrou um atributo importante: o equilíbrio.

"Nós não somos excepcionais num ponto do jogo, mas somos equilibrados em todos, portanto, seja contra quem for, nós temos uma forma de jogar e vamos jogar da nossa maneira".

O Palmeiras continua sua trajetória no Mundial de Clubes contra o Al-Ahly, do Egito, em duelo marcado para quinta-feira, dia 19, às 13h (horário de Brasília), de novo no Metlife Stadium. Nenhum dos quatro times que compõem o Grupo A venceu ou marcou gols. ●

Trios de arbitragem do Brasil dirigem jogos do Inter de Milão e do City

A arbitragem brasileira vai estrear no Mundial de Clubes em partidas de dois grandes times europeus. Um trio trabalha hoje e o outro, amanhã.

Wilton Pereira Sampaio e os auxiliares Bruno Boschilia e Bruno Pires estarão em ação no embate entre Inter de Milão e Monterrey hoje, às 22 horas de Brasília. O jogo será no Estádio Rose Bowl, em Los Angeles.

Ramon Abatti Abel vai apitar o confronto entre Manchester City e Wydad Casablanca, amanhã às 13h, auxiliado por Rafael Alves e Danilo Simon Manis. A partida será no Lincoln Financial Field, na Filadélfia. ●

Flamengo começa bem e bate o Espérance; Flu vai estrear hoje

O Flamengo esbanjou um bonito futebol na vitória por 2 a 0 sobre o Espérance, da Tunísia, ontem à noite, na estreia pelo Grupo D do Mundial de Clubes. Pelo que jogou, porém, o placar poderia ter sido maior, principalmente pelas chances perdidas. Ainda assim, o time assume a liderança, na frente do Chelsea pelo número de cartões amarelos – os flamenguistas levaram um, enquanto os ingleses receberam três.

Também poderia ter sido melhor o público no Estádio Lincoln Financial Field, na Filadélfia. Com capacidade para 69 mil pessoas, 25,7 mil estiveram presentes. A Fifa nega, mas a procura por ingressos se tornou um problema nesta primeira edição do Mundial.

O time de Filipe Luís não mudou em relação àquele que os brasileiros já conhecem. Buscou ter a posse de bola e paciência nas trocas de passes.

Arrascaeta abriu o placar após um começo avassalador do Flamengo. O time foi para o intervalo com grande volume de jogo e mais duas boas chances, mas ainda com vantagem mínima. O segundo tempo mostrou uma melhora dos tunisianos, que foi por terra com o golaço de Luiz Araújo. Jorginho foi importante nas duas jogadas, logo em sua estreia com a camisa rubro-negra.

Na próxima rodada, o Flamengo terá pela frente o adversário mais difícil do grupo. O time carioca encara o Chelsea, na sexta-feira, às 15h (de Brasília), novamente no Lincoln Financial Field. O Espérance joga no mesmo dia contra o LA FC, às 19h, no Geodis Park, em Nashville, no Tennessee.

O primeiro jogo da chave foi entre Chelsea e Los Angeles FC, em Atlanta. O time inglês teve uma atuação sonolenta, chegou a ser pressionado, mas venceu por 2 a 0, gols de Pedro Neto e Enzo Fernández.

Outros jogos
O River Plate enfrenta o Urawa Reds, do Japão, pelo Grupo E, que também tem Monterrey x Inter de Milão

Pelo Grupo C, em Miami, o Boca Juniors chegou a abrir 2 a 0 sobre o Benfica, mas levou o empate. Merentiel, ex-Palmeiras, e o zagueiro Battaglia marcaram para o Boca. Os argentinos Di María, de pênalti, e Otamendi empataram para os portugueses.

FLU EM CAMPO. Hoje, às 13h, estreia o último time brasileiro que participa do Mundial. O Fluminense enfrenta o alemão Borussia Dortmund às 13h (de Brasília), no MetLife Stadium, em East Rutherford. A partida é pelo Grupo F, que tem ainda Mamelodi e Ulsan. Sul-africanos e sul-coreanos também se encaram hoje.

O técnico Renato Gaúcho vai escalar o que tem de melhor no momento, com exceção de Cano. Recuperado da contusão que o afastou por longo tempo, o argentino, porém, está sem ritmo de jogo e ficará no banco. Thiago Silva, Ganso e Arias estão confirmados.

O técnico Renato Gaúcho está confiante, mesmo consciente de que o Dortmund é o principal adversário da chave. Ele foi questionado se sua equipe poderia jogar mais precavida diante dos alemães, mas negou que tenha pensado ou trabalhado com tal postura.

"Meu time vai respeitar qualquer tipo de adversário, seja na estreia ou depois, e o meu time sempre vai jogar para ganhar. Essa é a maneira que eu trabalho meu grupo, não só aqui no Fluminense. Independentemente da competição ou do adversário, o meu time joga sempre para ganhar", disse. ●

O MELHOR DA TV

TÊNIS
● ATPs 500 de Halle e Queens
Primeira e segunda rodadas
10h30 / ESPN 2

FUTEBOL
● Mundial de Clubes
Fluminense x B. Dortmund
13h / Globo, SporTV e CazéTV
River Plate x Urawa Reds
16h / SporTV e CazéTV
Ulsan x Mamelodi
19h / SporTV, CazéTV e Prime Vídeo
Monterrey x Internazionale
22h / Globo, SporTV e CazéTV
● Concacaf Gold Cup
Canadá x Honduras
23h30 / ESPN

FUTSAL
● Taça Brasil
Atlético-PI x Pato
18h15 / BandSports
Umuarama x Campo Mourão
20h / BandSports

São Paulo

Zubeldía deixa o clube, que negocia a volta de Crespo

Desempenho ruim no Brasileirão foi fatal para a saída do treinador; clube está perto de fechar com outro argentino

RODRIGO SAMPAIO
LEONARDO CATTO

O São Paulo oficializou ontem a demissão do técnico Luis Zubeldía. Mesmo com o bom desempenho na Copa Libertadores, o treinador não resistiu aos resultados ruins da equipe no Campeonato Brasileiro. Também deixam o clube os assistentes Maxi Cuberas, Carlos Gruezo e Alejandro Escobar, o preparador físico Lucas Vivas e o analista Carlos Burbano. Agora, a diretoria tricolor se movimenta para fechar a volta de Hernán Crespo.

"As conversas com o treinador foram realizadas nos últimos dias para que se fosse tomada a decisão, de forma respeitosa", escreveu o clube em comunicado oficial.

"O Tricolor agradece pelos serviços prestados e pelo comprometimento demonstrado pelos profissionais e deseja sucesso na sequência de suas carreiras", completa a nota.

Desempenho

Zubeldía alcançou 55,2% de aproveitamento, índice maior que o de Dorival Júnior e Crespo

Apesar de ter se classificado às oitavas de final da Libertadores com a segunda melhor campanha da fase de grupos, atrás apenas do rival Palmeiras, o São Paulo foi para a pausa do Mundial de Clubes em situação preocupante no Brasileirão. A equipe está em 14ª com 12 pontos, somente um acima da zona de rebaixamento.

O São Paulo venceu só duas partidas em 12 rodadas do Brasileirão. Empatou seis vezes, metade dos jogos, liderando o quesito até o momento. O tricolor paulista também amarga quatro derrotas.

À frente do São Paulo, Zubeldía acumulou 38 vitórias, 27 empates e 20 derrotas, com um aproveitamento de 55,2%. O número superior aos alcançados por técnicos campeões na gestão do presidente Julio Casares, como Dorival Júnior e Crespo, ambos com 54%.

VELHO CONHECIDO. O principal alvo agora é o também argentino Crespo. O técnico de 49 anos está livre no mercado desde a saída do Al-Ain, dos Emirados Árabes Unidos, em novembro. O clube negocia os últimos detalhes com o treinador.

Crespo treinou o São Paulo durante nove meses em 2021. Ele chegou em fevereiro e ajudou o time a conquista o Paulistão, findando um jejum de 16 anos. Ele saiu em outubro após resultados ruins no Brasileiro. ●

Intolerância

Espanha condena 4 por racismo contra Vini Jr.

MADRI

A Justiça espanhola condenou ontem quatro torcedores do Atlético de Madrid por pendurar um boneco em uma ponte de Madri simulando o enforcamento de Vinícius Júnior. O ato que levou à condenação por crime de ódio e ameaças ocorreu em 26 de janeiro de 2023, antes de um jogo com o Real Madrid. Os nomes dos punidos não foram revelados.

Na pena mais severa, a Audiência Provincial de Madri impôs a um dos torcedores a pena de 15 meses de prisão por crime de ódio e mais sete meses por ameaças, por ter divulgado fotos e imagens do boneco na internet. Ele foi enquadrado no artigo 510 do Código Penal espanhol. Os outros três réus foram apenados com sete meses de prisão por crime de ódio e mais sete por ameaças.

Os torcedores também receberam multas, que variam de 720 euros a 1.084 euros (equivalente a R$ 4,6 mil a R$ 7 mil, pelo câmbio atual). As punições incluem ainda uma ordem de restrição, para proteger o jogador brasileiro.

Porém, os quatro não ficarão presos. Eles receberam penas de prisão suspensas, pois escreveram carta de desculpas a Vini Jr., ao Real Madrid, à LaLiga) e à Real Federação Espanhola de Futebol.

Boneco enforcado

Torcedores penduraram boneco em uma ponte, simulando enforcamento do atacante do brasileiro

Em comunicado, a LaLiga considerou a decisão como uma mensagem contra o racismo. "Essa decisão marca um forte passo à frente na luta contra o ódio e a discriminação no esporte. A LaLiga reafirma seu compromisso inabalável de erradicar qualquer forma de racismo, violência ou intolerância dentro e fora dos estádios de futebol." ●

paladar 20 ANOS

A saborosa arte de informar

O portal referência em gastronomia vai muito além das receitas.
Traz notícias, tendências, eventos, cases, avaliações, dicas de restaurantes e muito mais.

estadao.com.br/paladar

Colunas e reportagens no jornal impresso
Renomados colunistas na programação da Rádio Eldorado
Podcast, Webstories e Newsletter semanal
+ 700 mil seguidores
+ de 20 MM de pageviews por mês
+ de 18 MM de usuários únicos por mês

ESTADÃO 150 paladar

Fonte: Editoria Paladar (GA x Navegg – jan'24 a out'24) – Mídias sociais (12/11/2024)

ROMA, ITÁLIA

O museu Palazzo Maffei, em Verona, na Itália, passou por uma situação inesperada, que muitos consideram o maior pesadelo de qualquer museu. Um visitante resolveu sentar-se em uma cadeira enquanto sua mulher se preparava para fotografá-lo. A cadeira, no entanto, era uma obra de arte, que acabou sendo despedaçada.

O museu, que se recusou a especificar o valor da obra batizada de *Van Gogh*, apresentou uma denúncia à Justiça italiana. Uma porta-voz da instituição afirmou que o incidente ocorreu há cerca de quatro semanas e que a cadeira já foi restaurada e está novamente em exposição.

"O pesadelo de todo museu se tornou realidade, até mesmo no Palazzo Maffei. Enquanto aguardavam a saída dos seguranças, alguns visitantes tiraram uma foto 'espetacular'. O resultado? Um gesto irresponsável causou sérios danos à cadeira *Van Gogh* de Nicola Bolla, uma obra delicadíssima, inteiramente coberta por centenas de cristais Swarovski", escreveu o museu em sua conta no Instagram.

O vídeo do episódio, captado pelas câmeras de segurança, foi divulgado na quinta-feira, 12, pelo Palazzo Maffei. Nele, um casal aparentemente espera um segurança deixar a sala e, então, o homem vai até a cadeira para ser fotografado pela mulher enquanto fingia se sentar na obra. Ele, no entanto, se desequilibra e acaba quebrando a peça. Logo em seguida, os dois são vistos fugindo antes que a equipe do museu pudesse prendê-los. Os dois não foram identificados.

Dúvida
Porta-voz disse que esse é o pesadelo de todo museu; para criador da obra, foi um gesto 'artístico'

COPO MEIO CHEIO. A obra do artista plástico Nicola Bolla foi adquirida pelo museu em 2022, e é inspirada na cadeira de palha que aparece em uma das mais famosas pinturas de Vincent van Gogh. "É um gesto estúpido, sim, mas também vejo um lado positivo e artístico no que aconteceu", disse o autor da obra ao veículo de mídia italiano Fanpage.

"A arte, em qualquer modalidade, deve ser protegida fundamentalmente da ignorância. Posso dizer que se trata de uma pessoa muito irônica. Considere o lado positivo desse fato: em minha vida futura, em breve, você me verá realizando outra obra, também de cristal. E vou chamá-la de Cadeira de Buster Keaton", disse Bolla, referindo-se ao ator e comediante norte-americano.

O Palazzo Maffei de Verona tem em seu acervo obras que vão da Antiguidade até os dias atuais. ● AFP

PALAZZO MAFFEI MUSEUM/AFP



Suspeita é de que ele quis ser fotografado fingindo que iria se sentar – e se desequilibrou

Só se esqueceu das câmeras

Sentou na obra de arte. E saiu de fininho do museu

Visitante foi filmado se apoiando na cadeira 'Van Gogh', de Nicola Bolla; instituição resolveu denunciá-lo

OPORTUNIDADE IMPERDÍVEL
LEILÃO DE IMÓVEL
COM ESTRUTURA DE HANGAR DESOCUPADO







• Capacidade para estacionar várias aeronaves e possibilidade para expansão;
• 2 suítes, Banheiro social, Cozinha, Lavanderia, Mezanino, Amplo escritório, Oficina e Estúdio acústico;
• Área Externa com extensa área verde.

NO EXCLUSIVO LOTEAMENTO AERÓDROMO VALE ELDORADO - BRAGANÇA PAULISTA, CONDOMÍNIO FECHADO COM PISTA DE POUSO PARTICULAR, SEGURANÇA E INFRAESTRUTURA COMPLETA

ÁREA TOTAL DO TERRENO 2.500,00M²
ÁREA CONSTRUÍDA: 700,00M²
LANCE INICIAL: R$ 1.500.000,00
24/06 ÀS 11H SOMENTE ONLINE

BRAGANÇA PAULISTA/SP. MATO DENTRO. UM LOTE DE TERRENO ONDE FOI EDIFICADO UM PRÉDIO, QUE RECEBEU O Nº 550 DA ALAMEDA PÔR DO SOL, PERTENCENTE AO LOTEAMENTO DENOMINADO ANTERIORMENTE COMO AERÓDROMO VALE ELDORADO, COM 2.500,00M² DE ÁREA TOTAL, MELHOR DESCRITO E CARACTERIZADO NA MATRÍCULA SOB Nº 118.612 DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE BRAGANÇA PAULISTA/SP. DESOCUPADO. É PERMITIDA A VISITAÇÃO, QUE DEVERÁ SER PREVIAMENTE AGENDADA COM SR. EMERSON PELO NÚMERO TEL.: 11 - 2464-6460 / CELULAR 11 - 97777-0753 OU ATRAVÉS DO E-MAIL AF@SODRESANTORO.COM.BR



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

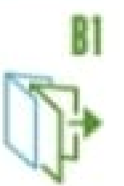
SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581

MILAN LEILÕES
41 ANOS
Soluções para:
• Industrias
• Bancos
• Seguradoras
info@milanleiloes.com.br

ECONOMIA & NEGÓCIOS E&N
TERÇA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 2025 O ESTADO DE S. PAULO
INCLUI CLASSIFICADOS





DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B16)

Contas públicas **Tributos**

Câmara aprova urgência para anular efeitos de decreto do IOF

Mérito do projeto ainda não tem data para ser votado; presidente da Câmara diz que mantém conversas com o governo para encontrar alternativas ao imposto

BRASÍLIA

Por 346 votos favoráveis e 97 contrários, a Câmara dos Deputados aprovou ontem à noite o regime de urgência para a votação do projeto de decreto legislativo (PDL) que anula os efeitos do decreto do governo federal que aumenta a cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), proposto sob o argumento de promover o ajuste nas contas públicas. Não há ainda uma data definida para a votação do mérito da proposta.

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), disse ontem que continuará conversando com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para demonstrar "que na Casa e nos partidos há um esgotamento de medidas que visam a aumentar a arrecadação exclusivamente com o aumento de impostos".

Em 22 de maio, o governo anunciou o bloqueio e o contingenciamento de R$ 31,3 bilhões do Orçamento. A medida veio acompanhada de alterações na cobrança do IOF. Houve forte reação de setores produtivos e da oposição. No dia seguinte, o governo recuou e revogou o aumento do IOF sobre investimentos de fundos no exterior. Depois, em meio ao impasse, no dia 11 deste mês, o governo apresentou um novo decreto e uma medida provisória (MP) que compensava parte do que seria arrecadado com o IOF.

> Reação
> **Decreto foi anunciado com corte de R$ 31,3 bi no Orçamento e foi rejeitado por setores produtivos**

O novo decreto trouxe mudanças no IOF sobre empresas, risco sacado e previdência privada. Já a MP, encaminhada ao Congresso Nacional, estabelece alíquota de 17,5% para aplicações financeiras, a tributação de 5% para investimentos até então isentos, como letras de crédito, e o aumento da taxação sobre as plataformas de apostas online, as bets.

MEDIDAS. Antes da sessão de ontem, Motta disse que "não é da vontade do Congresso realizar ajuste fiscal em cima dos mais carentes".

"O Congresso quer poder fazer uma discussão estruturante. O Brasil precisa continuar fazendo um trabalho de transformação social, mas sem também penalizar quem produz, quem gera emprego, quem gera renda. Eu penso que o governo está cada vez mais compreendendo essa mensagem", disse. O deputado afirmou ainda que a votação da urgência do PDL é "muito simbólica sobre o sentimento da Casa".

Mais tarde, depois da votação, em uma postagem no X, ele disse que a votação expressiva, "346 votos", foi "um recado claro da sociedade". "A Câmara foi apenas o veículo que ecoou essa demanda: o País não aguenta mais aumento de imposto", escreveu.

Motta continuou: "Toda essa discussão sobre as contas não é sobre quem mora na cobertura ou no andar de baixo. É sobre todos nós que moramos no mesmo prédio". ● VICTOR OHANA E PEPITA ORTEGA

PARA GOVERNISTAS, SUSTAR O NOVO TEXTO VAI RESSUSCITAR DECRETO ANTERIOR DO IOF. PÁG. B2

SOMENTE ONLINE
LEILÃO EXCLUSIVO DE VEÍCULOS DO GRUPO BRADESCO
VEÍCULOS DE SEGURO | 18/06/25 - 14h00, ESTAS E OUTRAS OPORTUNIDADES IMPERDÍVEIS | É AMANHÃ!







NOVIDADE!
COM POSSIBILIDADE DE FINANCIAMENTO



*VISITAÇÃO TODA, TERÇA E SEXTA DAS 15H ÀS 17H MEDIANTE AGENDAMENTO EXCLUSIVAMENTE ATRAVÉS DO TELEFONE 11-2464-6464.







SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR

bradesco

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 182

Eufrázio

Trajetória fiscal rumo ao desastre inflacionário (de novo)

ARTIGO

Abram Szajman
Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP)

A situação fiscal do País é grave. Pior: os governos não têm se preocupado com o problema, ameaçando o nosso presente e nosso futuro. Estudos – como o de Marcos Mendes – mostram como, em 2027, o Brasil já não terá margem para as despesas discricionárias, ainda que para aquele ano estejam previstos R$ 122 bilhões em gastos dessa espécie, dos quais R$ 55 bilhões em emendas parlamentares obrigatórias e R$ 70 bilhões para custos em saúde e educação. O resultado: déficit de R$ 3 bilhões para outras despesas.

Esse descontrole fiscal está quase sempre ligado a práticas populistas. A ilusão de conquistar a confiança dos mais pobres acaba justamente prejudicando-os. Dois exemplos são sintomáticos. Um é a inflação dos alimentos, que acumula alta de 8% em 12 meses, enquanto os preços, no geral, subiram 6% no mesmo período. A comida é o que mais pesa no orçamento das classes menos abastadas. O outro exemplo são os juros elevados, que aumentam o custo do crédito e elevam a dívida das pessoas.

Hoje há quatro caminhos no horizonte: aumentar a carga tributária e elevar o endividamento público (que não são caminhos razoáveis); implementar um ajuste fiscal sério; e, por fim, ajustar as contas via inflação.

Ignorar a realidade fiscal é aprofundar a desigualdade e comprometer o futuro das próximas gerações

Os dois primeiros se esgotaram. A carga tributária brasileira alcançou um dos níveis mais elevados do mundo em desenvolvimento, respondendo por quase 35% do Produto Interno Bruto (PIB). Além disso, não é justo exigir mais dos contribuintes, especialmente de pequenas empresas, que já lutam com dificuldades para sobreviver. É por isso que a sociedade e o Congresso reagiram, corretamente, tão mal ao ajuste do IOF, assim como à cobrança fixa de títulos e fundos de renda fixa, na semana passada. Em outra ponta, a dívida pública bruta ultrapassa os 80% do PIB, limitando espaço para mais endividamento sem comprometer a credibilidade fiscal e pressão dos juros.

É evidente que a escolha deveria ser o ajuste fiscal. No entanto, o que está na mesa é apenas a última opção – a da inflação. É a mais injusta, regressiva e a que mais compromete o desenvolvimento de longo prazo. Além de corroer o poder de compra dos mais pobres, desorganiza expectativas, inibe investimentos e mina a confiança nas instituições.

O único caminho socialmente justo e economicamente responsável é um ajuste fiscal baseado em reformas que melhorem a qualidade do gasto público, reduzam desperdícios e tornem o Estado mais eficiente. Persistir no atual rumo é condenar o País à estagnação e à instabilidade. Ignorar a realidade fiscal é aprofundar a desigualdade e comprometer o futuro das próximas gerações. ●

Contas públicas **Tributos**

Para governistas, sustar novo texto ‘ressuscitaria’ anterior, mais pesado

Após aprovação da urgência de projeto que suspende decreto, parlamentares mostram divergência sobre próximos passos

BRASÍLIA



BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Motta durante sessão de votação ontem na Câmara dos Deputados

Com a aprovação do requerimento de urgência do projeto do decreto legislativo (PDL) que susta os efeitos do decreto do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), há divergências sobre qual destino terá o texto que muda a taxação. Governistas argumentam que sustar o novo texto “ressuscitaria” o decreto anterior, mais pesado. Outros parlamentares consideram que o eventual relator pode propor um substitutivo que derrube os decretos.

Há ainda o entendimento de que o decreto anterior já está derrubado e não voltaria a valer. De todo modo, a possível derrubada do decreto do IOF não teria consequência direta sobre a medida provisória (MP) que criou alternativas para o reajuste do imposto – os textos são independentes.

Ainda não foi divulgada a estimativa oficial de receita, em 2025, mas o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já indicou que o ganho, com o decreto, seria de cerca de R$ 6,3 bilhões.

Após a votação de ontem, a oposição chegou a pedir ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), que convocasse para hoje uma reunião para que o plenário analisasse o mérito do decreto. No entanto, Motta não deu a entender de que faria esse movimento.

A votação também expôs um racha entre governistas. Tanto que o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), decidiu liberar a base do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a votação do requerimento.

Sem consenso
Líder do governo teve de liberar a base após siglas com ministérios se posicionarem pela urgência

Guimarães fez o anúncio na sessão de ontem após partidos que têm ministérios, como o PSD e o PDT, se manifestarem favoravelmente à urgência. “Eu vou liberar a base do governo, nós vamos liberar.”

A orientação de liberação de bancada é quando o líder encaminha a possibilidade de que os deputados do bloco votem como quiserem. Já o líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), orientou a federação PT-PCdoB-PV a votar de forma contrária à urgência.

ISENÇÃO DE IR. A Câmara também aprovou ontem o requerimento de urgência para o projeto de lei que altera o valor isento de Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) para R$ 2.428,80. A aprovação ocorreu de forma simbólica.

O projeto foi apresentado pelo líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE). Anteriormente, a isenção valia para o ganho mensal de até R$ 2.259,20. ●

VICTOR OHANA E PEPITA ORTEGA

Impasse do IOF mostra que a eleição já começou

ANÁLISE

DANIEL WETERMAN

Para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Congresso, a eleição de 2026 já começou. E isso explica o embate que travou o pacote fiscal proposto pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a derrota sofrida ontem pelo governo, que viu parte da sua própria base aliada votar a favor da urgência de um projeto que derruba o decreto que aumentou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

O governo aumentou o IOF e tenta emplacar novas medidas de arrecadação, como a cobrança de mais tributos sobre aplicações financeiras e o aumento na taxação sobre as bets. Segundo Haddad, a proposta é cobrar do “andar de cima”.

No Congresso, há uma avalanche de críticas contra aumento de impostos e uma cobrança por uma agenda de corte de gastos. Nos bastidores, a pressão é motivada pelo assunto que dia e noite está na cabeça dos congressistas: as emendas parlamentares. Deputados e senadores cobram a liberação dos recursos para discutir o pacote de Haddad, mas não é só isso. Sonha quem pensa que pagar emendas será suficiente.

O governo ainda não liberou R$ 50 bilhões em emendas aprovadas pelo Congresso em 2025, fora R$ 10 bilhões de recursos paralelos que estão no guarda-chuva dos ministérios, mas que têm o carimbo dos parlamentares. Até o momento, “pingou” R$ 152 mil no caixa, e o restante está tudo parado e sob forte vigilância do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), o que irrita os congressistas e atrapalha a agenda do governo.

De um lado, o Congresso cobra emendas para votar o pacote. De outro, o governo cobra o pacote para pagar as emendas.

Sustentar os gastos de 2025 e 2026 significa, para Lula, pavimentar a campanha da reeleição ao Planalto. São os gastos para os programas sociais, como o Bolsa Família, o Auxílio Gás turbinado e o Pé-de-Meia, que terá de voltar ao Orçamento, vitrines eleitorais do petista. Também é o recurso para Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), a tábua de salvação do governo para fazer algum investimento que não seja carimbado pelas emendas.

Outro cálculo
Pelo clima atual, a liberação das emendas parlamentares não bastará para a aprovação do IOF

É aí que mora a dificuldade. A cúpula do Congresso não quer dar a eleição de mão beijada a Lula. Por isso, pagar emendas não será suficiente. Parte considerável do Congresso aposta no sangramento do governo para viabilizar uma alternativa nas eleições presidenciais. E isso definirá os rumos do pacote fiscal de Haddad, incluindo o IOF e a isenção do IR a quem ganha até R$ 5 mil com a taxação das rendas mais altas como compensação. ●

É DE ECONOMIA EM BRASÍLIA

Pensou IA **pensou TOTVS**

Que a Inteligência Artificial é o tema do momento todos sabemos. Mas, segundo estudo encomendado pela TOTVS, apenas 50% das empresas brasileiras usam alguma aplicação dessa tecnologia em processos do dia a dia.

E mais: só 7% calculam o ROI (Retorno sobre o Investimento) obtido a partir da utilização de soluções de IA.

A TOTVS apoia seus clientes a se beneficiarem da IA de verdade, **trazendo mais produtividade e eficiência para suas operações.**

E na sua empresa? Tem TOTVS?

O Brasil que faz **faz com TOTVS.**





Eufrázio



Pedro Fernando Nery X: @pfnery

Dicionário

Tucanar. Verbo transitivo direto e intransitivo. "Formular declarações fazendo com que o sentido das mesmas se torne inócuo, utilizando recursos dialéticos que vão do barroco ao rococó" (José Simão, 2002).

*

Haddad se recusa a admitir que suas medidas implicam aumento da carga tributária, porque são voltadas para os ricos. Nos últimos anos, preferiu termos como "recomposição", "equalização", "correção". É inquestionável que a carga tributária está subindo, mas precisamos de um novo conceito.

A carga tributária é a razão entre a arrecadação dos governos e o PIB. Ela cresce com novos impostos, aumento de alíquotas, redução de renúncias ou queda do PIB. Mas não diz nada sobre quem paga. É perfeitamente possível que a carga tributária suba ao mesmo tempo que a maior parte das famílias se beneficie de redução de impostos.

A promessa da reforma tributária, aprovada em 2023, é de não aumentar a carga tributária e ao mesmo tempo beneficiar os mais pobres. Fará isso com redução da taxação nos bens consumidos por eles, compensada pela taxação dos serviços consumidos pelos ricos. Fará isso também com o cashback.

A carga total não mudaria, mas a carga sobre os mais pobres cairia. Se mais famílias forem afetadas positiva do que negativamente, o pagamento médio de tributos diminui. Poderíamos chamar isso de carga tributária média: não é a carga total dividida pela população, mas a média da carga de cada família.

Haddad se recusa a admitir que suas medidas implicam aumento da carga tributária

A reforma do Imposto de Renda aumenta a taxação dos mais ricos, mas isenta de IR quem ganha até R$ 5 mil. A arrecadação do governo não vai cair nem aumentar, então a proposta é neutra para a carga tributária. Mas como há mais pessoas beneficiadas pela redução do que prejudicadas pela taxação, a carga tributária média se reduziria.

Se André ganha R$ 1 milhão e passa a pagar R$ 50 mil de imposto, a carga tributária aumenta. Suponha ainda que Bartolomeu e Cleiton ganham R$ 5 mil, pagavam R$ 1 mil de imposto e passam a pagar zero. A carga tributária ainda aumentou: a arrecadação com A mais que compensa a isenção de B e C.

Mas a carga média diminui. A distribuição de renda original era tão desigual que foi possível aumentar a carga total diminuindo, no jargão, a incidência média (ou média das "alíquotas efetivas"). Pense em uma média simples, não uma média ponderada pelo tamanho da renda.

Apesar de ainda não oferecer um indicador novo, o governo tem alguma razão em se incomodar com suas propostas redistributivas serem reduzidas a "aumento de carga tributária". Haddad tucanou, e tudo bem. ●

PROFESSOR DE ECONOMIA DO IDP E AUTOR DO LIVRO 'EXTREMOS - UM MAPA PARA ENTENDER AS DESIGUALDADES NO BRASIL'

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** e Antonio Penteado Mendonça ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Alvaro Gribel ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** ● **SAB.** Fabio Gallo ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartsman **(revezam quinzenalmente)**; Roberto Rodrigues **(2.º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3.º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Indicadores Desempenho econômico

Prévia do PIB do BC sobe acima das projeções

IBC-Br registra alta de 0,16% em abril na comparação com março; estimativas iam de queda de 0,40% a alta de 0,40%

CÍCERO COTRIM
BRASÍLIA

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), considerado uma prévia do PIB, cresceu 0,16% em abril, na comparação com março e na série com ajuste sazonal, informou a autarquia ontem. O resultado ficou acima da mediana da pesquisa Projeções Broadcast, de alta de 0,10%. As estimativas iam de queda de 0,40% a crescimento de 0,40%.

O BC revisou os resultados do índice em março (0,80% para 0,71%), fevereiro (0,52% para 0,60%) e janeiro (1,01% para 1,41%). Mudanças na série com ajuste sazonal são comuns, normalmente refletindo a adição de um novo mês ao conjunto dos dados, mas o BC também revisou os números sem ajuste.

O IBC-Br ex-agropecuária, que exclui os efeitos do setor sobre a atividade, avançou 0,10% em abril, após alta de 0,67% em março (dado revisado). O indicador da agropecuária caiu 0,87%, após uma elevação de 1,16% no mês anterior (revisado), informou o BC.

O índice de serviços aumentou 0,40%, depois de ter crescido 0,07% no mês anterior (revisado); o da indústria despencou 1,11%, após alta de 2,74% em março (revisado); e o de impostos – equivalente, em linhas gerais, à rubrica de impostos líquidos sobre itens do Produto Interno Bruto (PIB) – cresceu 0,56%, após uma alta de 0,30% (revisado).

INTERANUAL. Na comparação com abril de 2024, o IBC-Br total cresceu 2,46% na série sem ajuste sazonal – acima da mediana da pesquisa Projeções Broadcast, de 2,30%. As estimativas do mercado iam de variação zero a alta de 3,0%. O BC revisou o resultado de março, de alta de 3,49% para crescimento de 3,59%.

O índice ex-agropecuária subiu 0,97% na comparação interanual, após alta de 1,74% no mês anterior (revisado de 1,77%). O da agropecuária avançou 17,99%, depois de ter crescido 21,17% em março (revisado de 19,84%). O indicador de serviços cresceu 1,21%, após alta de 1,32% (revisado de 1,54%), e o da indústria avançou 0,76%, depois de ter subido 3,59% (revisado de 3,17%). O índice de impostos aumentou 0,29%, após alta de 0,73% (revisado de 0,58%).

ALTA EM 12 MESES. O índice acumula alta de 4% nos 12 meses encerrados em abril, na série sem ajuste sazonal. É uma desaceleração frente ao mesmo período até março, quando a alta era de 4,23% (revisado, de 4,17%).

O índice ex-agropecuária, que exclui os efeitos do setor, cresce 3,44% – também desacelerando frente ao mesmo intervalo de tempo até março, quando avançava 3,98% (revisado de 3,95%). O indicador da agropecuária acumula alta de 12,09% nos 12 meses até abril, contra 7,72% no mesmo período de tempo até o mês anterior (revisado de 7,20%).

Também no acumulado de 12 meses, o IBC-Br da indústria arrefeceu de 3,32% (revisado de 3,23%) para 2,77%. O índice de serviços, de 3,90% para 3,44%. ●

Focus prevê inflação menor, PIB maior e Selic no mesmo patamar

Projeções do relatório Focus mostram um arrefecimento da inflação em 2025, revisão para cima do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e manutenção da taxa Selic em 2025.

A mediana para o IPCA de 2025 caiu de 5,44% para 5,25%. Agora, está 0,75 ponto porcentual acima do teto da meta, de 4,5%.

Já a mediana para o crescimento do PIB em 2025 aumentou de 2,18% para 2,20%. Um mês antes, era de 2,02%. As projeções do Focus para a Selic no fim de 2025 permaneceram em 14,75% pela sexta semana consecutiva. Os juros estão nesse nível desde 7 de maio. O Comitê de Política Monetária (Copom) do BC se reúne hoje e amanhã. ● C.C.

COLUNA FIABCI-BRASIL

INFORME PUBLICITÁRIO



SÃO PAULO, 17/06/2025

Congresso Mundial da FIABCI na Nigéria marca nova era para o setor imobiliário global

**Por Flávio Gonzaga*

De 9 a 13 de junho, a cidade de Lagos, na Nigéria, sediou o 75º Congresso Mundial da FIABCI Internacional, marcando a primeira vez que o evento foi realizado no continente africano. A escolha da Nigéria teve forte carga simbólica e estratégica, refletindo a ascensão da África no cenário imobiliário e urbano global.

Sob o tema "Global Real Estate Renaissance", o congresso promoveu uma imersão nos novos rumos do setor. Profissionais do mercado, autoridades governamentais, investidores, urbanistas, arquitetos e líderes empresariais discutiram tendências como inteligência artificial aplicada ao urbanismo, sustentabilidade, moradia acessível, governança e cidades inteligentes.



Evento mostrou que a inovação no mercado imobiliário também ocorre em outras partes do mundo, pouco divulgadas

Lagos se destacou como anfitriã por ser uma metrópole vibrante, com mais de 20 milhões de habitantes e um ambiente dinâmico de transformação urbana. Durante o evento, os participantes realizaram visitas técnicas a projetos emblemáticos da capital econômica da Nigéria, como o Eko Atlantic City — um audacioso empreendimento construído sobre terras recuperadas do mar; a Zona de Livre Comércio de Lekki e o distrito financeiro da Marina, exemplos de como a inovação urbana pode coexistir com crescimento sustentável.

Órgãos do governo nigeriano tomaram parte ativa no evento, mirando nas oportunidades que virão da projeção do setor imobiliário local no cenário global.

Um dos pontos altos da programação foi a cerimônia Prix d'Excellence Awards, que premiou os melhores empreendimentos imobiliários do mundo em diferentes categorias. O Brasil teve destaque na categoria Residential High Rise com o EZ Parque da Cidade, da EZTEC S.A. Outro momento simbólico foi a posse da nova diretoria internacional da FIABCI, liderada pelo italiano Antonio Campagnoli.

O Congresso terminou com o tradicional jantar de gala de encerramento, celebrando o compromisso da entidade com diversidade, cooperação global e excelência profissional.

Como ex-presidente da FIABCI Internacional e membro do conselho do Capítulo brasileiro da entidade, participei com entusiasmo deste congresso histórico. A experiência em Lagos reafirmou a importância de olharmos para além dos centros tradicionais, reconhecendo que a inovação no mercado imobiliário também ocorre em outras partes do mundo pouco divulgadas.

Mais do que um encontro técnico, o congresso representou uma convocação global à responsabilidade de construirmos, juntos, cidades mais humanas, resilientes e conectadas.

**Flávio Gonzaga é ex-presidente mundial da FIABCI e membro do conselho da FIABCI-BRASIL.*



Coluna publicada às terças-feiras sob responsabilidade da FIABCI-BRASIL (Federação Internacional Imobiliária) Tel: (11) 5079-7775 - www.fiabci.com.br - Produção gráfica: Publicidade Archote

ESTADÃO

FOTO: PEDRO KIRILOS

VODCAST
dois pontos

Forme sua opinião ouvindo os "Dois Pontos"

Política, cultura, tecnologia, entretenimento, entre outros temas de grande relevância, discutidos por dois especialistas com opiniões distintas ou complementares.

Episódios novos às quartas, 10h, no canal do Estadão no YouTube.

ASSISTA E INSCREVA-SE PARA RECEBER ALERTAS DE NOVOS EPISÓDIOS.



Basta apontar a câmera do seu celular para o QR Code acima.

@estadao

Fadel Transportes e Logística Ltda.

CNPJ nº 02.913.489/0001-18

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanço Patrimonial	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Ativo				
Circulante	225.893	230.088	313.109	298.169
Caixa e equivalentes de caixa	108.246	88.607	109.031	89.067
Contas a receber de clientes	97.729	124.500	181.429	188.020
Estoques	3.985	1.490	4.258	1.613
Tributos a recuperar	1.850	2.242	1.850	4.017
Outros ativos	8.733	5.662	11.181	7.865
	220.543	222.501	307.759	290.582
Ativos não circulantes mantidos para venda	5.350	7.587	5.350	7.587
Não circulante	554.338	535.356	652.632	636.971
Realizável a longo prazo				
Tributos a recuperar	12	3.955	295	3.955
Depósitos judiciais	5.205	5.600	5.205	5.600
Outros ativos	614	8.285	614	8.285
	5.831	17.840	6.114	17.840
Investimento em controladas	76.100	47.802	-	-
Ativos de direito de uso	40.932	32.076	42.087	33.454
Intangível	289	577	289	577
Imobilizado	431.186	437.061	604.142	585.100
Total do ativo	780.231	765.444	965.741	935.140

Balanço Patrimonial	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante	172.448	140.933	239.180	195.716
Fornecedores	27.098	18.818	12.645	19.331
Empréstimos e financiamentos	76.866	46.651	126.600	93.587
Obrigações trabalhistas a pagar	26.487	30.022	31.155	32.681
Obrigações tributárias e previdenciárias	24.252	25.184	29.231	28.294
Adiantamento de clientes	2.093	1.333	2.108	1.331
Passivo de arrendamento	6.399	8.317	7.021	9.810
Outras contas a pagar	9.253	10.588	10.420	10.672
Não circulante	219.184	319.944	337.962	434.857
Empréstimos e financiamentos	95.685	217.812	201.553	312.705
Passivo de arrendamento	37.562	25.330	38.274	25.330
IR e CS diferidos	67.808	54.834	79.509	54.834
Provisão para contingências	15.971	15.868	16.070	15.888
Outras contas a pagar	2.156	6.100	2.156	6.100
Total do passivo	391.632	460.877	577.142	630.573
Patrimônio líquido	388.599	304.567	388.599	304.567
Capital social	80.180	80.180	80.180	80.180
Reserva de capital	26.634	-	26.634	-
Reserva de incentivos fiscais	90.050	90.050	90.050	90.050
Reserva de lucros	173.844	121.484	173.844	121.484
Ajuste de avaliação patrimonial	17.691	12.653	17.691	12.651
Total do passivo e do patrimônio líquido	780.231	765.444	965.741	935.140

Demonstração do Resultado	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita de contratos com clientes	662.368	671.178	901.227	840.650
Custo do serviço prestado	(552.697)	(536.057)	(751.922)	(674.115)
Lucro bruto	109.671	135.121	149.305	166.535
Despesas administrativas	(35.992)	(33.255)	(40.264)	(38.102)
Outras receitas (despesas), líquidas	1.307	4.525	1.189	5.165
Resultado de equivalência patrimonial	14.465	10.678	-	-
Lucro operacional	89.451	117.460	110.210	131.558
Receitas financeiras	10.266	8.279	10.527	8.444
Despesas financeiras	(41.875)	(45.916)	(55.795)	(58.129)
Despesas financeiras, líquidas	(31.609)	(37.717)	(45.268)	(41.685)
Lucro antes do IR e da CS	57.842	71.152	64.962	81.913
IR e CS	(14.277)	(9.312)	(21.397)	(11.283)
Lucro líquido do exercício	43.565	70.630	43.565	70.630

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Reservas de lucros: Reserva de incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Em 1º de janeiro de 2023	80.180	-	106.280	53.647	16.139	256.426
Lucro líquido do exercício	-	-	70.630	-	-	70.630
Distribuição de lucros	-	-	(16.000)	-	-	(16.000)
Subvenção de investimento	-	-	(36.403)	36.403	-	-
Avaliação Patrimonial	-	-	3.486		(3.486)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	(6.489)	-	-	(6.489)
Em 31º de dezembro de 2023	80.180	-	121.484	90.050	12.653	304.567
Lucro líquido do exercício	-	-	43.565			43.565
Avaliação Patrimonial	-	-	2.306	-	(2.306)	-
Emissão de notas comerciais de crédito conversíveis em quotas	-	28.000	-	-	-	28.000
AVP sobre emissão de notas comerciais de crédito conversíveis em quotas	-	(1.366)	-	-	-	(1.366)
Outros resultados abrangentes	-	-	6.481	-	7.344	13.813
Em 31º de dezembro de 2024	80.180	26.634	173.844	90.050	17.691	388.599

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do IR e da CS	57.842	71.952	64.962	81.913
Ajustes de				
Depreciação e amortização	18.840	17.567	32.787	28.558
Amortização de direito de uso	10.172	7.767	10.682	8.406
Reversão de impairment	(355)	(1.105)	(355)	(1.105)
Resultado na baixa/alienação de imobilizado e intangível baixado	(3.179)	(1.521)	(3.124)	(1.627)
Reversão/(provisão) líquida de créditos com liquidação duvidosa	758	170	758	170
Resultado de equivalência patrimonial do exercício	(14.465)	(10.678)	-	-
Reversão/(provisão) para contingências	412	1.181	482	1.157
Juros sobre empréstimos, clientes e fornecedores	10.778	41.312	52.388	55.043
	80.807	138.755	158.590	176.915
Variações no capital circulante				
Contas a receber	26.013	(1.627)	5.833	(40.125)
Estoques	(2.495)	287	(2.645)	865
Tributos a recuperar	4.335	12.844	5.827	16.601
Ativos mantidos para venda	2.237	(1.506)	2.237	(1.506)
Depósitos judiciais	395	857	395	857
Outros ativos	4.600	(1.758)	4.345	(2.334)
Fornecedores	8.260	(4.080)	13.306	(4.615)
Salários e encargos sociais	(1.535)	2.016	(1.526)	1.910
Tributos a pagar	(2.235)	2.667	4.615	2.522
Outros passivos	20.302	(1.263)	(7.030)	(1.175)
Caixa gerado pelas operações	138.665	141.152	183.947	147.555
Juros pagos	(41.248)	(41.474)	(61.773)	(40.575)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(1.323)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	97.417	99.678	122.174	54.257
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(32.908)	(59.875)	(35.751)	(116.820)
Alienação de bens do ativo imobilizado	23.765	32.591	23.765	33.296
Aquisição de bens do ativo intangível	-	(34)	-	(34)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(9.143)	(27.318)	(11.986)	(83.558)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Distribuição de lucros	-	(16.000)	-	(16.000)
Pagamento de arrendamento mercantil	(8.573)	(6.584)	(8.732)	(7.051)
Emissão de notas comerciais escriturais	28.000	-	28.000	-
Obtenção de empréstimos	-	69.110	30.056	157.679
Amortização de empréstimos	(88.082)	(85.262)	(164.630)	(110.522)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(68.655)	(38.736)	(115.306)	24.066
Efeitos de variações cambiais sobre caixa e equivalentes de caixa	-	-	25.086	(6.489)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	19.619	33.624	19.964	28.276
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	88.607	54.983	89.067	60.791
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	108.246	88.607	109.031	89.067
Aumento do caixa no exercício	19.619	33.624	19.964	28.276

Demonstração do Resultado Abrangente	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Lucro líquido do exercício	43.565	70.630	43.565	70.630
Outros componentes do resultado abrangente				
Variação cambial de invest das localizadas no exterior	13.813	(6.489)	13.833	(6.489)
Total do resultado abrangente do exercício	57.378	64.141	57.398	64.141

Diretoria

Ramon Perez Martinez Garcia de Alcaraz - Administrador

Contador

Ricardo Rodrigues Godinho - CRC/SP 1SP 305052/O-1

Edital de Convocação

Pelo presente edital, ficam convocados todos os cidadãos interessados em participar da Assembleia Geral de fundação da associação civil sem fins lucrativos denominada **"ASSOCIAÇÃO ITAQUA MOVIMENTO E ARTE - IMA"**, a ser realizada na Rua Cardeal Arcoverde, 1361 - Pinheiros, São Paulo/SP, no dia 26 de junho de 2025, às 18 horas, com qualquer número de interessados. Na oportunidade, caso as deliberações sejam tomadas visando a fundação da entidade, os presentes também deliberarão sobre os seguintes assuntos: **1)** Aprovação do Estatuto Social da Entidade; **2)** Eleição de Diretoria e Conselho Fiscal, titulares e suplentes; **3)** Assuntos Gerais.

São Paulo, 16 de junho de 2025

Lucas Santos e Souza e Vanessa Guedes - Comissão de Fundação

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo convida o público interessado para participar das Audiências Públicas Semipresenciais com o objetivo de debater as seguintes matérias:

Projetos em 2ª Audiência Pública

1) PL 158/2024 - Autores: Ver. Professor Toninho Vespoli (PSOL), Ver. Luna Zarattini (PT), Ver. Silvia da Bancada Feminista (PSOL), Ver. Renata Falzoni (PSB), Ver. Marina Bragante (REDE)
Dispõe sobre a criação do Parque Municipal Jurubatuba e dá outras providências.

2) PL 204/2025 - Autores: Ver. Ana Carolina Oliveira (PODE), Ver. Sandra Santana (MDB), Ver. Marina Bragante (REDE), Ver. Rute Costa (PL), Ver. Silvinho Leite (UNIÃO) e Ver. Sonaira Fernandes (PL)
Dispõe sobre diretrizes do "Maio Laranja" de prevenção ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes no município e dá outras providências.

3) PL 116/2024 - Autores: Ver. Alessandro Guedes (PT), Ver. Silvinho Leite (UNIÃO), Ver. Kait Lima (PSOL) e Ver. Marcelo Messias (MDB)
Autoriza a criação no Município do Programa Formatura Legal para custear formaturas para jovens estudantes do ensino público municipal na Cidade de São Paulo.

4) PL 710/2023 - Autor: Ver. Marcelo Messias (MDB)
Dispõe sobre a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para as Casas Culturas Luso-Brasileiras no Município de São Paulo.

5) PL 553/2023 - Autoras: Ver. Cris Monteiro (NOVO) e Ver. Sonaira Fernandes (PL)
Fica proibido, no âmbito do Sistema Municipal de Educação, o ensino ou a abordagem disciplinar do Holocausto sob os prismas do negacionismo ou revisionismo histórico.

6) PL 389/2023 - Autores: Ver. Ricardo Teixeira (UNIÃO), Ver. Sandra Santana (MDB) e Ver. Thammy Miranda (PSD)
Autoriza o embarque e desembarque de passageiros fora dos pontos de parada obrigatórios, das 22h às 5h na cidade de São Paulo, o chamado Ponto de Ônibus Virtual, e dá outras providências.

7) PL 322/2022 - Autor: Ver. André Santos (REPUBLICANOS)
Altera a Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1979, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de São Paulo, para reconhecer a COVID-19 como doença ocupacional para os profissionais da saúde do Município de São Paulo.

Projetos em 1ª Audiência Pública

8) PL 365/2025 - Autor: Ver. Thammy Miranda (PSD)
Dispõe sobre a distribuição, pelo Sistema Único de Saúde, de sensor medidor contínuo de glicose para crianças entre 4 e 12 anos portadores de diabetes matriculadas na Rede Pública de Ensino do Município de São Paulo.

9) PL 134/2025 - Autora: Ver. Renata Falzoni (PSB)
Dispõe sobre a institucionalização da Trilha Interparques, conectando Parques, Unidades de Conservação e outras áreas protegidas no extremo sul da cidade de São Paulo.

10) PL 899/2024 - Autora: Ver. Rute Costa (PL)
Dispõe ao Poder Público, da possibilidade de fornecimento do sensor de glicose e aparelho medidor "FreeStyle Libre" para todas as crianças e adolescentes que possuem diabetes.

11) PL 202/2023 - Autores: Ver. Thammy miranda (PSD), Ver. Janaina lima (PP)
Regulamenta o sistema de identificação para o controle de entrada e saída em unidades de educação da rede pública direta e parceira, creches e escolas, do Município de São Paulo.

Data: 23/06/2025 (segunda-feira)
Horário: 11h
Local: Câmara Municipal de São Paulo – Salão Nobre Presidente João Brasil Vita (8º andar) e Auditório Virtual
Endereço: Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista

Para assistir: O evento será transmitido ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, através dos Auditórios Online no seguinte endereço: www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online e pelo canal da Câmara Municipal no YouTube (www.youtube.com/camarasaopaulo) e Facebook (www.facebook.com/camarasaopaulo).

Para participar: Encaminhe sua manifestação por escrito ou inscreva-se para se manifestar ao vivo por videoconferências através do Portal da CMSP na internet http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/inscricoes/. Também serão permitidas inscrições para participação do público presente no auditório. Será permitido o acesso do público até o limite de capacidade do auditório.

Para maiores informações: financas@saopaulo.sp.leg.br

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ Nº 56.577.059/0006-06

COMPRA PRIVADA FFM/ICESP 2998/2025

CONCORRÊNCIA – PROCESSO DE COMPRA FFM RC Nº 8438/2025 – ADJUDICAÇÃO

O Diretor Presidente da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** as empresas: **Johnson & Johnson do Brasil Indústria E Comercio de Produtos Para Saúde Ltda e Polysuture Indústria E Comércio Ltda**, ao fornecimento de **"FIOS CIRURGICOS"**, com base no **Regulamento de Compras da FFM.**

CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/25 – **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL COMUM PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ**. Disputa: dia 02/07/25 às 9h. Edital através do site oficial da Câmara https://www.camaraaruja.sp.gov.br ou www.novcbbmnet.com.br. Maiores informações pelo e-mail pregao@camaraaruja.sp.gov.br. C.M.A./SP, 16/06/25. Wagner José da Silva - Pregoeiro. PUBLIQUE-SE.

IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.

CNPJ 04.676.564/0001-08 NIRE 35300187466

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2025

DATA, HORA E LOCAL: em 30.04.2025, às 15h00, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Parque Jabaquara, em São Paulo (SP). **MESA:** Pedro Moreira Salles - Presidente; Ricardo Egydio Setubal - Secretário. **QUORUM:** acionistas representando a totalidade do capital social. **PRESENÇA LEGAL:** administradores da Companhia e representante da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO:** dispensada a publicação, conforme artigo 124, §4º, da Lei 6.404/76. **AVISO AOS ACIONISTAS:** dispensada a publicação, conforme artigo 133, §4º, da Lei 6.404/76. **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:** **I. Em pauta ordinária:** 1. aprovadas as Contas dos Administradores e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024, acompanhadas dos Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes, publicados em 14.03.2025 no jornal "O Estado de S. Paulo" (págs. B3 a B5), com divulgação simultânea na página da internet do mesmo jornal (https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/). 2. aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2024, no montante de R$ 10.377.935.861,60, da seguinte forma: a) R$ 518.896.993,08 à conta de Reserva Legal; b) R$ 6.991.517.068,22 aos dividendos e juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo do referido exercício, conforme deliberados pelo Conselho de Administração; e c) R$ 2.867.525.800,30 à conta de Reserva de Equalização de Participações. 3. eleitos para compor o Conselho de Administração para o próximo mandato bienal que vigorará até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2027: **a) por indicação dos acionistas titulares das ações ordinárias classe "A": Conselheiro Efetivo: RICARDO EGYDIO SETUBAL**, RG-SSP/SP 10.359.999-X, CPF 033.033.518-99; **Suplente: ALFREDO EGYDIO SETUBAL**, RG-SSP/SP 6.045.777-6, CPF 014.414.218-07, ambos brasileiros, casados, administradores, domiciliados em São Paulo (SP), na Avenida Paulista, 1938, 5º andar; **Conselheiro Efetivo: ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO**, engenheiro, RG-SSP/SP 11.759.083-6, CPF 066.530.838-88, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Santo Amaro, 48, 9º andar; e **Suplente: ANA LÚCIA DE MATTOS BARRETTO VILLELA**, RG-SSP/SP 13.861.521-4, CPF 066.530.828-06, domiciliada em São Paulo (SP), na Rua Fradique Coutinho, 50, 11º andar, ambos brasileiros, casados; **b) por indicação dos acionistas titulares das ações ordinárias classe "B": Conselheiro Efetivo: PEDRO MOREIRA SALLES**, banqueiro, RG-SSP/SP 19.979.952-0, CPF 551.222.567-72; **Suplente: JOÃO MOREIRA SALLES**, economista, RG-SSP/SP 33.180.899-7, CPF 295.520.008-58; **Conselheiro Efetivo: FERNANDO ROBERTO MOREIRA SALLES**, industrial, RG-SECC/RJ 02.066.712-7, CPF 002.938.068-53; e **Suplente: DEMOSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO**, economista, RG-IFP/RJ 04.389.036-7, CPF 847.078.877-91, todos brasileiros, casados, domiciliados em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4440, 16º andar. 3.1. registrado, que os conselheiros eleitos apresentaram os documentos comprobatórios de atendimento às condições prévias de elegibilidade previstas no Artigo 147 da Lei 6.404/76, conforme declarações arquivadas na sede da Companhia. 4. aprovada, para o exercício de 2024, a manutenção da verba global anual de até R$ 146.000,00 para a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, que poderá ser paga em moeda corrente nacional, em ações do Itaú Unibanco Holding S.A. ou em outra forma que a administração considerar conveniente. **II. Em pauta extraordinária:** 1. aprovado o aumento do capital social, subscrito e integralizado, de R$ 23.000.000.000,00 para R$ 30.360.000.000,00, mediante capitalização de parcela revertida da Reserva de Equalização de Participações no montante de R$ 7.360.000.000,00, sem emissão de novas ações, em observância ao disposto no artigo 32, §§ 1º e 2º, do Estatuto Social da Companhia. Em decorrência desse aumento, o caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: *"Artigo 5º. O Capital Social subscrito e integralizado é de R$ 30.360.000.000,00 (trinta bilhões, trezentos e sessenta milhões de reais), dividido em 1.061.396.457 (um bilhão, sessenta e um milhões, trezentos e noventa e seis mil, quatrocentos e cinquenta e sete) ações, sendo 355.227.092 (trezentos e cinquenta e cinco milhões, duzentos e vinte e sete mil e noventa e duas) ações ordinárias classe "A", 355.227.092 (trezentos e cinquenta e cinco milhões, duzentos e vinte e sete mil e noventa e duas) ações ordinárias classe "B" e 350.942.273 (trezentos e cinquenta milhões, novecentos e quarenta e duas mil e duzentos e setenta e três) ações preferenciais, todas sem valor nominal"* 2. por último, aprovada a consolidação do Estatuto Social para refletir a deliberação acima, na forma do Anexo. **CONSELHO FISCAL:** não houve manifestação, por não se encontrar em funcionamento. **DOCUMENTOS ARQUIVADOS NA SEDE:** Demonstrações Contábeis encerradas em 31.12.2024, acompanhadas dos Relatórios da Administração e do Auditor Independente. **ENCERRAMENTO:** encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada. São Paulo (SP), 30 de abril de 2025. (aa) Pedro Moreira Salles - Presidente da Assembleia e Ricardo Egydio Setubal - Secretário da Assembleia. Acionistas: (aa) Itaúsa S.A. - Ricardo Egydio Setubal e Rodolfo Villela Marino - Diretores Vice-Presidentes Executivos; e Companhia E. Johnston de Participações - João Moreira Salles e Maria Maria Freitas de Aguiar - Diretor Presidente e Diretora, respectivamente. Certificamos ser a presente cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo (SP), 30 de abril de 2025. (aa) Pedro Moreira Salles - Presidente da Assembleia, Ricardo Egydio Setubal - Secretário da Assembleia. JUCESP sob nº 176.898/25-6, em 30.05.2025. (a) Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Eufrázio

Tenda Negócios Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 09.625.762/0001-58 - NIRE 35.300.357.469

Ata de Reunião da Diretoria realizada em 11 de junho de 2025

1. Data, Hora e Local: em 11 de junho de 2025, às 10h00, por meio de videoconferência, conforme previsão do art. 8, § 1º, do Estatuto Social da Tenda Negócios Imobiliários S.A., situada no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 280, 8º e 9º pavimentos, Centro, CEP 01014-908 ("**Companhia**"). **2. Convocação e Presença**: dispensada a convocação prévia, diante da presença da totalidade dos membros da Diretoria da Companhia, verificando-se, portanto, o quórum necessário para instalação da reunião. **3. Composição da Mesa**: Presidente: Luiz Mauricio de Garcia Paula. Secretária: Amanda da Silva Ribeiro. **4. Ordem do Dia**: (i) **aprovar** a cessão de Direitos Creditórios Imobiliários (conforme abaixo definido), pela Companhia à Opea Securitizadora S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 02.773.542/0001-22 ("**Securitizadora**"), por meio da celebração do "*Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Direitos Creditórios Imobiliários e Outras Avenças*", entre a Companhia, a Construtora Tenda S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 71.476.527/0001-35 ("**Construtora Tenda**") e a Alea S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.193.637/0001-63 ("**Alea**" e, quando em conjunto com a Companhia e a Construtora Tenda, as "**Cedentes**") e a Securitizadora ("**Contrato de Cessão**"); (ii) **aprovar** a operação de securitização ("**Securitização**"), por meio de emissão pela Securitizadora de certificados de recebíveis imobiliários da classe sênior, em 2 (duas) séries, e da classe subordinada, sem divisão em subclasses, da sua 448ª emissão ("**CRI**"), conforme os termos e condições a serem estabelecidos no "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios Imobiliários, da Classe Sênior, em 2 (Duas Séries), e da Classe Subordinada, da 448ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Opea Securitizadora S.A., Lastreados em Direitos Creditórios Imobiliários Diversificados Cedidos pela Tenda Negócios Imobiliários S.A., pela Construtora Tenda S.A. e pela Alea S.A.*" ("**Termo de Securitização**"), a ser celebrado entre a Securitizadora e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário nomeado nos termos do artigo 10º da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada, e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 17, de 9 de fevereiro de 2021 ("**Agente Fiduciário**"); (iii) **aprovar** a celebração do "*Contrato de Distribuição Pública, Sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Classe Sênior, em 2 (Duas) Séries, e da Classe Subordinada, da 448ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Opea Securitizadora S.A.*" ("**Contrato de Distribuição**"), a ser celebrado entre a instituição intermediária a ser contratada para a oferta pública dos CRI ("**Coordenador Líder**" e "**Oferta**", respectivamente), a Securitizadora e as Cedentes; (iv) **aprovar** a celebração do "*Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Servicing e Backup Servicing de Carteira de Direitos Creditórios Imobiliários*" a ser celebrado entre a Ineo Serviços Administrativos e Recuperação de Crédito Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.409.378/0001-46 ("***Backup Servicer***") e a Companhia ("***Servicer***"), na qualidade de contratadas, e a Securitizadora, na qualidade de contratante, com a interveniência da Construtora Tenda e da Alea ("***Contrato de Servicing e Backup Servicing***"), no qual a Companhia figurará como contratada responsável pela prestação dos serviços de gestão e cobrança dos Direitos Creditórios Imobiliários (conforme definido abaixo) e atendimento aos Clientes (conforme definido abaixo); e (v) **autorizar** a prática, nos termos do estatuto social da Companhia, de todos e quaisquer atos e a celebração de todos e quaisquer documentos que se façam necessários ou convenientes à efetivação das matérias previstas nos itens (i) a (iv) acima, conforme aprovado. **5. Deliberações**: em conformidade com a ordem do dia, as seguintes deliberações foram tomadas e aprovadas, por unanimidade, nos termos do Estatuto Social da Companhia: (i) **aprovar**, em observância ao disposto no artigo 7º, parágrafo 1º, alínea "d" do Estatuto Social da Companhia, a cessão, pela Companhia à Securitizadora, de direitos creditórios imobiliários que, cumulativamente: (i) decorrem da comercialização das unidades autônomas de empreendimentos residenciais que foram ou estão sendo desenvolvidos pelas Cedentes, conforme o caso, destinados à venda a terceiros ("**Imóveis**" e "**Empreendimentos**", respectivamente); (ii) contam com classificação de risco de "Baixíssimo Risco", "Baixo Risco", "Médio Baixo Risco", "Médio Alto Risco", "Alto Risco" e "Altíssimo Risco" (atribuída pelas Cedentes de acordo com a metodologia de atribuição de classificação de risco a ser especificada no Contrato de Cessão); (iii) não possuem parcelas com qualquer atraso até 30 (trinta) dias antes da respectiva data de integralização dos CRI; e (iv) são relativos a clientes devedores descritos e relacionados no Anexo VII ao Contrato de Cessão ("**Clientes**") que tenham liquidado 1 (uma) ou mais parcelas; devidos pelos Clientes, incluindo a respectiva remuneração, conforme o caso, na periodicidade ali estabelecida, bem como todos e quaisquer outros direitos creditórios devidos pelos respectivos Clientes por força dos respectivos contratos de venda e compra e dos "*Termos de Confissão de Dívida*" relacionados no Anexo VII ao Contrato de Cessão ("**Contratos de Venda e Compra**" e "**Instrumentos de Confissão de Dívida**", respectivamente), incluindo a totalidade dos respectivos acessórios e garantias, tais como encargos moratórios, multas, penalidades, indenizações, inclusive as multas devidas por rescisão antecipada motivada pelos Clientes previstos nos Contratos de Venda e Compra e nos Instrumentos de Confissão de Dívida, observado que a cessão não abrange juros de obras e eventuais reembolsos de despesas devidos pelos Clientes, como por exemplo, de tributos e custos de cartórios aplicáveis quando da transferência dos Imóveis ("**Direitos Creditórios Imobiliários**"). Fica ora aprovada a cessão pela Companhia, em definitivo, dos Direitos Creditórios Imobiliários com valor nominal total de até **R$ 316.658.762,60 (trezentos e dezesseis milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, setecentos e sessenta e dois reais e sessenta centavos)**, considerada cada data a partir da qual as parcelas dos respectivos Direitos Creditórios Imobiliários serão cedidos, nos termos do Contrato de Cessão (cada uma, uma "**Data Base da Cessão**"), por meio da celebração do Contrato de Cessão e respectivos aditamentos aplicáveis, os quais serão lastro dos CRI; (ii) **aprovar** a operação de Securitização, por meio de emissão pela Securitizadora dos CRI, conforme os termos e condições a serem estabelecidos no Termo de Securitização, a ser celebrado entre a Securitizadora e o Agente Fiduciário, com as seguintes características: (a) Quantidade de CRI: serão emitidos 300.000 (trezentos mil) CRI, sendo (a) 150.000 (cento e cinquenta mil) CRI da classe sênior, da 1ª (primeira) série ("**CRI Seniores - 1ª Série**"); (b) 75.000 (setenta e cinco mil) CRI da classe sênior, da 2ª (segunda) série ("**CRI Seniores - 2ª Série**"); e (c) 75.000 (setenta e cinco mil) CRI da classe subordinada, sem divisão em subclasses ("**CRI Subordinados**"), observado que a quantidade de CRI poderá ser diminuída, em virtude de distribuição parcial dos CRI, desde que observado o montante mínimo de 50.000 (cinquenta mil) CRI ("**Montante Mínimo**"); (b) Valor Global dos CRI: o valor total da emissão dos CRI corresponderá a R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), sendo (a) R$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) de CRI Seniores - 1ª Série; (b) R$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) CRI Seniores - 2ª Série; e (c) R$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) de CRI Subordinados, observado que a quantidade de CRI poderá ser diminuída em virtude da Distribuição Parcial, desde que observado o Montante Mínimo; (c) Valor Nominal Unitário dos CRI: os CRI terão valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais) ("**Valor Nominal Unitário**"), na data de emissão dos CRI, a ser definida no Termo de Securitização ("**Data de Emissão**"); (d) Garantias: não serão constituídas garantias em favor dos Titulares do CRI; (e) Atualização Monetária: (a) o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário dos CRI Seniores - 1ª Série, conforme aplicável, não será atualizado monetariamente ou corrigido por qualquer índice; (b) o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário dos CRI Seniores - 2ª Série, conforme aplicável, será atualizado monetariamente pela variação do IPCA, a partir da Data da Primeira Integralização dos CRI Seniores - 2ª Série, até a integral liquidação dos CRI Seniores - 2ª Série, calculada de forma *pro rata temporis* por dias úteis, nos termos a serem definidos no Termo de Securitização; e (c) o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário dos CRI Subordinados, conforme aplicável, será atualizado monetariamente pela variação do IPCA, a partir da Data da Primeira Integralização dos CRI Subordinados, até a integral liquidação dos CRI Subordinados, calculada de forma *pro rata temporis* por dias úteis, nos termos a serem definidos no Termo de Securitização; ("**Atualização Monetária**"); (f) Juros Remuneratórios: (a) os CRI Seniores - 1ª Série farão jus à remuneração equivalente a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa (*spread*) de **2% (dois inteiros por cento)** ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("**Remuneração dos CRI Seniores - 1ª Série**"), calculada na forma a ser prevista no Termo de Securitização; (b) sem prejuízo da Atualização Monetária, os CRI Seniores - 2ª Série farão jus à remuneração equivalente à sobretaxa (*spread*) de **9,90% (nove inteiros e noventa centésimos por cento)** ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, conforme fórmula a ser prevista no Termo de Securitização ("**Remuneração dos CRI Seniores - 2ª Série**"); e (c) sem prejuízo da Atualização Monetária, os CRI Subordinados farão jus à remuneração equivalente à sobretaxa (*spread*) de **11% (onze inteiros por cento)** ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("**Remuneração dos CRI Subordinados**"), calculada conforme fórmula a ser prevista no Termo de Securitização ("**Juros Remuneratórios**"); (g) Amortização: os CRI serão amortizados conforme estipulado no cronograma de pagamentos anexo ao Termo de Securitização. Nos termos a serem previstos na cascata de pagamentos do Termo de Securitização, que estabelecerá a ordem de prioridade nos pagamentos dos CRI com os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios Imobiliários ("**Cascata de Pagamentos**"); (h) Amortização Extraordinária dos CRI: a Securitizadora deverá promover a amortização extraordinária dos CRI, observada a Cascata de Pagamentos a ser estabelecida no Termo de Securitização, (i) na ocorrência dos Eventos de Reembolso Compulsório (conforme definido abaixo); (ii) em cada data de pagamento, no montante equivalente aos recursos que sobejarem aos pagamentos previstos na Cascata de Pagamentos ("**Recursos Excedentes**") disponíveis nas Contas Arrecadadoras (a serem definidas no Termo de Securitização), observada a Proporção entre Séries aplicável, abaixo definida (após a amortização programada do mês em questão) e a Subordinação (conforme definida no Termo de Securitização), e desde que o Fundo de Reserva tenha o valor mínimo equivalente a 9,00% (por cento) sobre o volume de CRI efetivamente integralizados. A título meramente exemplificativo, esse percentual, na data da primeira integralização, representa R$ 14.400.000,00 (quatorze milhões e quatrocentos mil reais); (iii) para reenquadramento do Índice de Cobertura (a ser definido no Termo de Securitização), na forma a ser definida e prevista no Contrato de Cessão e o Termo de Securitização; e (iv) a partir da 16ª (décima sexta) data de pagamento dos CRI e a cada data de pagamento subsequente, todos os valores excedentes ao Valor Mínimo do Fundo de Reserva ("**Amortização Extraordinária**"). Em caso de adoção da Cascata de Pagamentos ordinária, os recursos recebidos pela Securitizadora, no respectivo mês de arrecadação, quando da ocorrência desses eventos, serão utilizados pela Securitizadora para a Amortização Extraordinária parcial dos CRI, na data de pagamento subsequente prevista no Cronograma de Pagamentos, proporcionalmente ao saldo do respectivo Valor Nominal Unitário na data do evento, observado que qualquer Amortização Extraordinária alcançará indistintamente todos os CRI e deverá ocorrer na proporção entre o saldo devedor dos CRI quando da data de verificação (a ser definida no Termo de Securitização) após a amortização programada ("**Proporção entre os CRI**") e, em caso de adoção da Cascata de Pagamentos extraordinária, 80% (oitenta por cento) dos recursos recebidos pela Securitizadora, no respectivo mês de arrecadação, quando da ocorrência desses eventos, serão utilizados pela Securitizadora para a amortização extraordinária parcial dos CRI Seniores, na data de pagamento dos CRI subsequente prevista no Cronograma de Pagamentos, observado que qualquer Amortização Extraordinária alcançará indistintamente todos os CRI Seniores e deverá ocorrer na proporção entre o saldo devedor dos CRI Seniores - 1ª Série e o saldo devedor CRI Seniores - 2ª Série quando da respectiva data de verificação após a amortização programada ("**Proporção entre os CRI Seniores**" e, quando referida em conjunto e indistintamente com a Proporção entre os CRI, "**Proporção entre Séries**"). O restante dos recursos recebidos pela Securitizadora, no respectivo mês de arrecadação, quando da ocorrência desses eventos, serão utilizados pela Securitizadora para a amortização extraordinária dos CRI Subordinados, na Data de Pagamento subsequente prevista no cronograma de pagamentos anexo ao Termo de Securitização; (i) Repactuação Programada: os CRI não serão objeto de repactuação programada; (j) Resgate Antecipado Obrigatório dos CRI: a Securitizadora deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade dos CRI (i) no mês em que o somatório dos recursos apurados nas Contas do Patrimônio Separado (a serem definidas no Termo de Securitização), incluindo os recursos do Fundo de Reserva e os Recursos Excedentes, sejam suficientes para quitar o saldo devedor do CRI e eventuais custos em aberto ou provisionados na Emissão; e/ou (ii) nos Eventos de Reembolso Compulsório totais; e/ou (iii) caso seja exercida a Opção de Compra dos Direitos Creditórios Imobiliários e mediante o recebimento dos recursos decorrentes de referida compra dos Direitos Creditórios Imobiliários ("**Resgate Antecipado Obrigatório**"). O Resgate Antecipado Obrigatório dos CRI será efetuado pela Securitizadora, unilateralmente, sob a ciência do Agente Fiduciário, e alcançará indistintamente todos os CRI, sendo os recursos recebidos pela Securitizadora em decorrência do resgate antecipado repassados aos titulares de CRI no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data do seu efetivo recebimento pela Securitizadora; (k) Data de Vencimento dos CRI: conforme venha a ser definida no Termo de Securitização, ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Obrigatório dos CRI; e (l) Opção de Compra dos Direitos Creditórios Imobiliários: sujeito à verificação das Condições de Exercício da Opção de Compra (a ser definido no Contrato de Cessão) e mediante o pagamento do Preço de Exercício (a ser definido no Contrato de Cessão), as Cedentes poderão adquirir a totalidade dos Direitos Creditórios Imobiliários pelo valor do saldo devedor atualizado dos CRI, desde que ocorrida a assunção do *Backup Servicer* na administração e cobrança dos Direitos Creditórios Imobiliários, exceto nos casos em que as Cedentes, intencionalmente, derem causa a tal substituição, conforme a ser previsto no Contrato de Cessão, em até 180 (cento e oitenta) dias corridos da data em que o *Backup Servicer* assumir a administração e cobrança dos Direitos Creditórios Imobiliários ("**Opção de Compra dos Direitos Creditórios Imobiliários**"); (m) Lastro dos CRI: os CRI estarão lastreados em direitos creditórios imobiliários, representados por cédulas de crédito imobiliário integrais ou fracionárias, conforme o caso ("**CCI**"), as quais serão emitidas pela Securitizadora, sob a forma escritural, por meio da celebração do "*Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário Integrais ou Fracionárias, Sem Garantia Real, sob a Forma Escritural e Outras Avenças*", celebrado entre a Securitizadora e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo e Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de instituição custodiante e registradora, nomeado nos termos do artigo 18 § 4º e 15, inciso II, da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, conforme alterada ("**Escritura de Emissão de CCI**" e "**Instituição Custodiante**", respectivamente), para representar os Direitos Creditórios Imobiliários; (n) Reembolso Compulsório dos Direitos Creditórios Imobiliários: as Cedentes deverão reembolsar a Securitizadora, de forma parcial ou integral, pela parcela dos Direitos Creditórios Imobiliários por ela cedidos, em relação aos quais tenham ocorrido um evento de reembolso compulsório a ser estabelecido no Contrato de Cessão ("**Eventos de Reembolso Compulsório**"), no estado em que se encontrarem, exceto caso aprovado em Assembleia Especial de Investidores (a ser definido no Termo de Securitização) a renúncia prévia ou o perdão do referido Evento de Reembolso Compulsório, observado que na hipótese em que não houver o perdão ou a renúncia prévia, as Cedentes obrigam-se, em caráter irrevogável e irretratável, a pagar à Securitizadora o Valor de Reembolso Compulsório a ser acordado no Contrato de Cessão; (o) Fundo de Despesas: A Securitizadora, por conta e ordem das Cedentes, com a retenção dos recursos oriundos do primeiro pagamento do Valor da Cessão (a ser definido no Contrato de Cessão), constituirá na conta centralizadora a ser identificada no Contrato de Cessão e nos demais documentos da Oferta, fundo de despesas em valor a ser acordado entre as partes, para fazer frente às (i) Despesas (a ser definido no Termo de Securitização); e (ii) despesas de administração e cobrança das parcelas dos Contratos de Venda e Compra e dos Instrumentos de Confissão de Dívida devidas ao *Servicer* e ao *Backup Servicer* ("**Fundo de Despesas**"); (p) Fundo de Reserva: A Securitizadora, por conta e ordem das Cedentes, constituirá, na conta centralizadora a ser identificada no Contrato de Cessão e nos demais documentos da Oferta, mediante retenção de valores decorrentes do fluxo de pagamento dos Direitos Creditórios Imobiliários, na forma e limites previstos na Cascata de Pagamentos, fundo de reserva para (i) fazer frente às Obrigações (a ser definido no Termo de Securitização); (ii) para honrar com o pagamento das parcelas do CRI que porventura não tenham sido quitadas em suas respectivas datas de vencimento com o fluxo regular dos Direitos Creditórios Imobiliários; (iii) para honrar com o pagamento das despesas de administração e cobrança das parcelas dos Contratos de Venda e Compra e dos Instrumentos de Confissão de Dívida devidas ao *Servicer* e/ou ao *Backup Servicer*, caso o Fundo de Despesas seja insuficiente para arcar com referidas despesas; e (iv) para amortizar extraordinariamente os CRI em caso de desenquadramento do índice de cobertura a ser acordado entre as partes e previstos no Contrato de Cessão e nos demais documentos da Oferta ("**Índice de Cobertura**"). O Fundo de Reserva deverá corresponder, a partir da data da primeira integralização dos CRI (inclusive) até o vencimento final dos CRI, ao respectivo montante mínimo a ser previsto em tabela no Termo de Securitização ("**Fundo de Reserva**"); (q) Recomposição do Fundo de Reserva: Na hipótese de desenquadramento do Índice de Cobertura em uma data de verificação: (a) serão utilizados os recursos do fluxo regular dos Direitos Creditórios Imobiliários, observada a Cascata de Pagamentos a ser prevista no Termo de Securitização, para a Amortização Extraordinária dos CRI; e (b) caso, após a utilização dos recursos decorrentes do fluxo regular dos Direitos Creditórios Imobiliários, na forma prevista no item (a) acima, o Índice de Cobertura permanecer desenquadrado, os recursos do Fundo de Reserva poderão ser utilizados para a Amortização Extraordinária dos CRI até o limite do valor necessário para o reenquadramento do Índice de Cobertura. Caso após a Amortização Extraordinária disposta acima, o Índice de Cobertura permaneça desenquadrado, as Cedentes deverão recompor o Fundo de Reserva, na forma a ser disposta no Contrato de Cessão, seja em único ou em diversos eventos de recomposição ao longo da vigência dos CRI, de forma que haja recursos suficientes para a realização da Amortização Extraordinária dos CRI, na forma a ser disposta no Termo de Securitização; e (r) Demais condições: Todas as demais condições, termos, prazos e regras específicas relacionados à Oferta serão tratados detalhadamente no Termo de Securitização. (iii) **aprovar** a celebração do Contrato de Distribuição, a ser celebrado entre o Coordenador Líder, a Securitizadora e as Cedentes; (iv) **aprovar** a celebração do Contrato de *Servicing e Backup Servicing*, a ser celebrado entre a o *Backup Servicer* e a Companhia, na qualidade de contratadas, e a Securitizadora, na qualidade de contratante, com a interveniência da Construtora Tenda e da Alea, no qual a Companhia figurará como contratada responsável pela prestação dos serviços de gestão e cobrança dos Direitos Creditórios Imobiliários e atendimento aos Clientes; e (v) **autorizar** a prática, nos termos do estatuto social da Companhia, de todos e quaisquer atos e a celebração de todos e quaisquer documentos que se façam necessários ou convenientes à efetivação das deliberações dos itens (i) a (iv) acima, inclusive a assinatura de quaisquer instrumentos e respectivos aditamentos necessários à cessão dos Direitos Creditórios Imobiliários e à implementação da Securitização ora aprovadas, podendo, inclusive, mas não se limitando: (a) negociar, definir e aprovar o teor dos documentos relacionados à cessão dos Direitos Creditórios Imobiliários e à Securitização; (b) praticar os atos necessários à celebração do Termo de Securitização, do Contrato de Distribuição, do Contrato de *Servicer*, do Contrato de Cessão e de quaisquer outros documentos necessários à cessão dos Direitos Creditórios Imobiliários e à implementação da Securitização, bem como quaisquer aditamentos a eles relacionados; (c) praticar os atos necessários à contratação das instituições necessárias para a realização da Securitização, incluindo, mas não se limitando a, contratação da Securitizadora, do Coordenador Líder, dos assessores legais, do escriturador, do banco liquidante, do Agente Fiduciário, da Instituição Custodiante, do auditor independente, entre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações, fixar-lhes honorários, bem como ratificar os atos já praticados pela Diretoria da Companhia neste sentido; (d) realizar a publicação e o arquivamento dos documentos de natureza societária perante a junta comercial competente; e (e) tomar as providências necessárias junto a quaisquer órgãos ou autarquias, nos termos da legislação em vigor, bem como tomar todas as demais providências necessárias para a efetivação da Securitização, conforme ora aprovada. **6. Encerramento**: nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem ela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada. Composição da Mesa: Luiz Mauricio de Garcia Paula (Presidente) e Amanda da Silva Ribeiro (Secretária). Diretores Presentes: Rodrigo Osmo, Luiz Mauricio de Garcia Paula, Alexandre Millen Grzegorzewski, Cristina Caresia Marques, Daniela Ferrari Toscano de Britto, Fabricio Quesiti Arrivabene, Renan Barbosa Sanches, Weliton Luiz Costa Junior, Alexandre Regis de Oliveira, André Luis Menegazzo Padilha, Amanda da Silva Bezerra, Marcelo de Melo Buozi, Igor da Silva Gomes, Rodrigo Fernandes Hissa e Alejandro Octavio Abuai. Certifico que a presente confere com a via original lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 11 de junho de 2025. **Amanda da Silva Ribeiro - Secretária. JUCESP nº 230.168/25-5 em 13/06/2025.**

Sindicato da Indústria de Produtos de Cacau, Chocolates, Balas e Derivados do Estado de São Paulo, Av. Paulista, 1313, 7º andar, cj. 708, São Paulo/SP. CONVOCA seus associados para Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 20 de junho de 2025, de forma on-line, às 09:30 em primeira convocação e as 10:00 em segunda convocação com a seguinte ordem do dia: 1) Eleição da chapa única de Diretoria e Conselho Fiscal para o triênio 2025/2028. São Paulo, 17 de junho de 2025 - Fernando Careli - Presidente SICAB.

Sindicato dos Enfermeiros do Estado de São Paulo - SEESP - Edital Deflagração da Campanha Salarial e Negociação Coletiva/Convenções Coletivas de Trabalho 2025/2026 - O Sindicato dos Enfermeiros do Estado de São Paulo, entidade sindical de primeiro grau inscrita sob CNPJ nº 52.169.117/0001-05, com sede na Rua José Vicente de Azevedo, 33 - Vila Mariana - São Paulo-SP CEP 04139-030, neste ato representado por sua Presidente, no uso da prerrogativa prevista no Estatuto Vigente, vem a presença da categoria dos profissionais Enfermeiros, associados ou não, CONVOCAR TODOS os integrantes da categoria, para Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 19(dezenove) de junho de 2025, às 15:30 horas em primeira chamada, se atingido o quórum estatutário e às 16:00 horas, em segunda convocação, com qualquer número de sócios presentes, será realizada sito a rua José Vicente de Azevedo nº 51, Vila Mariana, CEP 04139-030, para deliberar a seguinte ordem do dia: **1)** Deflagração da Campanha Salarial 2025/2026; **2)** Discussão (inclusão, exclusão e/ou modificação) e explicação das cláusulas da pauta de reivindicação 2025/2026; 3) A votação da pauta de reivindicação 2025/2026 será realizada através do link "https://seesp.votabem.com.br", sendo o link para votação aberto às 18:00 horas, do dia 19 (dezenove) de junho de 2025 e encerrando no dia 21(vinte e um) de junho de 2025, às 16:00 horas; 4) Autorização para fechamento de Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo e/ou Mediação e Arbitragem com os Sindicatos Patronais para o período de 2025/2026: **SINDHOSP** - Sindicato dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde, Laboratórios de Pesquisas e Análises Clínicas e Demais Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de São Paulo; **SINDHOSCLAB-MOGI** - Sindicato dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde, Laboratórios de Pesquisas e Análises Clínicas e Demais Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Mogi das Cruzes; **SINDHOSCLAB-SUZANO** - Sindicato dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde, laboratórios de Pesquisas e Análises Clínicas e Demais Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Suzano; **SINDHOSCLAB-JUNDIAI** - Sindicato dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde, Laboratórios de Pesquisas e Análises Clínicas e Demais Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Jundiaí; **SINDHORP** - Sindicato dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde, Laboratórios de Pesquisas e Análises Clínicas e Demais Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Ribeirão Preto e Região; **SINDHOSPRU** - Sindicato dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde, Laboratórios de Pesquisas e Análises Clínicas e Demais Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Presidente Prudente e Região; **SINDHOSFIL** - Sindicato das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Filantrópicos do Estado de São Paulo; **SINDHOSFIL** - Sindicato das Casas de Misericórdia e Hospitais Filantrópicos do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Alta Mantiqueira; **SINDHOSFIL** - Sindicato das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Filantrópicos da Baixada Santista e Litoral Norte e Sul; **SINDHOSFIL RP** - Sindicato das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Filantrópicos de Ribeirão Preto e Região; **SINDHOSFIL RP** - Sindicato das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Filantrópicos de Presidente Prudente e Região; **SINBFIR** - Sindicato das Instituições Beneficentes, Filantrópicas e Religiosas do Estado de São Paulo; **SINBFIR** - Sindicato das Instituições Beneficentes, Filantrópicas e Religiosas de São José do Rio Preto e Região; **SINBFIR** - Sindicato das instituições Beneficentes, Filantrópicas e Religiosas de Ribeirão Preto e Região; **SINBFIR** - Sindicato das Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas de Araraquara, São Carlos e Região; **SINAMGE** - Sindicato Nacional das Empresas de Medicina de Grupo; **SINDHCLOR** - Sindicato dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde, Laboratórios de Pesquisas e Análises Clínicas de Osasco e Região e **SINCOOMED** - Sindicato Nacional das Cooperativas de Serviços de Saúde ou seus representantes legais e demais Sindicatos Patronais que o SEESP vier a negociar. São Paulo, 05 de junho de 2023. E para que ninguém possa alegar ignorância será este edital fixado na sede e subsede do sindicato, bem como publicado em jornal de grande circulação. Elaine Aparecida Leoni - Presidente.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 56.577.059/0006-06

COMPRA REGULAMENTO – FFM 3063/2025

A FFM/ICESP, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, através do Departamento Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 – Cerqueira César, São Paulo – SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de renovação periódica do Sistema de Ancoragem do ICESP, cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo Regulamento de Compras da FFM.

UASG – SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.048/2025
Nº Processo: 080.0001609/2024-89
Objeto: Aquisição de aeronave não tripulada - RPAS
Total de Itens Licitados: 1 (um).
Valor total da licitação: R$ 305.729,33 (trezentos e cinco mil, setecentos e vinte e nove reais e trinta e três centavos)
Disponibilidade do edital: 17/06/2025 - Horário: das 08h00 às 17h59
Endereço: Rua Moncorvo Filho, 410 - Butantã - São Paulo - SP - CEP 05507-060
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 17/06/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 01/07/2025 às 10h30min no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP

"SESCON-CAMPINAS"

Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas da Região Metropolitana de Campinas

Pelo presente Edital ficam convocados todos os associados, quites e no pleno gozo de seus direitos associativos para participar da **Assembleia Geral Ordinária** e todos os integrantes das categorias econômicas representadas pelo SESCON/Campinas, associados ou não, para participar da **Assembleia Geral Extraordinária**, que serão realizadas no Auditório de sua sede social com entrada pela Rua Walter Schmidt nº 175, Parque Rural Fazenda Santa Cândida, Campinas, SP, nos dias **24 de junho de 2025 (quarta-feira), a saber:**

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE ASSOCIADOS: Abertura se dará às **17:00 horas em Primeira Chamada** desde que atingido o número estatutário de associados, ou não havendo "quorum" legal, em **Segunda Chamada, às 17:30 horas** com qualquer número de associados presentes, para nos termos do vigente Estatuto Social, deliberar sobre da seguinte **Ordem do Dia: a)- Leitura, discussão e aprovação da ata da assembleia anterior; b)- Apreciar e votar a Demonstração do Resultado do Exercício e o Balanço Patrimonial, encerrados em 31 de dezembro de 2024, acompanhados com o Parecer do Conselho Fiscal do Sindicato; c)- Apreciar e votar o Relatório das Atividades referente ao ano-calendário de 2024; d)- Outros Assuntos de interesse da entidade.**

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE REPRESENTADOS. Abertura se dará às **17:30 horas, em Primeira Chamada** com a maioria absoluta dos integrantes das categorias representadas, ou não havendo "quorum" legal, em **Segunda Chamada, às 18:00 horas** com qualquer número de representados presentes, para nos termos do vigente Estatuto Social, deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **ORDEM DO DIA**: a) Analisar e votar as pautas de reivindicações apresentadas e conferir poderes à Diretoria Executiva e ou Comissão Patronal para negociar com a Federação dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio do Estado de São Paulo e/ou diretamente com Sindicatos de Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Empresas de Serviços Contábeis, demais entidades profissionais da categoria preponderante e de categorias diferenciadas, e celebrar Acordos Coletivos de Trabalho com cláusulas pré-estabelecida, e estabelecer eventual acordo de salários e condições de trabalho para vigorar a partir do dia 1º de agosto de 2025, para a categoria profissional preponderante, e nas datas-bases específicas das categorias profissionais diferenciadas, inclusive apresentando reivindicações para as categorias econômicas na base territorial do SESCON-CAMPINAS.

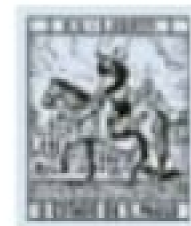
Campinas, SP, 16 de junho de 2025.

Cláudia Leticia de Andrade Di Fonzo - Presidente da Diretoria Executiva

e|investidor ESTADÃO
Planilha de gastos
e|investidor
ACESSE JÁ!

NOTAS E INFORMAÇÕES

O acordo que só Trump viu



Ao alardear acordo 'excelente' com a China, presidente expõe o quanto está vulnerável

O presidente dos EUA, Donald Trump, alardeou em letras maiúsculas na Truth Social, rede social da qual é dono, ter chegado a um acordo comercial "excelente" com a China, o que seria fruto de dois dias de negociações em Londres. Segundo o republicano, a China voltará a fornecer aos EUA terras raras, insumos críticos para indústrias como a de tecnologia, enquanto as universidades norte-americanas continuarão recebendo estudantes chineses. Além disso, Trump afirmou que as tarifas sobre importações chinesas totalizarão 55%, enquanto exportações norte-americanas serão taxadas em 10% pelo gigante asiático. Mas tudo ainda depende de aprovação do próprio Trump e do presidente chinês, Xi Jinping.

Ao comentar as negociações de Londres, os asiáticos adotaram tom bem mais vago que o de Trump. Um porta-voz do Ministério do Comércio chinês afirmou que as duas partes concordaram com uma "estrutura de medidas para consolidar os resultados das negociações econômicas e comerciais de Genebra". Em relação às terras raras, os chineses foram protocolares ao afirmar que continuarão aprimorando o processo de revisão e de aprovação de licenças de exportação.

A verdade é que, após acusar a China de descumprir trégua acordada no início de maio em Genebra, quando os dois países pausaram tarifas de mais de três dígitos um contra o outro por 90 dias, o que os EUA conseguiram agora foi, com muita benevolência, retomar o que já havia sido estabelecido anteriormente.

Acostumado a humilhar países menos poderosos, Trump adotou a única estratégia que realmente domina, a bravata, e foi para cima dos chineses, que, provocados, passaram a jogar o jogo tal como oferecido pelo republicano.

Ocorre que os EUA dependem bem mais das importações chinesas que o contrário. A China impôs tarifas igualmente proibitivas sobre os produtos norte-americanos, o que potencialmente eliminaria o comércio entre os dois países. No meio do fogo cruzado, empresas dos EUA, sobretudo as pequenas, viram-se num caos. Trump, então, foi forçado a concordar com a pausa nas tarifas. Agora, ao insinuar que a taxação total sobre a China pode ser de 55%, o republicano apenas demonstra que, ao contrário do que prega, segue agindo de modo a estrangular a classe média norte-americana, que provavelmente será forçada a lidar com escassez de bens e com inflação.

Obcecado com tarifas calculadas sabe-se lá como, Trump ignorou que a China estava diversas casas à frente dos EUA em áreas como a produção de terras raras e que também teve avanços significativos no desenvolvimento de tecnologias diversas. Sem acesso às terras raras, a indústria norte-americana corre o risco de paralisação. Já as restrições dos EUA a exportações de tecnologia para a China não surtiram o efeito desejado.

Tudo combinado, os norte-americanos ficaram sem algo essencial – a China responde por 70% da produção de terras raras do mundo –, enquanto os chineses desenvolveram seus próprios chips e semicondutores.

Autodeclarado mestre da negociação, Trump tem sido desmoralizado pelos chineses num jogo em que ele mesmo deu as cartas. ●

Commodity **Tensão no Oriente Médio**

Preço do petróleo cai com nova sinalização do Irã

MATHEUS ANDRADE

A escalada nas tensões nos últimos dias havia dado impulso às cotações do barril de petróleo, com muitos analistas acreditando que o preço do barril pudesse ultrapassar a marca dos US$ 100 – apenas na sexta-feira, os preços subiram mais de 7%. Porém, com as sinalizações ontem de que Teerã não tem a intenção de ampliar o conflito fez com que os preços mudassem de trajetória.

Baixando o tom
Declaração do presidente do Irã de que país não busca intensificar conflito favoreceu os mercados

Em Nova York, o contrato do petróleo WTI, referência nos EUA, para julho fechou a segunda-feira em baixa de 1,67% (US$ 1,22), cotado a US$ 71,77 o barril. Já o petróleo Brent, padrão internacional utilizado no Brasil, encerrou o dia com queda de 1,35% (US$ 1,00), a US$ 73,23 barril.

As declarações dadas ontem pelo presidente do Irã, Masoud Pezeshkian, de que o país não busca intensificar o conflito em andamento com Israel, embora tenha prometido responder a qualquer "agressão" dos israelenses, trouxeram certo alívio ao mercado.

Pezeshkian lembrou ainda que os iranianos não foram responsáveis pelo início das hostilidades. "Mas responderemos aos crimes sionistas com autoridade e, em qualquer nível que atacarem, receberão uma resposta do mesmo nível."

Para a consultoria internacional Capital Economics, não houve aumentos no preço do petróleo ontem porque não se esperam danos significativos à produção da commodity ou à infraestrutura de transporte, apesar de Israel ter atacado refinarias no Irã.

"Em última análise, esse é o principal canal pelo qual o conflito pode ter um impacto significativo na economia global", disse a consultoria, acrescentando: "Indiscutivelmente, a escala da campanha de Israel e a retórica em torno dela sugerem que a situação atual é mais grave do que episódios anteriores".

'EXPLODIR A MESA'. Ontem, o primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, afirmou que o Irã "não quer sentar à mesa de negociações". "Eles querem explodir a mesa", disse o premiê israelense ao rejeitar a possibilidade de diálogo com Teerã, em entrevista à ABC News. "Eles querem continuar com essas falsas conversas, nas quais mentem, trapaceiam e enganam os EUA. Temos informações muito sólidas sobre isso", declarou.

O receio principal de uma escalada dos preços do petróleo na economia são os efeitos sobre a inflação, já que os preços dos combustíveis influenciam os custos de toda a cadeia produtiva.

A perspectiva de um alívio nas tensões ajudou também as Bolsas americanas ontem, que fecharam em alta: Dow Jones, subiu 0,75%; S&P 500, 0,94%; e a Nasdaq avançou 1,52%. ●

HOTEL RESORT E GOLFE CLUBE DOS 500



GRANDES MOMENTOS PEDEM GRANDES CENÁRIOS!

Com mais de meio milhão de metros quadrados, o Hotel Resort e Golfe Clube dos 500 é palco para dias marcantes — com liberdade, elegância e natureza por todos os lados.

FAÇA SUA RESERVA! 12 3132-3555

Localizado a apenas duas horas de São Paulo, o Hotel Resort e Golfe Clube dos 500 combina arte, bom gosto e hospedagem de excelência, oferecendo um ambiente único com 600.000m² de área verde.

CLUBE DOS 500

Rod. Presidente Dutra, Km 60
Guaratinguetá • SP
@hotelclubedos500
reservas@h500.com.br

Conheça o hotel escaneando o QR Code!



ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

EMBRAESP
ESTUDOS ESPECIAIS
www.embraesp.com.br
(11) 3665-1590

Energia **Combustíveis**

Mistura de etanol na gasolina pode subir de 27% para 30%, diz Silveira

Em seminário na Fiesp, ministro disse que proposta será apresentada ao Conselho Nacional de Política Energética

LUDMYLLA ROCHA

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse ontem que sua pasta deve propor na próxima reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) a elevação da mistura de etanol na gasolina de 27% para 30%. Segundo ele, a iniciativa permitirá que o País deixe "praticamente de ser importador de gasolina".

As declarações foram feitas durante o seminário "Gás para Empregar: construindo uma estrutura justa e sustentável de preços", realizado na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em São Paulo.

Silveira afirmou ainda que isso fará com que a Petrobras contribua mais com o Brasil. Ainda sobre a companhia, ele disse que é preciso que sua "estrutura corporativa" ajude o Brasil reduzindo a reinjeção de gás natural do País. "Precisamos que Petrobras compreenda a necessidade de mudar isso daqui para frente."

A medida já vem sendo estudada há algum tempo pelo ministério, mas ganha importância num momento de pressão sobre os preços do petróleo por causa do conflito entre Israel e Irã. Ontem, o preço da commodity recuou mais de 1%, após o salto dos últimos dias.

TARIFA DE GÁS. Silveira afirmou que a definição sobre o chamado "pass through", que propõe excluir custo de transporte de gás natural dos contratos das termoelétricas e repassá-lo aos consumidores, no Leilão de Reserva de Capacidade (LRCAP) 2025, só ocorrerá depois da nova consulta pública sobre o certame. "O Ministério de Minas e Energia não pode ter uma posição antes de ouvir a sociedade e ouvir o setor. A consulta pública é um instrumento para isso. Depois de feita a consulta pública, o MME, naturalmente defendendo o interesse do País, vai se pronunciar", disse.



"O aumento da mistura fará com que o País deixe de ser um importador de gasolina"
Alexandre Silveira
Ministro de Minas e Energia

Silveira reiterou ainda que a intenção é abrir a consulta pública "o mais rápido possível, este mês ainda". A expectativa é de que o leilão de contratação de potência para o sistema elétrico brasileiro ocorra ainda este ano. Inicialmente, estava marcado para 27 de junho, mas foi cancelado depois de questionamentos na Justiça.

De acordo com o ministro, a interligação do último Estado brasileiro ao Sistema Interligado Nacional (SIN), Roraima, deve ocorrer em outubro. As obras do Linhão entre Boa Vista (RO) e Manaus (AM) são feitas pela Transnorte Energia (TNE), que é controlada por consórcio entre a Alupar (51%) e a Eletronorte (49%), da Eletrobras. A conclusão da obra deveria ter ocorrido em 2015, mas questionamentos relacionados a trechos que passam por terras indígenas atrasaram a entrega.

ANGRA 3. O ministro afirmou ainda que é desejo da pasta que a discussão sobre a conclusão ou não da usina nuclear de Angra 3 esteja na pauta da próxima reunião do CNPE.

Silveira reiterou que seu voto no colegiado, que inclui outros ministérios, é pela continuidade da obra "desde que a gente reestruture o setor nuclear brasileiro". "Não é possível que a gente tenha a Nuclep, que é uma indústria que foi concebida para poder produzir os equipamentos para a área nuclear, hoje produzindo apenas torres de transmissão e outros equipamentos que nada têm a ver com a área nuclear", disse em referência à Nuclebrás Equipamentos Pesados.

Havia a expectativa de que uma decisão sobre Angra 3 fosse tomada em fevereiro, mas o tema não avançou. Segundo o ministro, a discussão sobre a fonte de energia para a usina ocorreu entre o governo brasileiro e a Rússia, e também com os franceses da EDF, em viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Os pequenos reatores nucleares em países transcontinentais, com a dimensão territorial que tem o Brasil, será a solução de médio prazo", afirmou o ministro.

Silveira disse ainda que o governo quer convidar a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) para a 30.ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-30), que será realizada em novembro, em Belém, no Pará. ●

agro.estadao.com.br

agro ESTADÃO

PORTAL AGRO ESTADÃO
Um novo ecossistema para o futuro do agronegócio

>>>

Uma parceria:
ESTADÃO 150 broadcast agro PYXYS

Criação:
ESTADÃO BLUE STUDIO

agro.estadao.com.br

agro Estadão

CONHEÇA O PORTAL AGRO

Conteúdo relevante para a gestão de toda a cadeia de abastecimento

Uma parceria: Estadão Broadcast Pinovis Criação

OCTANTE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 12.139.922/0001-63 - NIRE nº 35.300.180.517

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 2ª SÉRIE DA 26ª (VIGÉSIMA SEXTA) EMISSÃO DA OCTANTE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os senhores Titulares de CRA da 2ª Série da 26ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Octante Securitizadora S.A. (**"Titulares de CRA"**, **"Emissão"**, **"CRA"** e **"Emissora"**, respectivamente), em consonância com o disposto na Cláusula 13.1 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados Agronegócio da 2ª Série da 26ª Emissão da Octante Securitizadora S.A lastreados em Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio emitidos pela Pitangueiras Açúcar e Álcool Ltda.*" (**"Termo de Securitização"**), a se reunirem em Assembleia Geral de Titulares de CRA (**"AGT"**), a ser realizada em primeira convocação, com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1(um) dos CRA em Circulação para fins de Quórum no dia 07 de julho de 2025, às 16:00, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, sendo a AGT realizada por meio de videoconferência por meio da plataforma digital Microsoft Teams, na qual o acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular de CRA, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre as seguintes Ordens do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31/03/2025; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos aos senhores Titulares dos CRA, conforme previsto no § 2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações contábeis ausentes de ressalvas, caso a AGT não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. INFORMAÇÕES GERAIS: 1. Em linha com a Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (**"RESOLUÇÃO CVM 60"**), a AGT será realizada de modo exclusivamente digital, por meio de videoconferência via plataforma digital Microsoft Teams, cujo o link de acesso será disponibilizado pela Emissora aos Titulares de CRA que enviarem os documentos de representação ao endereço eletrônico operacoes@octante.com.br, com cópia ao juridico@octante.com.br e ao Agente Fiduciário, no endereço eletrônico fiduciario@trusteedtvm.com.br; 2. Solicitamos que os documentos de representação sejam enviados em até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGT, e conforme documentação abaixo: a. Quando Pessoa Física: cópia digitalizada do documento de identidade com foto; b. Quando Pessoa Jurídica: (a) último estatuto ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. Quando Fundo de Investimento: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observado a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. Quando Representado por Procurador: caso quaisquer titulares dos CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. 3. Os documentos relacionados à ordem do dia, bem como as informações acerca do depósito dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções referentes ao sistema e formato da AGT estão disponíveis nos sites da (https://www.octante.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br); e 4. Os termos iniciados em letra maiúscula nesse edital e não definidos expressamente possuem o mesmo significado que lhes é atribuído no Termo de Securitização.

Guilherme Antonio Muriano da Silva - Diretor de Securitização

Octante Securitizadora S.A. - Rua Beatriz, 226, São Paulo - SP, CEP 05.445-040

ESTADÃO 150 ANOS

150 ANOS DE HISTÓRIA E TRADIÇÃO NO JORNALISMO PAUTADOS PELA TRANSPARÊNCIA E CREDIBILIDADE.

PUBLIQUE SEUS BALANÇOS E ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO E GARANTA OS MELHORES RESULTADOS

O veículo mais admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o território nacional.


LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS


A FORÇA DO ESTADÃO +56 MM de impactos / mês


+35 MM DE USUÁRIOS ÚNICOS


LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE



PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

ACESSE E CONHEÇA:



CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

ESTADÃO 150 ESTADÃO RI ELDORADO FM 107.3 ESTADÃO BLUE STUDIO AGÊNCIA ESTADO broadcast

Fontes: Portal - Google Analytics dez/24; Mídias sociais: seguidores e inscritos Estadão; Jornal: versões impresso e digital (pdf), Brasil e exterior (BDO - set/24)

FIESP

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocadas as empresas representadas pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, inorganizadas em Sindicato, conforme previsto nos arts. 611, parágrafo 2º e 857, parágrafo único da CLT, para a **Assembleia Geral Extraordinária** a ser realizada no próximo dia 04 de julho de 2025, às 10h, em primeira convocação, no Edifício-Sede da FIESP, na **Av. Paulista, 1313 - 5º andar - sala 513, nesta Capital, ou em segunda convocação**, no mesmo dia e local, às 10h30, destinada a atender aos fins especificados nos arts. 612 e 859 da CLT sobre: I - autorizar o recebimento da(s) pauta(s) de reivindicações das categorias profissionais para futuras discussões e deliberações; II - outorgar poderes para a celebração de Convenção Coletiva de Trabalho e/ou Acordo Judicial com as categorias profissionais no âmbito da indústria, inclusive para instaurar dissídio coletivo, ou propor as medidas judiciais e/ou extrajudiciais cabíveis, abrangendo, também, as hipóteses das normas legais que regulam os movimentos de greve, bem como discussão e deliberação das reivindicações dos trabalhadores e início das negociações das datas-bases julho/2025, agosto/2025, setembro/2025, outubro/2025, novembro/2025 e dezembro/2025 das referidas categorias profissionais: Mobiliário de Itatiba, Mococa, Mogi, Limeira e Itapevi; Calçados de São Paulo e Guarulhos; Técnicos de Nível Médio do Estado de São Paulo; Nutricionistas do Estado de São Paulo; Técnicos de Nutrição do Estado de São Paulo; Condutores de Veículos de Osasco, Mogi e Guarulhos; Vendedores e Viajantes do Estado de São Paulo; Indústrias da Alimentação; Bibliotecários do Estado de São Paulo; Condutores de São Paulo, Itapecerica da Serra, São Lourenço da Serra, Embu Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Poá e Itaquaquecetuba; Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico da CUT, São José dos Campos e Região, Campinas, Limeira, Santos; Cargas Próprias do Estado de São Paulo; bem como das indústrias da Construção de Aeronaves, Equipamentos Gerais Aeroespacial, Aeropeças, Montagem e Reparação de Aeronaves e Instrumentos Aeroespacial Intermunicipal de São Paulo e Região, Gavião Peixoto, Botucatu e Região e São José dos Campos e Região; Administradores no Estado de São Paulo; Mobiliário de Guarulhos; Extrativas de Vegetais do Estado de São Paulo; Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico ligados à Força Sindical, Itatiba e Região, Jaguariúna e Região e Birigui; Desenhistas do Estado de São Paulo, ABC e Piracicaba e Contabilistas de São Paulo, Santos e Franca; Cal e Gesso do Estado de São Paulo; e III - Estabelecimento, na norma coletiva, da contribuição assistencial patronal, conforme julgamento do Tema 935 pelo STF, bem como regramento para manifestação do direito de oposição à referida contribuição. **A referida Assembleia ocorrerá de forma híbrida, conforme autorizado pelos Estatutos desta Federação.** Os representados que optarem em participar por meio eletrônico deverão solicitar a chave de acesso através do e-mail: cassind@fiesp.com.br.

São Paulo, 17 de junho de 2025

Josué Christiano Gomes da Silva

Presidente

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 56.577.059/0006-06

COMPRA REGULAMENTO FFM 3061/2025

A Fundação Faculdade de Medicina, entidade de direito privado sem fins lucrativos, por meio do Departamento de Contratos e Compras, situada na Avenida Dr. Arnaldo, 251 – Cerqueira César, São Paulo – SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** para contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços de Manutenção Corretiva do Ventilador não Invasivo da marca Respironics NS 1350[illegible] cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo Regulamento de Compras e Contratação da FFM.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ABERTURA DE PROCESSO DE COMPRA

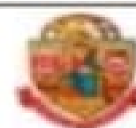
Entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, torna pública a abertura de processo de contratação, com base em seu **Regulamento de Compras**, cujos detalhes estão disponíveis no site (www.ffm.br).

CONCORRÊNCIA:

FFM 0283/2025-00 "EQUIP. DE RADIOFREQUÊNCIA – BOSTON CIENTIFIC"

FFM 0737/2025-00 "FATURAMENTO DE SERVIÇOS EM NUVEM AWS"

FFM 0836/2025-00 "PAPEL OFF SET 75G/M2"



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SERVIÇO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00712123912025
UASG – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nº PROCESSO: 154.00005552/2025-35
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO ESTIMATIVO 90234/2025



Objeto: Serviço de locação de ambulância. Total de Itens Licitados: 09 itens (nove itens). Valor total da licitação: Sigiloso nos termos do artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital: 17/06/2025. Horário: das 08h00 às 16h00. Endereço: Av. Prof. Lineu Prestes, 2565; www.gov.br/compras e www.usp.br/licitacoes. Link do PNCP: 63025530000104-1-002214/2025. Entrega das Propostas: a partir de 17/06/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 03/07/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP

Companhia Esa

CNPJ 52.117.397/0001-08 NIRE 35300093291

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2025

DATA, HORA E LOCAL: 30 de abril de 2025, às 10h00, realizada na sede social da **COMPANHIA ESA**, localizada na Avenida Paulista, 1938, 17º andar, em São Paulo (SP). **MESA:** Ricardo Egydio Setubal, Presidente; e Rodolfo Villela Marino, Secretário. **QUORUM:** acionistas representando a totalidade do capital social. **PRESENÇA LEGAL:** administradores da Sociedade e representante dos auditores independentes. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO:** dispensado, conforme Artigo 124, § 4º, da Lei 6.404/76. **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:** após discussão dos temas abaixo, os Acionistas deliberaram: **1.** aprovar, com abstenção dos legalmente impedidos, as Contas dos Administradores e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024, acompanhadas do Relatório da BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., publicados nesta data no jornal "O Estado de S. Paulo" (págs. B15 e B16) e em seu website (https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/); **2.** aprovar a destinação do lucro líquido do exercício de 2024, proposta nas referidas demonstrações contábeis, e ratificar as distribuições de juros sobre capital próprio declarados pela Diretoria em reuniões de 28.03, 28.06, 30.09 e 30.12.2024, imputados ao valor do dividendo do referido exercício; **3.** compor a **Diretoria** para o mandato anual que se estenderá até a posse dos que vierem a ser eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2026, elegendo as pessoas abaixo qualificadas, que atendem às condições prévias de elegibilidade previstas nos Artigos 146 e 147 da Lei 6.404/76, conforme declarações arquivadas na sede da Sociedade: **Diretor Presidente:** RODOLFO VILLELA MARINO, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 15.111.116-9, CPF 271.943.018-81; **Diretor Vice-Presidente:** RICARDO EGYDIO SETUBAL, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 10.359.999-X, CPF 033.033.518-99, domiciliados em São Paulo (SP), na Avenida Paulista, 1938, 5º andar; **Diretor Executivo "A":** ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 11.759.083-6, CPF 066.530.838-88, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Santo Amaro, 48, 9º andar; e **Diretor Executivo "B":** ALFREDO EGYDIO SETUBAL, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 6.045.777-6, CPF 014.414.218-07, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Paulista, 1938, 5º andar; **4.** compor o **Comitê ESA**, para o mandato anual que se estenderá até a posse dos que vierem a ser eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2026, reelegendo: (i) ALFREDO EGYDIO SETUBAL, acima qualificado; ANA LÚCIA DE MATTOS BARRETTO VILLELA, casada, pedagoga, RG-SSP/SP 13.861.521, CPF 066.530.828-06, domiciliada em São Paulo (SP), na Rua Fradique Coutinho, 50, 11º andar; RICARDO EGYDIO SETUBAL e RODOLFO VILLELA MARINO, acima qualificados; e (ii) RICARDO VILLELA MARINO, casado, RG-SSP/SP 15.111.115-7, CPF 252.398.288-90, e ROBERTO EGYDIO SETUBAL, divorciado, RG-SSP/SP 4.548.549-5, CPF 007.738.228-52, brasileiros, engenheiros, domiciliados em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, Torre Norte, 4º andar; **5. Reuniões de Acionistas:** para os fins previstos no item 4.2 do Acordo de Acionistas ESA, o BLOCO VILLELA será representado nas Reuniões de Acionistas por ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO, ANA LÚCIA DE MATTOS BARRETTO VILLELA, RICARDO VILLELA MARINO e RODOLFO VILLELA MARINO, e o BLOCO SETUBAL será representado por O.E.S. PARTICIPAÇÕES S.A., na qualidade de usufrutuária do direito de voto das ações detidas pelos acionistas desse Bloco; e **6.** fixar a verba global e anual destinada à remuneração dos diretores em até R$ 100.000,00, que será rateada na forma que vier a ser deliberada pela Diretoria. **CONSELHO FISCAL:** não houve manifestação do Conselho Fiscal, por não se encontrar em funcionamento. **DOCUMENTOS ARQUIVADOS NA SEDE:** as Demonstrações Contábeis de 31.12.2024, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, esta ata foi lida, aprovada e assinada eletronicamente pelos acionistas por meio da plataforma DocuSign, que declararam e reconheceram que este documento: (a) é válido e eficaz entre os acionistas; e (b) tem valor probante, pois está apto a conservar a integridade de seu conteúdo e é idôneo para comprovar a autoria das assinaturas, desde já renunciando a qualquer direito de alegar o contrário. São Paulo (SP), 30 de abril de 2025. (aa) Ricardo Egydio Setubal - Presidente da Assembleia; Rodolfo Villela Marino - Secretário da Assembleia; Acionistas: Bloco Villela: Alfredo Egydio Arruda Villela Filho; Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela; Ricardo Villela Marino; Rodolfo Villela Marino; e Rudric ITH Participações Ltda. (aa) Ricardo Villela Marino e Rodolfo Villela Marino - Diretores Gerentes; e Bloco Setubal: O.E.S Participações S.A., na qualidade de usufrutuária do direito de voto das ações detidas pelo Bloco Setubal (aa) Alfredo Egydio Setubal e Ricardo Egydio Setubal - Diretores Vice-Presidentes. Certificamos ser a presente cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo (SP), 2 de maio de 2025. (aa) Ricardo Egydio Setubal - Presidente da Assembleia, Rodolfo Villela Marino - Secretário da Assembleia. JUCESP sob nº 176.147/25-1, em 30.05.2025. (a) Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Eufrázio

ESTADÃO 150 ANOS

150 ANOS PROMOVENDO AÇÕES QUE DEFENDEM O CRESCIMENTO ECONÔMICO SUSTENTADO E AMBIENTALMENTE RESPONSÁVEL.

CONHEÇA AS VANTAGENS DE PUBLICAR SEUS BALANÇOS E ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO

O veículo mais admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o território nacional.



LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS

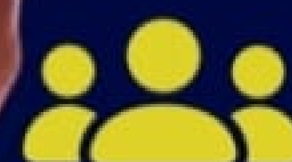




+35 MM **DE USUÁRIOS** ÚNICOS



A FORÇA DO ESTADÃO +56 MM de impactos / mês



LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO **LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE**



ESTADÃO RI

PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: **(11) 3856-2442**

ACESSE E CONHEÇA:



ESTADÃO 150 · ESTADÃO RI · ELDORADO FM 107.3 · ESTADÃO BLUE STUDIO · AGÊNCIA ESTADO · broadcast

Fontes: Portal – Google Analytics dez/24; Mídias sociais: seguidores e inscritos Estadão; Jornal: versões impresso e digital (pdf), Brasil e exterior (BDO - set/24)

Eufrázio

ALEA S.A.

CNPJ/MF nº 34.193.637/0001-63 - NIRE 35.300.567.251

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de junho de 2025

1. Data, Hora e Local: em 11 de junho de 2025, às 11h00, por meio de videoconferência, conforme previsão do art. 18, § 3º, do Estatuto Social da Alea S.A., situada no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 280, 8º e 9º pavimentos, Centro, CEP 01014-908 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença**: verificado o quórum necessário para instalação da Reunião do Conselho de Administração, diante da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, nos termos do Artigo 18, §5º do Estatuto Social da Companhia, a saber: Marcelo Renaux Wilier, Rodrigo Osmo, Luiz Mauricio de Garcia Paula, Cristina Caresia Marques e Vitor da Silva Alves. **3. Composição da Mesa**: Presidente: Marcelo Renaux Wilier. Secretária: Amanda da Silva Ribeiro. **4. Ordem do Dia**: (i) **aprovar** a cessão de Direitos Creditórios Imobiliários (conforme abaixo definido), pela Companhia à Opea Securitizadora S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 02.773.542/0001-22 ("**Securitizadora**"), por meio da celebração do "*Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Direitos Creditórios Imobiliários e Outras Avenças*", entre a Companhia, a Tenda Negócios Imobiliários S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.625.762/0001-58 ("**Tenda Negócios Imobiliários**"), a Construtora Tenda S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 71.476.527/0001-35 ("**Construtora Tenda**" e, quando em conjunto com a Companhia e a Tenda Negócios Imobiliários, as "**Cedentes**") e a Securitizadora ("**Contrato de Cessão**"); (ii) **aprovar** a operação de securitização ("**Securitização**"), por meio de emissão pela Securitizadora de certificados de recebíveis imobiliários da classe sênior, em 2 (duas) séries, e da classe subordinada, sem divisão em subclasses da sua 448ª emissão ("**CRI**"), conforme os termos e condições a serem estabelecidos no "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios Imobiliários, da Classe Sênior, em 2 (Duas Séries), e da Classe Subordinada, da 448ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Opea Securitizadora S.A., Lastreados em Direitos Creditórios Imobiliários Diversificados Cedidos pela Tenda Negócios Imobiliários S.A., pela Construtora Tenda S.A. e pela Alea S.A.*" ("**Termo de Securitização**"), a ser celebrado entre a Securitizadora e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário nomeado nos termos do artigo 10º da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada, e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 17, de 9 de fevereiro de 2021 ("**Agente Fiduciário**"); (iii) **aprovar** a celebração do "*Contrato de Distribuição Pública, Sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Classe Sênior, em 2 (Duas) Séries, e da Classe Subordinada, da 448ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Opea Securitizadora S.A.*" ("**Contrato de Distribuição**"), a ser celebrado entre a instituição intermediária a ser contratada para a oferta pública dos CRI ("**Coordenador Líder**" e "**Oferta**", respectivamente), a Securitizadora e as Cedentes; (iv) **aprovar** a celebração do "*Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Servicing e Backup Servicing de Carteira de Direitos Creditórios Imobiliários*" a ser celebrado entre a Neo Serviços Administrativos e Recuperação de Crédito Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.409.378/0001-46 ("***Backup Servicer***") e a Tenda Negócios Imobiliários ("***Servicer***"), na qualidade de contratadas, e a Securitizadora, na qualidade de contratante, com a interveniência da Companhia e da Construtora Tenda ("***Contrato de Servicing e Backup Servicing***"), no qual a Tenda Negócios Imobiliários figurará como contratada responsável pela prestação dos serviços de gestão e cobrança dos Direitos Creditórios Imobiliários (conforme abaixo definido) e atendimento aos Clientes (conforme abaixo definido); e (v) **autorizar** a prática, nos termos do estatuto social da Companhia, de todos e quaisquer atos e a celebração de todos e quaisquer documentos que se façam necessários ou convenientes à efetivação das matérias previstas nos itens (i) a (iv) acima, conforme aprovado. **5. Deliberações**: em conformidade com a ordem do dia, as seguintes deliberações foram tomadas e aprovadas, por unanimidade, nos termos do estatuto social da Companhia: (i) **aprovar**, em observância ao disposto no artigo 19, alínea "m" do Estatuto Social da Companhia, a cessão, pela Companhia à Securitizadora, de direitos creditórios imobiliários que, cumulativamente: (i) decorrem da comercialização das unidades autônomas de empreendimentos residenciais que foram ou estão sendo desenvolvidos pelas Cedentes, conforme o caso, destinados à venda a terceiros ("**Imóveis**" e "**Empreendimentos**", respectivamente); (ii) contam com classificação de risco de "Baixíssimo Risco", "Baixo Risco", "Médio Baixo Risco", "Médio Alto Risco", "Alto Risco" e "Altíssimo Risco" (atribuída pelas Cedentes de acordo com a metodologia de atribuição de classificação de risco a ser especificada no Contrato de Cessão); (iii) não possuem parcelas com qualquer atraso até 30 (trinta) dias antes da respectiva data de integralização dos CRI; e (iv) são relativos a clientes devedores descritos e relacionados no Anexo VII ao Contrato de Cessão ("**Clientes**") que tenham liquidado 1 (uma) ou mais parcelas; devidos pelos Clientes, incluindo a respectiva remuneração, conforme o caso, na periodicidade ali estabelecida, bem como todos e quaisquer outros direitos creditórios devidos pelos respectivos Clientes por força dos respectivos contratos de venda e compra e dos "*Termos de Confissão de Dívida*" relacionados no Anexo VII ao Contrato de Cessão ("**Contratos de Venda e Compra**" e "**Instrumentos de Confissão de Dívida**", respectivamente), incluindo a totalidade dos respectivos acessórios e garantias, tais como encargos moratórios, multas, penalidades, indenizações, inclusive as multas devidas por rescisão antecipada motivada pelos Clientes previstos nos Contratos de Venda e Compra e nos Instrumentos de Confissão de Dívida, observado que a cessão não abrange juros de obras e eventuais reembolsos de despesas devidos pelos Clientes, como por exemplo, de tributos e custos de cartórios aplicáveis quando da transferência dos imóveis ("**Direitos Creditórios Imobiliários**"). Fica ora aprovada a cessão pela Companhia, em definitivo, dos Direitos Creditórios Imobiliários com valor nominal total de até **R$ 32.437.310,22 (trinta e dois milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, trezentos e dez reais e vinte e dois centavos)**, considerada cada data a partir da qual as parcelas dos respectivos Direitos Creditórios Imobiliários serão cedidos, nos termos do Contrato de Cessão (cada uma, uma "**Data Base da Cessão**"), por meio da celebração do Contrato de Cessão e respectivos aditamentos aplicáveis, os quais serão lastro dos CRI; (ii) **aprovar** a operação de Securitização, por meio de emissão pela Securitizadora dos CRI, conforme os termos e condições a serem estabelecidos no Termo de Securitização, a ser celebrado entre a Securitizadora e o Agente Fiduciário, com as seguintes características: (a) Quantidade de CRI: serão emitidos 300.000 (trezentos mil) CRI, sendo (a) 150.000 (cento e cinquenta mil) CRI da classe sênior, da 1ª (primeira) série ("**CRI Seniores - 1ª Série**"); (b) 75.000 (setenta e cinco mil) CRI da classe sênior, da 2ª (segunda) série ("**CRI Seniores - 2ª Série**"); e (c) 75.000 (setenta e cinco mil) CRI da classe subordinada, sem divisão em subclasses ("**CRI Subordinados**"), observado que a quantidade de CRI poderá ser diminuída, em virtude de distribuição parcial dos CRI, desde que observado o montante mínimo de 50.000 (cinquenta mil) CRI ("**Montante Mínimo**"); (b) Valor Global dos CRI: o valor total da emissão dos CRI corresponderá a R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), sendo (a) R$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) de CRI Seniores - 1ª Série; (b) R$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) CRI Seniores - 2ª Série; e (c) R$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) de CRI Subordinados, observado que a quantidade de CRI poderá ser diminuída em virtude da Distribuição Parcial, desde que observado o Montante Mínimo; (c) Valor Nominal Unitário dos CRI: os CRI terão valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais) ("**Valor Nominal Unitário**"), na data de emissão dos CRI, a ser definida no Termo de Securitização ("**Data de Emissão**"); (d) Garantias: não serão constituídas garantias em favor dos Titulares do CRI; (e) Atualização Monetária: (a) o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário dos CRI Seniores - 1ª Série, conforme aplicável, não será atualizado monetariamente ou corrigido por qualquer índice; (b) o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário dos CRI Seniores - 2ª Série, conforme aplicável, será atualizado monetariamente pela variação do IPCA, a partir da Data da Primeira Integralização dos CRI Seniores - 2ª Série, até a integral liquidação dos CRI Seniores - 2ª Série, calculada de forma *pro rata temporis* por dias úteis, nos termos a serem definidos no Termo de Securitização; e (c) o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário dos CRI Subordinados, conforme aplicável, será atualizado monetariamente pela variação do IPCA, a partir da Data da Primeira Integralização dos CRI Subordinados, até a integral liquidação dos CRI Subordinados, calculada de forma *pro rata temporis* por dias úteis, nos termos a serem definidos no Termo de Securitização ("**Atualização Monetária**"); (f) Juros Remuneratórios: (a) os CRI Seniores - 1ª Série farão jus à remuneração equivalente a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa (*spread*) de **2% (dois inteiros por cento)** ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("**Remuneração dos CRI Seniores - 1ª Série**"), calculada na forma a ser prevista no Termo de Securitização; (b) sem prejuízo da Atualização Monetária, os CRI Seniores - 2ª Série farão jus à remuneração equivalente à sobretaxa (*spread*) de **9,90% (nove inteiros e noventa centésimos por cento)** ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, conforme fórmula a ser prevista no Termo de Securitização ("**Remuneração dos CRI Seniores - 2ª Série**"); e (c) sem prejuízo da Atualização Monetária, os CRI Subordinados farão jus à remuneração equivalente à sobretaxa (*spread*) de **11% (onze inteiros por cento)** ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("**Remuneração dos CRI Subordinados**"), calculada conforme fórmula a ser prevista no Termo de Securitização ("**Juros Remuneratórios**"); (g) Amortização: os CRI serão amortizados conforme estipulado no cronograma de pagamentos anexo ao Termo de Securitização. Nos termos a serem previstos na cascata de pagamentos do Termo de Securitização, que estabelecerá a ordem de prioridade nos pagamentos dos CRI com os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios Imobiliários ("**Cascata de Pagamentos**"); (h) Amortização Extraordinária dos CRI: a Securitizadora deverá promover a amortização extraordinária dos CRI, observada a Cascata de Pagamentos a ser estabelecida no Termo de Securitização: (i) na ocorrência dos Eventos de Reembolso Compulsório (conforme definido abaixo); (ii) em cada data de pagamento, no montante equivalente aos recursos que sobejarem aos pagamentos previstos na Cascata de Pagamentos ("**Recursos Excedentes**") disponíveis nas Contas Arrecadadoras (a serem definidas no Termo de Securitização), observada a Proporção entre Séries aplicável, abaixo definida (após a amortização programada do mês em questão) e a Subordinação (conforme definida no Termo de Securitização), e desde que o Fundo de Reserva tenha o valor mínimo equivalente a 9,00% (nove por cento) sobre o volume de CRI efetivamente integralizados. A título meramente exemplificativo, esse percentual, na data de primeira integralização, representa R$ 14.400.000,00 (quatorze milhões e quatrocentos mil reais); (iii) para reenquadramento do Índice de Cobertura (conforme abaixo definido), na forma a ser definida e prevista no Contrato de Cessão e o Termo de Securitização; e (iv) a partir da 16ª (décima sexta) data de pagamento dos CRI e a cada data de pagamento subsequente, todos os valores excedentes ao Valor Mínimo do Fundo de Reserva ("**Amortização Extraordinária**"). Em caso de adoção da Cascata de Pagamentos ordinária, os recursos recebidos pela Securitizadora, no respectivo mês de arrecadação, quando da ocorrência desses eventos, serão utilizados pela Securitizadora para a Amortização Extraordinária parcial dos CRI, na data de pagamento subsequente prevista no Cronograma de Pagamentos, proporcionalmente ao saldo do respectivo Valor Nominal Unitário na data do evento, observado que qualquer Amortização Extraordinária alcançará indistintamente todos os CRI e deverá ocorrer na proporção entre o saldo devedor dos CRI quando da data de verificação (a ser definida no Termo de Securitização) após a amortização programada ("**Proporção entre os CRI**") e em caso de adoção da Cascata de Pagamentos extraordinária, 80% (oitenta por cento) dos recursos recebidos pela Securitizadora, no respectivo mês de arrecadação, quando da ocorrência desses eventos, serão utilizados pela Securitizadora para a amortização extraordinária parcial dos CRI Seniores, na data de pagamento dos CRI subsequente prevista no Cronograma de Pagamentos, observado que qualquer Amortização Extraordinária alcançará indistintamente todos os CRI Seniores e deverá ocorrer na proporção entre o saldo devedor dos CRI Seniores - 1ª Série e o saldo devedor CRI Seniores - 2ª Série quando da respectiva data de verificação após a amortização programada ("**Proporção entre os CRI Seniores**" e, quando referida em conjunto e indistintamente com a Proporção entre os CRI, "**Proporção entre Séries**"). O restante dos recursos recebidos pela Securitizadora, no respectivo mês de arrecadação, quando da ocorrência desses eventos, serão utilizados pela Securitizadora para a amortização extraordinária dos CRI Subordinados, na Data de Pagamento subsequente prevista no cronograma de pagamentos anexo ao Termo de Securitização; (i) Repactuação Programada: os CRI não serão objeto de repactuação programada; (j) Resgate Antecipado Obrigatório dos CRI: a Securitizadora deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade dos CRI: (i) no mês em que o somatório dos recursos apurados nas Contas do Patrimônio Separado (a serem definidas no Termo de Securitização), incluindo os recursos do Fundo de Reserva e os Recursos Excedentes, sejam suficientes para quitar o saldo devedor do CRI e eventuais custos em aberto ou provisionados na Emissão; e/ou (ii) nos Eventos de Reembolso Compulsório totais; e/ou (iii) caso seja exercida a Opção de Compra dos Direitos Creditórios Imobiliários e mediante o recebimento dos recursos decorrentes da referida compra dos Direitos Creditórios Imobiliários ("**Resgate Antecipado Obrigatório**"). O Resgate Antecipado Obrigatório dos CRI será efetuado pela Securitizadora, unilateralmente, sob a ciência do Agente Fiduciário, e alcançará indistintamente todos os CRI, sendo os recursos recebidos pela Securitizadora em decorrência do resgate antecipado repassados aos titulares de CRI no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data do seu efetivo recebimento pela Securitizadora; (k) Data de Vencimento dos CRI: conforme venha a ser definida no Termo de Securitização, ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Obrigatório dos CRI; e (l) Opção de Compra dos Direitos Creditórios Imobiliários: sujeito à verificação das Condições de Exercício da Opção de Compra (a ser definido no Contrato de Cessão) e mediante o pagamento do Preço de Exercício (a ser definido no Contrato de Cessão), as Cedentes poderão adquirir a totalidade dos Direitos Creditórios Imobiliários pelo valor do saldo devedor atualizado dos CRI, desde que ocorrida a assunção do *Backup Servicer* na administração e cobrança dos Direitos Creditórios Imobiliários, exceto nos casos em que as Cedentes, intencionalmente, derem causa a tal substituição, conforme a ser previsto no Contrato de Cessão, em até 180 (cento e oitenta) dias corridos da data em que o *Backup Servicer* assumir a administração e cobrança dos Direitos Creditórios Imobiliários ("**Opção de Compra dos Direitos Creditórios Imobiliários**"); (m) Lastro dos CRI: os CRI estarão lastreados em direitos creditórios imobiliários, representados por cédulas de crédito imobiliário integrais ou fracionárias, conforme o caso ("**CCI**"), as quais serão emitidas pela Securitizadora, sob a forma escritural, por meio da celebração do "*Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário Integrais ou Fracionárias, Sem Garantia Real, sob a Forma Escritural e Outras Avenças*", celebrado entre a Securitizadora e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo e Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de instituição custodiante e registradora, nomeado nos termos do artigo 18 § 4º e 19, inciso II, da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, conforme alterada ("**Escritura de Emissão de CCI**" e "**Instituição Custodiante**", respectivamente), para representar os Direitos Creditórios Imobiliários; (n) Reembolso Compulsório dos Direitos Creditórios Imobiliários: as Cedentes deverão reembolsar a Securitizadora, de forma parcial ou integral, pela parcela dos Direitos Creditórios Imobiliários por ela cedidos, em relação aos quais tenham ocorrido um evento de reembolso compulsório a ser estabelecido no Contrato de Cessão ("**Eventos de Reembolso Compulsório**"), no estado em que se encontrarem, exceto caso aprovado em Assembleia Especial de Investidores (a ser definido no Termo de Securitização) a renúncia prévia ou o perdão do referido Evento de Reembolso Compulsório, observado que na hipótese em que não houver o perdão ou a renúncia prévia, as Cedentes obrigam-se, em caráter irrevogável e irretratável, a pagar à Securitizadora o Valor de Reembolso Compulsório a ser acordado no Contrato de Cessão; (o) Fundo de Despesas: A Securitizadora, por conta e ordem das Cedentes, com a retenção dos recursos oriundos do primeiro pagamento do Valor da Cessão (a ser definido no Contrato de Cessão), constituirá na conta centralizadora a ser identificada no Contrato de Cessão e nos demais documentos da Oferta, fundo de despesas em valor a ser acordado entre as partes, para fazer frente às (i) Despesas (a ser definido no Termo de Securitização); e (ii) despesas de administração e cobrança das parcelas dos Contratos de Venda e Compra e dos Instrumentos de Confissão de Dívida devidas ao *Servicer* e ao *Backup Servicer* ("**Fundo de Despesas**"); (p) Fundo de Reserva: A Securitizadora, por conta e ordem das Cedentes, constituirá, na conta centralizadora a ser identificada no Contrato de Cessão e nos demais documentos da Oferta, mediante retenção de valores decorrentes do fluxo de pagamento dos Direitos Creditórios Imobiliários, na forma e limites previstos na Cascata de Pagamentos, fundo de reserva para (i) fazer frente às Obrigações (a ser definido no Termo de Securitização); (ii) para honrar com o pagamento das parcelas do CRI que porventura não tenham sido quitadas em suas respectivas datas de vencimento com o fluxo regular dos Direitos Creditórios Imobiliários; (iii) para honrar com o pagamento das despesas de administração e cobrança das parcelas dos Contratos de Venda e Compra e dos Instrumentos de Confissão de Dívida devidas ao *Servicer* e/ou ao *Backup Servicer*, caso o Fundo de Despesas seja insuficiente para arcar com referidas despesas; e (iv) para amortizar extraordinariamente os CRI em caso de desenquadramento do índice de cobertura a ser acordado entre as partes e previstos no Contrato de Cessão e nos demais documentos da Oferta ("**Índice de Cobertura**"). O Fundo de Reserva deverá corresponder, a partir da data da primeira integralização dos CRI (inclusive) até o vencimento final dos CRI, ao respectivo montante mínimo a ser previsto em tabela no Termo de Securitização ("**Fundo de Reserva**"); (q) Recomposição do Fundo de Reserva: Na hipótese de desenquadramento do Índice de Cobertura em uma data de verificação: (a) serão utilizados os recursos do fluxo regular dos Direitos Creditórios Imobiliários, observada a Cascata de Pagamentos a ser prevista no Termo de Securitização, para a Amortização Extraordinária dos CRI; e (b) caso, após a utilização dos recursos decorrentes do fluxo regular dos Direitos Creditórios Imobiliários, na forma prevista no item (a) acima, o Índice de Cobertura permanecer desenquadrado, os recursos do Fundo de Reserva poderão ser utilizados para a Amortização Extraordinária dos CRI até o limite do valor necessário para o reenquadramento do Índice de Cobertura. Caso após a Amortização Extraordinária disposta acima, o Índice de Cobertura permaneça desenquadrado, as Cedentes deverão recompor o Fundo de Reserva, na forma a ser disposta no Contrato de Cessão, seja em único ou em diversos eventos de recomposição ao longo da vigência dos CRI, de forma que haja recursos suficientes para a realização da Amortização Extraordinária dos CRI, na forma a ser disposta no Termo de Securitização; e (r) Demais condições: Todas as demais condições, termos, prazos e regras específicas relacionados à Oferta serão tratados detalhadamente no Termo de Securitização. (iii) **aprovar** a celebração do Contrato de Distribuição, a ser celebrado entre o Coordenador Líder, a Securitizadora e as Cedentes; (iv) **aprovar** a celebração do Contrato de *Servicing e Backup Servicing*, a ser celebrado entre a o *Backup Servicer* e a Tenda Negócios Imobiliários, na qualidade de contratadas, e a Securitizadora, na qualidade de contratante, com a interveniência da Companhia e da Construtora Tenda, no qual a Companhia figurará como contratada responsável pela prestação dos serviços de gestão e cobrança dos Direitos Creditórios Imobiliários e atendimento aos Clientes; e (v) **autorizar** a prática, nos termos do estatuto social da Companhia, de todos e quaisquer atos e a celebração de todos e quaisquer documentos que se façam necessários ou convenientes à efetivação das deliberações dos itens (i) a (iv) acima, inclusive a assinatura de quaisquer instrumentos e respectivos aditamentos necessários à cessão dos Direitos Creditórios Imobiliários e à implementação da Securitização ora aprovadas, podendo, inclusive, mas não se limitando: **(a)** negociar, definir e aprovar o teor dos documentos relacionados à cessão dos Direitos Creditórios Imobiliários e à Securitização; **(b)** praticar os atos necessários à celebração do Termo de Securitização, do Contrato de Distribuição, do Contrato de *Servicer*, do Contrato de Cessão e de quaisquer outros documentos necessários à cessão dos Direitos Creditórios Imobiliários e à implementação da Securitização, bem como quaisquer aditamentos a eles relacionados; (c) praticar os atos necessários à contratação das instituições necessárias para a realização da Securitização, incluindo, mas não se limitando a, contratação da Securitizadora, do Coordenador Líder, dos assessores legais, do escriturador, do banco liquidante, do Agente Fiduciário, da Instituição Custodiante, do auditor independente, entre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações, fixar-lhes honorários, bem como ratificar os atos já praticados pela Diretoria da Companhia neste sentido; (d) realizar a publicação e o arquivamento dos documentos de natureza societária perante a junta comercial competente; e (e) tomar as providências necessárias junto a quaisquer órgãos ou autarquias, nos termos da legislação em vigor, bem como tomar todas as demais providências necessárias para a efetivação da Securitização, conforme ora aprovada. **6. Encerramento**: nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem ela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada. **Composição da Mesa**: Marcelo Renaux Wilier (Presidente) e Amanda da Silva Ribeiro (Secretária). Conselheiros Presentes: Marcelo Renaux Wilier, Rodrigo Osmo, Luiz Mauricio de Garcia Paula, Cristina Caresia Marques e Vitor da Silva Alves. Certifico que a presente confere com a via original lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 11 de junho de 2025. **Amanda da Silva Ribeiro - Secretária**. JUCESP nº 230.166/25-8 em 13/06/2025.

ESTADÃO RI

CONHEÇA AS VANTAGENS DE **PUBLICAR SEUS BALANÇOS E ATOS SOCIETÁRIOS** NO ESTADÃO

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL:

(11) 3856-2442

estadaori.estadao.com.br

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 56.577.059/0006-06

COMPRA REGULAMENTO FFM 1060/2025 – CONCORRÊNCIA – PROCESSO DE COMPRA FFM RC Nº 8525/2025

A Fundação Faculdade de Medicina, entidade de direito privado sem fins lucrativos, por meio do Departamento de Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 – Cerqueira César, São Paulo – SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para contratação de empresa especializada para o fornecimento de **BATERIA ESTACIONÁRIA SELA MONOBLOCO 12V80Ah TIPO FNC12800-C**, cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (https://icesp.org.br/editais/), e que será regido pelo Regulamento de Compras e Contratações da FFM.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ABERTURA DE PROCESSO DE COMPRA

Entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, torna pública a abertura de processo de contratação, com base em seu **Regulamento de Compras**, cujos detalhes estão disponíveis no site (www.ffm.br).

REGISTRO DE PREÇO:

FFM 0832/2025-00 "MATERIAIS MÉDICOS P/ O INSTITUTO CENTRAL - HCFMUSP"

SANEAMENTO CONSULTORIA S.A.

CNPJ/MF nº 43.614.803/0001-49 - NIRE nº 35.300.577.317 *(Companhia)*

Ata da Assembleia Geral ordinária Realizada em 30 de abril de 2025

Data, Horário e Local: 30/04/2025, às 09h30, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença**: a presença das acionistas da Companhia, conforme assinaturas constantes no "Livro de Presença de Acionistas", arquivado na sede social da Companhia. **Mesa**: Presidente: Sr. **Radamés Andrade Casseb**; Secretário: Sr. **André Pires de Oliveira Dias**. **Deliberações**: resolveram: (i) aprovar as contas da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024, publicadas no Jornal "O Estado de São Paulo" em suas versões impressa e digital, no dia 26/03/2025; (ii) aprovar a destinação do prejuízo líquido apurado no exercício social encerrado em 31/12/2024, no valor total de R$ 184.403,32, à Conta de Prejuízos Acumulados; (iii) aprovar a fixação da remuneração global dos membros da administração da Companhia, para o exercício de 2025, em até R$ 100.000,00, a ser rateado em comum acordo; e (iv) aprovar a reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme termos de posse anexos à presente ata ("Anexo I", "Anexo II", "Anexo III", "Anexo IV", "Anexo V", "Anexo VI" e "Anexo VII"), que seguem abaixo: (a) **Radamés Andrade Casseb**, RG nº 61605216 (SSP/SP), CPF/MF sob o nº 461.079.182-28, com endereço comercial na sede da Companhia, como Presidente do Conselho de Administração da Companhia; (b) **André Pires de Oliveira Dias**, RG nº 8.470.811 (SSP/SP), CPF/MF sob o nº 014.244.028-56, com endereço comercial na sede da Companhia, como Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia; (c) **Leandro Marin Ramos da Silva**, RG nº 24.547.314-4 (SSP/SP), CPF/MF sob o nº 261.147.408-74, com endereço comercial na sede da Companhia, como Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia; (d) **Fernanda Bassanesi**, RG nº 10607840-95 (SSP/PCRS), CPF/MF sob o nº 526.191.740-20, com endereço comercial na sede da Companhia, como Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia; (e) **Lucas Barbosa Rodrigues**, RG nº 14.622.454 (SSP/MG), CPF/MF sob o nº 088.952.576-50, como Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia; (f) **Ralph Gustavo Rosemberg Whitaker Carneiro**, RG nº 24.742.742-1 (SSP/SP), CPF/MF sob o nº 281.228.168-10, como Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia; e (g) **André Felipe Fernandes Figueira**, RG nº 020.713.546-8 (SSP/RJ), CPF/MF sob o nº 102.822.937-28, como Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia. Desta forma, o Conselho de Administração da Companhia passa a ser composto pelo Sr. **Radamés Andrade Casseb**, como membro e Presidente do Conselho, e pelos Srs. **André Pires de Oliveira Dias, Leandro Marin Ramos da Silva, Fernanda Bassanesi, Lucas Barbosa Rodrigues, Ralph Gustavo Rosemberg Whitaker Carneiro e André Felipe Fernandes Figueira**, como Membros Efetivos, todos com mandato até 30/04/2027. **VI. Encerramento**: nada mais havendo a ser tratado. São Paulo/SP, 30/04/2025. **Mesa**: Radamés Andrade Casseb - **Presidente**; André Pires de Oliveira Dias - **Secretário**. **Acionistas**: **Aegea Saneamento e Participações S.A.** - Radamés Andrade Casseb, André Pires de Oliveira Dias; **Mariner II Participações S.A.** (por Ralph Gustavo Rosemberg Whitaker Carneiro e Carolina Maria Rocha Freitas); **Kinea Equity Infra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia** - Kinea Private Equity Investimentos S.A. (por Marcio Verri e Cristiano Lauretti); Kinea Investimentos Ltda. (por Marcio Verri e Aymar Almeida); **Kinea Equity Infra I Private Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada** - Kinea Private Equity Investimentos S.A. (por Marcio Verri e Cristiano Lauretti) - Kinea Investimentos Ltda. (por Marcio Verri e Aymar Almeida). **JUCESP** nº 168.624/25-4 em 16/05/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

ABERTURA DE LICITAÇÃO

Acha-se aberto na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Câmpus de Franca – Unesp, o Pregão Eletrônico 03-2025-CF, para Aquisição de mobiliário, conforme especificações do Edital. A realização da sessão pública "on-line" será no dia 01-07-2025 às 09h00, junto ao endereço eletrônico: www.gov.br/compras/pt-br. As propostas deverão ser enviadas para o endereço eletrônico supracitado, durante o período compreendido entre 17-06-2025 até o dia e horário previstos para a abertura da referida sessão pública. Os procedimentos da licitação serão realizados pela Seção Técnica de Materiais, localizada à à Av. Eufrásia Monteiro Petrágila, 900, CEP 14409-160, Franca-SP, e-mail: material.franca@unesp.br, telefone (16) 3706-8764. O Edital na íntegra encontra-se nos endereços eletrônicos: www.compras.gov.br, www.imprensaoficial.com.br, www.unesp.br/licitacao e www.franca.unesp.br/licitacoes. Proc. 543/2025-CF.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE CAMPINAS – SITAC

CNPJ n.º 46.070.678/0001-41 - Base Territorial: Campinas, Hortolândia, Indaiatuba, Itu, Jaguariúna, Monte Mor, Paulínia, Pedreira, Salto, Sumaré e Valinhos - SP.

EDITAL DE ESTADO DE GREVE - SETOR DE DOCES E CONSERVAS - DATA-BASE 1º DE MAIO

Pelo presente EDITAL, o Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE CAMPINAS - SITAC, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, vem comunicar a todos os trabalhadores e empresas das categorias acima, em face das infrutíferas tentativas de negociação salarial e da ineficácia por parte do setor Patronal, prorrogando a negociação salarial, faltando com o respeito para com os trabalhadores. Diante disso, COMUNICAMOS QUE A PARTIR DO DIA 18/06/2025, CONTADOS 72 (SETENTA E DUAS) HORAS, TODOS OS TRABALHADORES DESTES SETORES ESTÃO EM ESTADO DE GREVE, PODENDO PARALISAR SUAS ATIVIDADES A QUALQUER MOMENTO. E podendo as empresas dos setores dentro do prazo de 72 (setenta e duas) horas se pronunciar e atender as reivindicações já apresentadas por esta Entidade Sindical. Campinas, 17 de junho de 2025.

Marcos Roberto da Silva Araujo – Presidente do Sindicato

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

Processo Administrativo SEI nº 2025.110222.13534

Processo SIGA: SES/00048/2025

Pregão Eletrônico nº 20/2025-SES

AVISO DE LICITAÇÃO

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES, inscrita no CNPJ sob nº 02.973.240/0001-06, sediada na Av. Carlos Cunha, s/nº, Bairro do Calhau, São Luís – MA, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizar-se-á no dia **03/07/2025 às 09h00min** (horário de Brasília), a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que tem por objeto a "Aquisição de dos medicamentos do Grupo 1B do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica – CEAF, regulamentado pela Portaria de Consolidação nº 6, de 28 de setembro de 2017, Título V, capítulo II, visando atender às necessidades das demandas da Superintendência da Assistência Farmacêutica – SUAF. Levando em consideração a necessidade de continuar atendendo os pacientes cadastrados na Farmácia Estadual de Medicamentos Especializados – FEME, sendo presidida pelo Agente de Contratação/Pregoeiro desta SES e realizada através do Portal de Compras do Governo Federal: https://www.gov.br/compras/pt-br.

Informações: Comissão Permanente de Contratação – CPC (subsolo), no e-mail: licitases@saude.ma.gov.br e telefones: (98) 3198-5559 e 3198-5560.

São Luís - MA, 11 de junho de 2025

Chrisane Oliveira Barros

Presidente da CPC/SES

Eufrázio

ERA DO CLIMA

Waldir Beira Junior

‘Sustentabilidade tem de estar integrada ao negócio’

CEO da Ypê diz que 50% do plástico utilizado nas embalagens dos produtos da marca é reciclável

HELTON NOBREGA/DIVULGAÇÃO-12/5/2023



ENTREVISTA

É membro da segunda geração da família fundadora da empresa, que hoje exporta seus produtos para mais de 10 países

EDUARDO GERAQUE

Qualquer relação com a natureza, hoje, precisa ser pensada em termos de sustentabilidade. Ainda mais quando a cadeia produtiva em questão envolve fábricas que retiram e devolvem água dos rios ou precisam de uma boa quantidade de energia para funcionar.

Segundo Waldir Beira Junior, CEO da Ypê, desde a fundação do grupo, em 1950, na cidade de Amparo (SP), pelo pai dele, o meio ambiente esteve entre as prioridades da empresa. Nesta entrevista ao Estadão, como parte da série especial A Era do Clima – Rumo à COP-30, o executivo conta como as questões ambientais são tratadas no dia a dia da empresa. E, mais do que isso, diz ele, sustentabilidade não pode ser apenas um diferencial, mas também precisa fechar a conta. A seguir, os principais trechos da entrevista.

A sustentabilidade é prioridade real ou ainda uma meta dentro da Ypê?

Ela é uma prioridade absoluta e vem desde a fundação da empresa. Meu pai, Waldir Beira, fundador da Ypê, era apaixonado pela natureza – o próprio nome da empresa vem do ipê, símbolo nacional e árvore nativa da Mata Atlântica. Desde o início, essa paixão se traduziu em práticas sustentáveis. Muito antes de se falar em ESG, já cuidávamos de efluentes, processos industriais mais limpos e formulações menos agressivas. Hoje, temos produtos biodegradáveis, eliminamos o fosfato das fórmulas e reduzimos ingredientes fósseis, sempre buscando inovação e eficiência.

A preocupação ambiental está restrita às fábricas ou envolve também a cadeia produtiva de forma mais ampla?

Ela é ampla. Dentro das fábricas, a partir do ano que vem, 100% da energia consumida será de fontes renováveis. Fora delas, buscamos embalagens recicladas, desenvolvemos a linha vegana Ypê Green e temos parcerias, como com a Fundação SOS Mata Atlântica, com quem já plantamos mais de 1,2 milhão de árvores. Também apoiamos o programa Observando Rios, que monitora 112 rios em 17 Estados, e somos um dos maiores patrocinadores do Mãos para o Futuro, com 250 cooperativas que trabalham com reciclagem de plásticos no País. E metade do que usamos em embalagens hoje vem de plástico reciclado. Só não é mais porque ainda não temos esse suprimento – a reciclagem, no Brasil, ainda não é capaz de dar conta de toda a demanda.

A energia renovável das fábricas virá de qual fonte?

Principalmente da eólica, com um grande projeto em parceria com a Casa dos Ventos, além de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e energia solar. Toda essa energia será contratada diretamente com as geradoras e injetada na rede.

A sustentabilidade fecha a conta?

Fecha, sim. Sustentabilidade não pode ser apenas um diferencial – ela precisa estar integrada ao modelo de negócio. Se não for sustentável, não dura. ●

É HOJE

17 | JUN | 11h

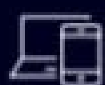
LIVE
CENÁRIOS
com Sonia Racy

Levi’s® é conhecida como uma das primeiras marcas de jeans no mundo. Mas hoje ela não é só isso. O executivo fala sobre o desafio de manter a marca há mais de 175 anos.

CONVIDADO


Kenny Mitchell
VP & CMO da Levi’s®

Assista ao conteúdo inédito pelas mídias sociais do **Estadão** e pelo canal do YouTube do **Banco Safra.**


TV Estadão

Podcast

Mídias sociais

YT Banco Safra

Realização:
ESTADÃO 150

Parceria:

Safra

Eufrázio

CONSTRUTORA TENDA S.A.

CNPJ/MF nº 71.476.527/0001-35 - NIRE 35.300.348.206 - Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de junho de 2025

1. Data, Hora e Local: em 11 de junho de 2025, às 10h30, por meio de videoconferência, conforme previsão do art. 20, § 2º, do Estatuto Social da Construtora Tenda, situada no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 280, 8º e 9º pavimentos, Centro, CEP 01014-908 ("**Companhia**"). **2. Convocação e Presença**: verificado o quórum necessário para instalação da Reunião do Conselho de Administração, diante da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, nos termos dos Artigos 19 e 20 do Estatuto Social da Companhia, a saber: **Cláudio José Carvalho de Andrade; Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves; Marcos Duarte Santos; Mauricio Luis Luchetti; Marília Artimonte Rocca; Bernardo Werther de Araujo; e Bruno Cherubini Balbinot**. **3. Composição da Mesa**: Presidente: Claudio José Carvalho de Andrade. Secretária: Amanda da Silva Ribeiro. **4. Ordem do Dia: (i) aprovar** a cessão de Direitos Creditórios Imobiliários (conforme abaixo definido), pela Companhia à Opea Securitizadora S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 02.773.542/0001-22 ("**Securitizadora**"), por meio da celebração do "*Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Direitos Creditórios Imobiliários e Outras Avenças*", entre a Companhia, a Tenda Negócios Imobiliários S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.625.762/0001-58 ("**Tenda Negócios Imobiliários**"), a Alea S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.193.637/0001-63 ("**Alea**" e, quando em conjunto com a Companhia e a Tenda Negócios Imobiliários, as "**Cedentes**") e a Securitizadora ("**Contrato de Cessão**"); **(ii) aprovar** a operação de securitização ("**Securitização**"), por meio de emissão pela Securitizadora de certificados de recebíveis imobiliários da classe sênior, em 2 (duas) séries, e da classe subordinada, sem divisão em subclasses, da sua 448ª emissão ("**CRI**"), conforme os termos e condições a serem estabelecidos no "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios Imobiliários, da Classe Sênior, em 2 (Duas Séries), e da Classe Subordinada, da 448ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Opea Securitizadora S.A., Lastreados em Direitos Creditórios Imobiliários Diversificados Cedidos pela Tenda Negócios Imobiliários S.A., pela Construtora Tenda S.A. e pela Alea S.A.*" ("**Termo de Securitização**"), a ser celebrado entre a Securitizadora e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário nomeado nos termos do artigo 10º da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada, e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 17, de 9 de fevereiro de 2021 ("**Agente Fiduciário**"); **(iii) aprovar** a celebração do "*Contrato de Distribuição Pública, Sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Classe Sênior, em 2 (Duas) Séries, e da Classe Subordinada, da 448ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Opea Securitizadora S.A.*" ("**Contrato de Distribuição**"), a ser celebrado entre a instituição intermediária a ser contratada para a oferta pública dos CRI ("**Coordenador Líder**" e "**Oferta**", respectivamente), a Securitizadora e as Cedentes; **(iv) aprovar** a celebração do "*Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Servicing e Backup Servicing de Carteira de Direitos Creditórios Imobiliários*" a ser celebrado entre a Neo Serviços Administrativos e Recuperação de Crédito Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.409.378/0001-46 ("***Backup Servicer***") e a Tenda Negócios Imobiliários ("***Servicer***"), na qualidade de contratadas, e a Securitizadora, na qualidade de contratante, com a interveniência da Companhia e da Alea ("***Contrato de Servicing e Backup Servicing***"), no qual a Tenda Negócios Imobiliários figurará como contratada responsável pela prestação dos serviços de gestão e cobrança dos Direitos Creditórios Imobiliários (conforme definido abaixo) e atendimento aos Clientes (conforme definido abaixo); e **(v) autorizar** a prática, nos termos do estatuto social da Companhia, de todos e quaisquer atos e a celebração de todos e quaisquer documentos que se façam necessários ou convenientes à efetivação das matérias previstas nos itens (i) a (iv) acima, conforme aprovado. **5. Deliberações**: em conformidade com a ordem do dia, as seguintes deliberações foram tomadas e aprovadas, por unanimidade, nos termos do estatuto social da Companhia: (i) **aprovar**, em observância ao disposto no artigo 21, alínea "u" do Estatuto Social da Companhia, a cessão, pela Companhia à Securitizadora, de direitos creditórios imobiliários que, cumulativamente: (i) decorrem da comercialização das unidades autônomas de empreendimentos residenciais que foram ou estão sendo desenvolvidos pelas Cedentes, conforme o caso, destinados à venda a terceiros ("**Imóveis**" e "**Empreendimentos**", respectivamente); (ii) contam com classificação de risco de "Baixíssimo Risco", "Baixo Risco", "Médio Baixo Risco", "Médio Alto Risco", "Alto Risco" e "Altíssimo Risco" (atribuída pelas Cedentes de acordo com a metodologia de atribuição de classificação de risco a ser especificada no Contrato de Cessão); (iii) não possuem parcelas com qualquer atraso até 30 (trinta) dias antes da respectiva data de integralização dos CRI; e (iv) são relativos a clientes devedores descritos e relacionados no Anexo VII ao Contrato de Cessão ("**Clientes**") que tenham liquidado 1 (uma) ou mais parcelas; devidos pelos Clientes, incluindo a respectiva remuneração, conforme o caso, na periodicidade ali estabelecida, bem como todos e quaisquer outros direitos creditórios devidos pelos respectivos Clientes por força dos respectivos contratos de venda e compra e dos "*Termos de Confissão de Dívida*" relacionados no Anexo VII ao Contrato de Cessão ("**Contratos de Venda e Compra**" e "**Instrumentos de Confissão de Dívida**", respectivamente), incluindo a totalidade dos respectivos acessórios e garantias, tais como encargos moratórios, multas, penalidades, indenizações, inclusive as multas devidas por rescisão antecipada motivada pelos Clientes previstos nos Contratos de Venda e Compra e nos Instrumentos de Confissão de Dívida, observado que a cessão não abrange juros de obras e eventuais reembolsos de despesas devidos pelos Clientes, como por exemplo, de tributos e custos de cartórios aplicáveis quando da transferência dos Imóveis ("**Direitos Creditórios Imobiliários**"). Fica ora aprovada a cessão pela Companhia, em definitivo, dos Direitos Creditórios Imobiliários com valor nominal total de até **R$ 195.874.919,90 (cento e noventa e cinco milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, novecentos e dezenove reais e noventa centavos)** considerada cada data a partir da qual as parcelas dos respectivos Direitos Creditórios Imobiliários serão cedidos, nos termos do Contrato de Cessão (cada uma, uma "**Data Base da Cessão**"), por meio da celebração do Contrato de Cessão e respectivos aditamentos aplicáveis, os quais serão lastro dos CRI; **(ii) aprovar a operação de Securitização**, por meio de emissão pela Securitizadora dos CRI, conforme os termos e condições a serem estabelecidos no Termo de Securitização, a ser celebrado entre a Securitizadora e o Agente Fiduciário, com as seguintes características: (a) Quantidade de CRI: serão emitidos 300.000 (trezentos mil) CRI, sendo (a) 150.000 (cento e cinquenta mil) CRI da classe sênior, da 1ª (primeira) série ("**CRI Seniores - 1ª Série**"); (b) 75.000 (setenta e cinco mil) CRI da classe sênior, da 2ª (segunda) série ("**CRI Seniores - 2ª Série**"); e (c) 75.000 (setenta e cinco mil) CRI da classe subordinada, sem divisão em subclasses ("**CRI Subordinados**"), observado que a quantidade de CRI poderá ser diminuída, em virtude de distribuição parcial dos CRI, desde que observado o montante mínimo de 50.000 (cinquenta mil) CRI ("**Montante Mínimo**"); (b) Valor Global dos CRI: o valor total da emissão dos CRI corresponderá a R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), sendo (a) R$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) de CRI Seniores - 1ª Série; (b) R$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) CRI Seniores - 2ª Série; e (c) R$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) de CRI Subordinados, observado que a quantidade de CRI poderá ser diminuída em virtude da Distribuição Parcial, desde que observado o Montante Mínimo; (c) Valor Nominal Unitário dos CRI: os CRI terão valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais) ("**Valor Nominal Unitário**"), na data de emissão dos CRI, a ser definida no Termo de Securitização ("**Data de Emissão**"); (d) Garantias: não serão constituídas garantias em favor dos Titulares do CRI; (e) Atualização Monetária: (a) o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário dos CRI Seniores - 1ª Série, conforme aplicável, não será atualizado monetariamente ou corrigido por qualquer índice; (b) o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário dos CRI Seniores - 2ª Série, conforme aplicável, será atualizado monetariamente pela variação do IPCA, a partir da Data da Primeira Integralização dos CRI Seniores - 2ª Série, até a integral liquidação dos CRI Seniores - 2ª Série, calculada de forma *pro rata temporis* por dias úteis, nos termos a serem definidos no Termo de Securitização; e (c) o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário dos CRI Subordinados, conforme aplicável, será atualizado monetariamente pela variação do IPCA, a partir da Data da Primeira Integralização dos CRI Subordinados, até a integral liquidação dos CRI Subordinados, calculada de forma *pro rata temporis* por dias úteis, nos termos a serem definidos no Termo de Securitização; ("**Atualização Monetária**"); (f) Juros Remuneratórios: (a) os CRI Seniores - 1ª Série farão jus à remuneração equivalente a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa (*spread*) de **2% (dois inteiros por cento)** ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("**Remuneração dos CRI Seniores - 1ª Série**"), calculada na forma a ser prevista no Termo de Securitização; (b) sem prejuízo da Atualização Monetária, os CRI Seniores - 2ª Série farão jus à remuneração equivalente à sobretaxa (*spread*) de **9,90% (nove inteiros e noventa centésimos por cento)** ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, conforme fórmula a ser prevista no Termo de Securitização ("**Remuneração dos CRI Seniores - 2ª Série**"); e (c) sem prejuízo da Atualização Monetária, os CRI Subordinados farão jus à remuneração equivalente à sobretaxa (*spread*) de **11% (onze inteiros por cento)** ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("**Remuneração dos CRI Subordinados**"), calculada conforme fórmula a ser prevista no Termo de Securitização ("**Juros Remuneratórios**"); (g) Amortização: os CRI serão amortizados conforme estipulado no cronograma de pagamentos anexo ao Termo de Securitização. Nos termos a serem previstos na cascata de pagamentos do Termo de Securitização, que estabelecerá a ordem de prioridade nos pagamentos dos CRI com os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios Imobiliários ("**Cascata de Pagamentos**"); (h) Amortização Extraordinária dos CRI: a Securitizadora deverá promover a amortização extraordinária dos CRI, observada a Cascata de Pagamentos a ser estabelecida no Termo de Securitização, (i) na ocorrência dos Eventos de Reembolso Compulsório (conforme definido abaixo); (ii) em cada data de pagamento, no montante equivalente aos recursos que sobejarem aos pagamentos previstos na Cascata de Pagamentos ("**Recursos Excedentes**") disponíveis nas Contas Arrecadadoras (a serem definidas no Termo de Securitização), observada a Proporção entre Séries aplicável, abaixo definida (após a amortização programada do mês em questão) e a Subordinação (conforme definida no Termo de Securitização), e desde que o Fundo de Reserva tenha o valor mínimo equivalente a 9,00% (nove por cento) sobre o volume de CRI efetivamente integralizados. A título meramente exemplificativo, esse percentual, na data de primeira integralização, representa R$ 14.400.000,00 (quatorze milhões e quatrocentos mil reais); (iii) para reenquadramento do Índice de Cobertura (conforme abaixo definido), na forma a ser definida e prevista no Contrato de Cessão e o Termo de Securitização; e (iv) a partir da 16ª (décima sexta) data de pagamento dos CRI e a cada data de pagamento subsequente, todos os valores excedentes ao Valor Mínimo do Fundo de Reserva ("**Amortização Extraordinária**"). Em caso de adoção da Cascata de Pagamentos ordinária, os recursos recebidos pela Securitizadora, no respectivo mês de arrecadação, quando da ocorrência desses eventos, serão utilizados pela Securitizadora para a Amortização Extraordinária parcial dos CRI, na data de pagamento subsequente prevista no Cronograma de Pagamentos, proporcionalmente ao saldo do respectivo Valor Nominal Unitário na data do evento, observado que qualquer Amortização Extraordinária alcançará indistintamente todos os CRI e deverá ocorrer na proporção entre o saldo devedor dos CRI quando da data de verificação (a ser definida no Termo de Securitização) após a amortização programada ("**Proporção entre os CRI**") e em caso de adoção da Cascata de Pagamentos extraordinária, 80% (oitenta por cento) dos recursos recebidos pela Securitizadora, no respectivo mês de arrecadação, quando da ocorrência desses eventos, serão utilizados pela Securitizadora para a amortização extraordinária parcial dos CRI Seniores, na data de pagamento dos CRI subsequente prevista no Cronograma de Pagamentos, observado que qualquer Amortização Extraordinária alcançará indistintamente todos os CRI Seniores e deverá ocorrer na proporção entre o saldo devedor dos CRI Seniores - 1ª Série e o saldo devedor CRI Seniores - 2ª Série quando da respectiva data de verificação após a amortização programada ("**Proporção entre os CRI Seniores**" e, quando referida em conjunto e indistintamente com a Proporção entre os CRI, "**Proporção entre Séries**"). O restante dos recursos recebidos pela Securitizadora, no respectivo mês de arrecadação, quando da ocorrência desses eventos, serão utilizados pela Securitizadora para a amortização extraordinária dos CRI Subordinados, na Data de Pagamento subsequente prevista no cronograma de pagamentos anexo ao Termo de Securitização; (i) Repactuação Programada: os CRI não serão objeto de repactuação programada; (j) Resgate Antecipado Obrigatório dos CRI: a Securitizadora deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade dos CRI (i) no mês em que o somatório dos recursos apurados nas Contas do Patrimônio Separado (a serem definidas no Termo de Securitização), incluindo os recursos do Fundo de Reserva e os Recursos Excedentes, sejam suficientes para quitar o saldo devedor do CRI e eventuais custos em aberto ou provisionados na Emissão; e/ou (ii) nos Eventos de Reembolso Compulsório totais; e/ou (iii) caso seja exercida a Opção de Compra dos Direitos Creditórios Imobiliários e mediante o recebimento dos recursos decorrentes de referida compra dos Direitos Creditórios Imobiliários ("**Resgate Antecipado Obrigatório**"). O Resgate Antecipado Obrigatório dos CRI será efetuado pela Securitizadora, unilateralmente, sob a ciência do Agente Fiduciário, e alcançará indistintamente todos os CRI, sendo os recursos recebidos pela Securitizadora em decorrência do resgate antecipado repassados aos titulares de CRI no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data do seu efetivo recebimento pela Securitizadora; (k) Data de Vencimento dos CRI: conforme venha a ser definida no Termo de Securitização, ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Obrigatório dos CRI; e (l) Opção de Compra dos Direitos Creditórios Imobiliários: sujeito à verificação das Condições de Exercício da Opção de Compra (a ser definido no Contrato de Cessão) e mediante o pagamento do Preço de Exercício (a ser definido no Contrato de Cessão), as Cedentes poderão adquirir a totalidade dos Direitos Creditórios Imobiliários pelo valor do saldo devedor atualizado dos CRI, desde que ocorrida a assunção do *Backup Servicer* na administração e cobrança dos Direitos Creditórios Imobiliários, exceto nos casos em que as Cedentes, intencionalmente, derem causa a tal substituição, conforme a ser previsto no Contrato de Cessão, em até 180 (cento e oitenta) dias corridos da data em que o *Backup Servicer* assumir a administração e cobrança dos Direitos Creditórios Imobiliários ("**Opção de Compra dos Direitos Creditórios Imobiliários**"); (m) Lastro dos CRI: os CRI estarão lastreados em direitos creditórios imobiliários, representados por cédulas de crédito imobiliário integrais ou fracionárias, conforme o caso ("**CCI**"), as quais serão emitidas pela Securitizadora, sob a forma escritural, por meio da celebração do "*Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário Integrais ou Fracionárias, Sem Garantia Real, sob a Forma Escritural e Outras Avenças*", celebrado entre a Securitizadora e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo e Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de instituição custodiante e registradora, nomeado nos termos do artigo 18 § 4º e 19, inciso I, da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, conforme alterada ("**Escritura de Emissão de CCI**" e "**Instituição Custodiante**", respectivamente), para representar os Direitos Creditórios Imobiliários; (n) Reembolso Compulsório dos Direitos Creditórios Imobiliários: as Cedentes deverão reembolsar a Securitizadora, de forma parcial ou integral, pela parcela dos Direitos Creditórios Imobiliários por ela cedidos, em relação aos quais tenham ocorrido um evento de reembolso compulsório a ser estabelecido no Contrato de Cessão ("**Eventos de Reembolso Compulsório**"), no estado em que se encontrarem, exceto caso aprovado em Assembleia Especial de Investidores (a ser definido no Termo de Securitização) a renúncia prévia ou o perdão do referido Evento de Reembolso Compulsório, observado que na hipótese em que não houver o perdão ou a renúncia prévia, as Cedentes obrigam-se, em caráter irrevogável e irretratável, a pagar à Securitizadora o Valor de Reembolso Compulsório a ser acordado no Contrato de Cessão; (o) Fundo de Despesas: A Securitizadora, por conta e ordem das Cedentes, com a retenção dos recursos oriundos do primeiro pagamento do Valor da Cessão(a ser definido no Contrato de Cessão), constituirá na conta centralizadora a ser identificada no Contrato de Cessão e nos demais documentos da Oferta, fundo de despesas em valor a ser acordado entre as partes, para fazer frente às (i) Despesas (a ser definido no Termo de Securitização); e (ii) despesas de administração e cobrança das parcelas dos Contratos de Venda e Compra e dos Instrumentos de Confissão de Dívida devidas ao *Servicer* e ao *Backup Servicer* ("**Fundo de Despesas**"); (p) Fundo de Reserva: A Securitizadora, por conta e ordem das Cedentes, constituirá, na conta centralizadora a ser identificada no Contrato de Cessão e nos demais documentos da Oferta, mediante retenção de valores decorrentes do fluxo de pagamento dos Direitos Creditórios Imobiliários, na forma e limites previstos na Cascata de Pagamentos, fundo de reserva para i) fazer frente às Obrigações (a ser definido no Termo de Securitização); ii) para honrar com o pagamento das parcelas do CRI que porventura não tenham sido quitadas em suas respectivas datas de vencimento com o fluxo regular dos Direitos Creditórios Imobiliários; (iii) para honrar com o pagamento das despesas de administração e cobrança das parcelas dos Contratos de Venda e Compra e dos Instrumentos de Confissão de Dívida devidas ao *Servicer* e/ou ao *Backup Servicer*, caso o Fundo de Despesas seja insuficiente para arcar com referidas despesas; e (iv) para amortizar extraordinariamente os CRI em caso de desenquadramento do índice de cobertura a ser acordado entre as partes e previstos no Contrato de Cessão e nos demais documentos da Oferta ("**Índice de Cobertura**"). O Fundo de Reserva deverá corresponder, a partir da data da primeira integralização dos CRI (inclusive) até o vencimento final dos CRI, ao respectivo montante mínimo a ser previsto em tabela no Termo de Securitização ("**Fundo de Reserva**"); (q) Recomposição do Fundo de Reserva: Na hipótese de desenquadramento do Índice de Cobertura em uma data de verificação: (a) serão utilizados os recursos do fluxo regular dos Direitos Creditórios Imobiliários, observada a Cascata de Pagamentos a ser prevista no Termo de Securitização, para a Amortização Extraordinária dos CRI; e (b) caso, após a utilização dos recursos decorrentes do fluxo regular dos Direitos Creditórios Imobiliários, na forma prevista no item (a) acima, o Índice de Cobertura permanecer desenquadrado, os recursos do Fundo de Reserva poderão ser utilizados para a Amortização Extraordinária dos CRI até o limite do valor necessário para o reenquadramento do Índice de Cobertura. Caso após a Amortização Extraordinária disposta acima, o Índice de Cobertura permaneça desenquadrado, as Cedentes deverão recompor o Fundo de Reserva, na forma a ser disposta no Contrato de Cessão, seja em único ou em diversos eventos de recomposição ao longo da vigência dos CRI, de forma que haja recursos suficientes para a realização da Amortização Extraordinária dos CRI, na forma a ser disposta no Termo de Securitização; e (r) Demais condições: Todas as demais condições, termos, prazos e regras específicas relacionados à Oferta serão tratados detalhadamente no Termo de Securitização. (iii) **aprovar** a celebração do Contrato de Distribuição, a ser celebrado entre o Coordenador Líder, a Securitizadora e as Cedentes; (iv) **aprovar** a celebração do Contrato de *Servicing e Backup Servicing*, a ser celebrado entre a o *Backup Servicer* e a Tenda Negócios Imobiliários, na qualidade de contratadas, e a Securitizadora, na qualidade de contratante, com a interveniência da Companhia e da Alea, no qual a Companhia figurará como contratada responsável pela prestação dos serviços de gestão e cobrança dos Direitos Creditórios Imobiliários e atendimento aos Clientes; e (v) **autorizar** a prática, nos termos do estatuto social da Companhia, de todos e quaisquer atos e a celebração de todos e quaisquer documentos que se façam necessários ou convenientes à efetivação das deliberações dos itens (i) a (iv) acima, inclusive a assinatura de quaisquer instrumentos e respectivos aditamentos necessários à cessão dos Direitos Creditórios Imobiliários e à implementação da Securitização ora aprovadas, podendo, inclusive, mas não se limitando: (a) negociar, definir e aprovar o teor dos documentos relacionados à cessão dos Direitos Creditórios Imobiliários e à Securitização; (b) praticar os atos necessários à celebração do Termo de Securitização, do Contrato de Distribuição, do Contrato de *Servicer*, do Contrato de Cessão e de quaisquer outros documentos necessários à cessão dos Direitos Creditórios Imobiliários e à implementação da Securitização, bem como quaisquer aditamentos a eles relacionados; (c) praticar os atos necessários à contratação das instituições necessárias para a realização da Securitização, incluindo, mas não se limitando a, contratação da Securitizadora, do Coordenador Líder, dos assessores legais, do escriturador, do banco liquidante, do Agente Fiduciário, da Instituição Custodiante, do auditor independente, entre outros, podendo para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações, fixar-lhes honorários, bem como ratificar os atos já praticados pela Diretoria da Companhia neste sentido; (d) realizar a publicação e o arquivamento dos documentos de natureza societária perante a junta comercial competente; e (e) tomar as providências necessárias junto a quaisquer órgãos ou autarquias, nos termos da legislação em vigor, bem como tomar todas as demais providências necessárias para a efetivação da Securitização, conforme ora aprovada. **6. Encerramento**: nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem ela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada. **Composição da Mesa**: Claudio José Carvalho de Andrade (Presidente) e Amanda da Silva Ribeiro (Secretária). Conselheiros Presentes: Claudio José Carvalho de Andrade (Presidente) e Amanda da Silva Ribeiro (Secretária). Conselheiros Presentes: Cláudio José Carvalho de Andrade; Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves; Marcos Duarte Santos; Mauricio Luis Luchetti; Marília Artimonte Rocca; Bernardo Werther de Araujo; e Bruno Cherubini Balbinot. Certifico que a presente confere com a via original lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 11 de junho de 2025. **Amanda da Silva Ribeiro - Secretária.** JUCESP nº 230.167/25-1 em 13/06/2025.

agro.estadao.com.br

agro Estadão

CONHEÇA O PORTAL AGRO

Informações para otimizar o uso de tecnologias na produção rural

>>>

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 56.577.059/0006-06

COMPRA REGULAMENTO ICESP/FFM 3032/2025 – CONCORRÊNCIA – PROCESSO DE COMPRA ICESP/ FFM RC Nº 8480/2025

A FFM/ICESP, entidade filantrópica privada e sem fins lucrativos, por meio do Departamento Contratos e Compras, situada na Avenida Dr. Arnaldo, 251 – Cerqueira César, São Paulo – SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo "MENOR PREÇO SOB DEMANDA" para contratação de empresa especializada no fornecimento "PROPOFOL 1% (10MG/ML) AMPOLA DE 20 ML" cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo Regulamento de Compras da FFM.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ABERTURA DE PROCESSO DE COMPRA

Entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, torna pública a abertura de processo de contratação, com base em seu **Regulamento de Compras**, cujos detalhes estão disponíveis no site (www.ffm.br).

CONCORRÊNCIA:

FFM 0261/2025-01 "AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. PERMANENTE P/ UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE"

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS

Estado de São Paulo

Secretaria M. de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO

Torna-se público para conhecimento de todos os interessados que realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Processo: nº 13.098/2025.

Concorrência Eletrônica nº 03/2025.

Objeto: Contratação de empresa especializada para construção de creche e escola de educação infantil no bairro Ourinhos Constantino, em cumprimento do termo de compromisso FNDE nº 960636/2024, com fornecimento de todo material e equipamento e mão de obra, conforme especificações constantes no edital e seus anexos.

Data limite para recebimento das propostas: 03/07/2025 até as 08h59min.

Data de abertura da sessão pública: 03/07/2025 às 09:00 horas.

Realização através da plataforma Bolsa Brasileira de Mercadorias: www.novobbmnet.com.br.

O edital e seus anexos poderão ser examinados e adquiridos gratuitamente através do site: www.ourinhos.sp.gov.br e na plataforma acima mencionada.

Ourinhos, 16 de junho de 2025.

Guilherme Andrew Gonçalves da Silva – Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 90001/2025

Órgão/Entidade: Delegacia Seccional de Polícia de Jales/SP

Processo Nº: 058.00065091/2025-83

Objeto: Contratação de Serviço de Limpeza, Asseio e Conservação predial para os prédios da Delegacia Seccional de Polícia de Jales e Unidades Policiais subordinadas.

Valor estimado: R$ 2.460.757,84 (dois milhões, quatrocentos e sessenta mil setecentos e cinquenta e sete reais e oitenta e quatro centavos).

Acolhimento de propostas: 16/06/2025 às 09:00h – 02/07/2025 às 23:59h

Abertura de propostas: 03/07/2025 às 09:00h

Abertura da sessão pública: 03/07/2025 às 09:30h

O certame será realizado por meio do sistema Compras.Gov, estando o edital disponível no endereço www.compras.gov.br.

O procedimento visa a contratação de serviços continuado de limpeza, asseio e conservação predial, com fornecimento de mão-de-obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos prédios que abrigam a Delegacia Seccional de Polícia de Jales e suas unidades subordinadas.

Os interessados em participar da licitação deverão efetuar seu cadastro no sistema SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores) conforme instruções contidas no endereço https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor, e estarem cadastrados no sistema CAUFESP (Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo), conforme instruções contidas no endereço https://www.proderp.sp.gov.br/fornecedor/[illegible]cadastro caufesp?for [illegible]=1.

Contato: 17 3632 1621 e-mail: ugr.jales@policiacivil.sp.gov.br

Ademir Casques Sanches Junior

Pregoeiro

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária - O **SINDICATO DOS ENFERMEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO-SEESP**, entidade Sindical de primeiro grau, inscrita sob o CNPJ nº 52.169.117-0001-05, com sede na Rua Jose Vicente de Azevedo, nº 33, Vila Mariana, São Paulo-SP, neste ato representado por sua Presidente Elaine Aparecida Leoni, vem **CONVOCAR** todos os associados de sua base territorial, para **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada por meio presencial na Rua José Vicente de Azevedo, 51, Vila Mariana, a realizar-se no dia 19 de junho de 2025, as 14:00 horas em primeira convocação, e as14:30 horas em segunda convocação, com qualquer numero de sócios presentes, para discussão e deliberação da seguinte **Ordem do Dia: 1)** Discussão e Aprovação da prestação de contas 2024. E para que chegue ao conhecimento de todos, será este publicado em jornal de grande circulação na base territorial da entidade e em suas redes sociais. São Paulo 16 de junho de 2025. **Elaine Aparecida Leoni** - **Presidente** - CPF 107.***.**8-50.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90.002/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00.080/2025 – **SECRETARIA DE SAÚDE– OBJETO: Contratação de empresa especializada para construção de unidade de Atenção Especializada em saúde – CAPS AD**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, que estará à disposição dos interessados nos **sítios:** https://www.gov.br/compras/pt-br e https://transparencia.osasco.sp.gov.br/?cod=245 - Envio das Propostas de Preços pelo site https://www.gov.br/compras/pt-br com DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: **18/06/2025** e DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: **12/08/2025 às 10h**

Osasco, 12 de junho de 2025.

Meire Regina Hernandes

Secretária Executiva de Compras e Licitações

Companhia de Engenharia de Tráfego - CET

CNPJ: 47.902.648/0001-17 - NIRE 35300045076

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. Acionistas da **Companhia de Engenharia de Tráfego - CET** a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 30 de junho de 2025, às 10h00 (dez horas), na sede social, na Rua Barão de Itapetininga, 18, nesta Capital do Estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia**: 1. Eleição e/ou Recondução dos membros do Conselho de Administração; 2. Eleição e/ou Recondução dos membros do Conselho Fiscal; 3. Outros assuntos. São Paulo, 13 de junho de 2025. **Milton Roberto Persoli** - Diretor Presidente; **Paulo Eduardo Soares Junior** - Diretor de Operações; **Rafael Rodrigues de Oliveira** - Diretor Administrativo e Financeiro; **Johnson Souza Nascimento** - Diretor de Representação.

ALTAMIRO SILVA JUNIOR, ALINE BRONZATI
E WILIAN MIRON
GABRIEL BALDOCCHI (edição)
X: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM



Coluna do Broadcast

Aura Minerals busca fazer IPO de US$ 300 milhões nos EUA antes de julho

A Aura Minerals, mineradora listada na Bolsa de Toronto e com papéis na B3, trabalha para fazer sua oferta de ações (IPO, na sigla em inglês) nos Estados Unidos até o fim de julho, antes de o mercado entrar no ritmo das férias de verão do Hemisfério Norte, de acordo com fontes ouvidas pela *Coluna do Broadcast*. A ressalva, porém, é de que tudo vai depender das condições de mercado, que pioraram desde sexta-feira com o ataque de Israel ao Irã. A operação é estimada em US$ 300 milhões e deve listar a empresa na bolsa eletrônica Nasdaq. O objetivo da Aura é aproveitar o momento no mercado de ações americano, que após solavancos causados pelas tarifas do presidente dos EUA, Donald Trump, voltou a ter ofertas nas últimas semanas.

Ofertas sinalizam espaço no mercado

Uma das maiores ofertas dos últimos dias foi a do banco digital Chime, que levantou US$ 700 milhões com o preço acima do topo da faixa, e ainda disparou 37% na estreia na Nasdaq. Já a Circle Internet, emissora de stablecoin, levantou US$ 1 bilhão no começo do mês, também com o preço da ação acima da faixa.

Atuação com ouro é vantagem

A Aura tem a seu favor o fato de ser uma mineradora de ouro, metal que tem subido este ano, justamente por conta das incertezas na economia mundial. A empresa tem foco também em cobre e prata. Como referência, somente em 2025, a cotação do ouro já subiu mais de 30% e a expectativa é de novo avanço até o fim do ano.

● **SIMPLIFICADO.** Com o registro da oferta já pedido na Securities And Exchange Commission (SEC), que regula o mercado de capitais dos Estados Unidos, a empresa pode ter o processo de aprovação com menos documentos, por ser enquadrada como uma "companhia de crescimento emergente", conforme definido na Lei de Incentivo às Startups de 2012. "Como tal, podemos optar por cumprir com certos requisitos reduzidos de relatórios" de empresas de capital aberto, afirma a empresa no prospecto da oferta.

● **DESTINO.** A Aura pretende captar recursos para bancar a aquisição de uma mina de ouro em Goiás e avançar em outros projetos para extração de ouro no Brasil, como um em Matupá, em Mato Grosso, e outros ainda em fase de exploração, como em Carajás, no Pará. A empresa é listada na Bolsa de Toronto desde 2006. Na B3, o BDR da Aura acumula valorização de 230% em 12 meses. A Aura Minerals é controlada pelo empresário brasileiro Paulo Brito, que tem 54% das ações da empresa.

DISPARADA

AURA/DIVULGAÇÃO-26/11/2021



Instalações da Aura em Mato Grosso. Empresa se beneficia da valorização do ouro: seus papéis na B3 avançaram 230% em 12 meses

● **ASSESSORES.** Para a oferta, a Aura contratou os bancos Bank of America e Goldman Sachs para serem coordenadores globais. BTG Pactual, Itaú BBA, Bradesco BBI, National Bank of Canada, RBC Capital Markets e Scotiabank também estão no sindicato. Procurada, a empresa não se pronunciou.

● **AJEITANDO...** A Viveo deu mais um passo em seu plano de reestruturação e uniu as operações de duas fábricas de lenços umedecidos compradas em 2021 numa única planta em Blumenau, em Santa Catarina. A mudança inclui o fechamento das unidades antigas e a transferência para uma nova fábrica. A nova operação custou R$ 60 milhões e permitirá à companhia operar uma planta maior e mais moderna, com capacidade para produzir 16,5 milhões de pacotes mensais.

● **...A CASA.** Com a nova planta, a expectativa da empresa é capturar sinergias, ganhos de escala e de uniformização de tecnologias entre as operações da FW e da Daviso, compradas por R$ 300 milhões há quatro anos. Antes, as duas operações funcionavam com tecnologias diferentes e em Estados que ficam 650 quilômetros distantes: a FW, em Santa Catarina, e a Daviso, em São Paulo.

● **EM CURSO.** Após um período de fortes aquisições, a Viveo passou a enfrentar dificuldades e começou, em 2024, a adotar medidas para reduzir a alavancagem. Entre elas, está a venda de ativos e a reorganização do portfólio, com fusão de operações como a realizada com a Daviso e a FW. No último trimestre, a companhia teve prejuízo de R$ 20,8 milhões e receita líquida de R$ 2,784 bilhões, diminuição de 5,7%. A alavancagem medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda ajustado ficou em 4,49 vezes.

● **AVANÇO.** Com a nova fábrica, a companhia tem expectativa de aumentar em quase seis vezes sua participação em pontos de vendas, saindo de 70 mil lojas com seus produtos para 400 mil nos próximos três anos. "É uma fábrica automatizada, numa única localidade e que aumenta nossa capacidade de produção em 50%", disse o diretor-presidente da Viveo, Leonardo Byrro. Segundo ele, a planta será a maior produtora de lenços da América Latina.

SOBE

PagBank anuncia dividendo adicional e ação salta 12,68%

PAGBANK/DIVULGAÇÃO



As ações do PagBank, de maquininhas de pagamentos, avançaram 12,68% ontem em Nova York. A companhia é brasileira, mas listada nos Estados Unidos. A empresa anunciou dividendo adicional de US$ 0,12 por ação e a possibilidade de fazer dois pagamentos adicionais do mesmo valor. O Goldman Sachs avalia que o anúncio é "positivo", pois "demonstra a capacidade e o comprometimento da empresa em retornar capital aos acionistas".

DESCE

Alimentos in natura têm deflação no varejo paulista

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO - 6/10/2023



O varejo alimentício paulista registrou redução nos preços de ovos, frutas, legumes e verduras em maio, apontou o Índice de Preços dos Supermercados (IPS), da Associação Paulista de Supermercados (Apas) e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). O subgrupo de produtos in natura do IPS arrefeceu de um aumento de 2,76% em abril para queda de 0,09% em maio. Os produtos in natura acumulam uma deflação de 9,58% em 12 meses.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 139.255,91 PTS. | Dia 1,49% | Mês 1,63% | Ano 15,77%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
MAGAZ LUIZA ON NM	9,57	7,05	20.433
SID NACIONAL ON	8,43	6,17	11.043
VAMOS ON NM	4,88	5,39	14.168

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
PETRORIO ON NM	43,14	-1,91	32.314
BRF SA ON NM	20,65	-1,67	19.399
PETROBRAS PN N2	32,19	-1,05	61.619

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

1/6 a 1/7	0,1719	1,0740	0,6624	0,5000
2/6 a 2/7	0,1719	1,0737	0,6624	0,5000
3/6 a 3/7	0,1700	1,0202	0,6608	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	42.515,09	0,75	0,58	-0,07
FRANKFURT - DAX	23.699,12	0,78	-1,24	19,04
LONDRES - FTSE	8.875,22	0,28	1,17	8,58
TÓQUIO - NIKKEI	38.311,33	1,26	0,91	-3,97

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	7,50	3.473,20
	15/8/2040	7,03	1.421,86
JUROS SEMESTRAIS	15/5/2035	7,32	4.151,03
PREFIXADO	1º/1/2028	13,51	725,18
	1º/1/2032	13,73	432,88
SELIC	1º/3/2028	0,05	16.736,85

(*)TAXAS À VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Abril	Maio	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,48	0,35	2,85	5,20
IGP-M (FGV)	0,24	-0,49	0,14	7,02
IGP-DI (FGV)	0,30	-0,85	0,88	4,77
IPC (FIPE)	0,43	0,27	2,10	5,20
IPCA (IBGE)	0,43	0,26	1,75	5,32
CUB (Sinduscon)	0,27	0,80	3,18	5,16
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,36	0,27	1,57	5,64

Índices de reajuste do aluguel (Março)

IGP-M (FGV)	1,0702	IPCA (IBGE)	1,0532
IGP-DI (FGV)	1,0627	INPC (IBGE)	1,0520
IPC-FIPE	1,0530	ICV-DIEESE	[illegible]

[illegible]

INSS - COMPETÊNCIA (JUNHO)
Trabalhador assalariado e doméstico*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.518,00	7,5%
DE R$ 1.518,01 ATÉ R$ 2.793,88	9%
DE R$ 2.793,89 ATÉ R$ 4.190,83	12%
DE R$ 4.190,84 ATÉ R$ 8.157,41	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.518,00 A 8.157,41	20%	DE 303,60 A 1.631,48

[illegible]

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDI (13/6)	14,78	0,14	0,61	11,15
CDB	14,85	0,00	0,00	20,58

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.C.	Abe.	Mín.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR Nº*	JUL/25	16,52	100.553	16,10	16,61	2,42
CAFÉ Nº*	SET/25	346,25	71.442	338,25	348,80	-0,08
SOJA CBOT**	JUL/25	10,70	211.448	10,64	10,71	0,00
MILHO CBOT**	SET/25	4,38	481.514	4,31	4,39	-2,04

(*) [illegible] (**) [illegible]

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	129,60	0,46	-4,37
BOI			
Cepea/esalq, R$/@	314,35	0,00	42,08
MILHO			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	67,50	-0,11	16,84
CAFÉ			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	2.161,86	-25,86	61,89

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,4851	-1,00	-4,09	-11,23
DÓLAR TURISMO	5,7740	-2,28	-3,75	-10,38
EURO	6,3390	-0,57	-1,40	-1,34
OURO US$/ONÇA TROY	3.395,40	-0,80	2,92	25,86
WTI US$/BARRIL	71,1000	-2,35	16,17	-2,15
BRENT US$/BARRIL	72,8800	-1,50	16,40	-2,54

	US$ UNT	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,0000	1,1564	1,3577	0,1823
EURO	0,8650	1,0000	1,1743	0,1575
FRANCO SUÍÇO	0,814	0,9407	1,1048	0,1481
LIBRA ESTERLINA	0,736	0,8513	1,0000	0,1341
IENE	144,7300	167,3800	196,5100	26,3800

AS MOEDAS NA VERTICAL VALEM EM COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: BC

Eufrázio

>>TRENDS

ESTADÃO BLUE STUDIO

‘Sustentabilidade e impacto social são o alicerce do nosso negócio’

Fundadora da Necta, Paula Faria fala sobre inovação e mostra como é possível criar mecanismos para construir cidades mais conectadas

Empreender sempre foi o objetivo de Paula Faria, fundadora da Necta. Antes mesmo de negócios com propósito se tornarem tendência, ela já buscava criar soluções que aliassem inovação, sustentabilidade e impacto social. Na entrevista a seguir, Paula faz um panorama da mobilidade no Brasil e no mundo e também conta um pouco sobre a trajetória de sua empresa, que promove projetos e premiações voltados ao desenvolvimento. Para ela, o diálogo entre governos, empresas e a sociedade é o melhor caminho para construir cidades mais conectadas, sustentáveis e centradas nas pessoas.

Sempre foi seu desejo criar uma empresa com um olhar para a sustentabilidade?

Sempre quis empreender e comecei muito jovem. Sempre tive essa motivação. Antes de ser moda fazer negócios com propósito, eu já buscava algo que causasse impacto na sociedade. E a Necta é a resposta para esse meu ensejo, essa minha necessidade de transformação. É uma empresa que tem como principal pilar trabalhar com projetos em que eu consiga trazer sustentabilidade, inovação e transformação nas cidades.

Quais são as principais inovações da Necta?

Criamos mecanismos como o Ranking Connected Smart Cities, o selo CSC GovTech e o selo CSC, o Prêmio Parque da Mobilidade Urbana, além de outros estudos e premiações que são grandes incentivos para a inovação e para a busca de melhores práticas. Todas essas iniciativas são gratuitas, trazem muita troca de informação e geram grande reconhecimento por parte das organizações que se inscrevem e conseguem ser reconhecidas.

Qual foi a maior lição aprendida com esses projetos?

De como trabalhar a questão da complexidade e a interligação entre múltiplos setores. Envolvemos empresas, universidades, setor público e organizações da sociedade civil para discutir pautas importantes. Com certeza, a nossa grande lição é a importância de juntar todo esse ecossistema em prol da discussão de cidades mais inteligentes e sustentáveis.

Divulgação/Necta



Como você vê a criação de plataformas de diálogo entre empresas, governo e sociedade?

Essas plataformas são essenciais, pois promovem o diálogo e a conexão. Sem essas plataformas, sem esse espaço de colaboração, não seria possível desenvolver cidades inteligentes, porque elas partem justamente do princípio da colaboração, da discussão e da intersetorialidade. Com certeza é um grande desafio, porque cada cidade e cada setor têm suas dinâmicas e prioridades. Nós proporcionamos um espaço em que todos esses atores são protagonistas, para que possam trazer suas pautas e construir soluções de forma conjunta.

Como você alinha a sustentabilidade e o impacto social à sua estratégia de negócios?

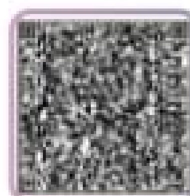
Na Necta, a sustentabilidade e o impacto social não são parte do negócio. Na verdade, são o alicerce do nosso negócio. É o que nos move. Todos os nossos projetos e iniciativas foram desenhados para que essa questão fosse prioritária nas nossas discussões. Nós realmente acreditamos que não só as empresas, mas também as organizações envolvidas nos nossos projetos, têm um papel fundamental na transformação das cidades em espaços mais inteligentes, sustentáveis, resilientes e capazes de oferecer qualidade de vida às pessoas.

Qual o primeiro passo para uma melhor mobilidade urbana?

O ponto de partida é um planejamento integrado e centrado nas pessoas. Um planejamento que integre diferentes modais e garanta o direito de ir e vir. Um planejamento que integre o transporte público, tanto sobre pneus como sobre trilhos, que ofereça ciclovias de qualidade, segurança nas ruas, e que analise de forma crítica a ocupação do espaço urbano pelo transporte individual. É fundamental oferecer transporte público coletivo com qualidade, para que a cidade garanta o direito das pessoas de se locomover com qualidade e segurança.

Você tem algum lugar no mundo que te serve de inspiração?

Eu me inspiro em muitas cidades. Temos diversos modelos internacionais, como Barcelona, Copenhague e Amsterdã. Mas eu gosto muito de olhar para as nossas cidades. Aqui no Brasil há municípios realmente comprometidos com a inovação e o desenvolvimento a partir do conceito de cidades inteligentes e conectadas. Vale destacar Curitiba, São Paulo, Florianópolis, Salvador e Recife. Conseguimos observar um avanço significativo nas cidades brasileiras, e nos orgulhamos muito de participar dessa transformação.



Leia o QR Code ou acesse o portal para ver mais. bluestudio.estadao.com.br



As informações e opiniões são de responsabilidade única dos autores. Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do Estadão.

Eufrázio



Demi Getschko trieste@gmail.com

Paradoxos e cacoetes

Pós-redes o mundo tornou-se hostil: fraudes, mentiras e armadilhas espreitam a cada passo. Ou será que foram os humanos? Clima propício a propostas apressadas, visando a minimizar nossos riscos.

A prudência recomendaria mais cautela: "Festina Lente", diria o imperador Augusto ("Apressa-te devagar"). Trocou-se a prioridade? Parece agora ser menos importante a busca do agente causador do dano do que criar formas que impeçam a sua ação. Em vez de buscar caçar o lobo que abusa, prefere-se cercar e isolar a floresta onde ele viveria, mesmo sabendo que há seres inocentes habitando lá.

Na discussão sobre o artigo 19 do Marco Civil, é importante uma pequena digressão: fonte de sua inspiração foi também a seção 230 do Communications Decency Act americano de 1996, 18 anos antes da promulgação do Marco Civil em 2014. E, já em 1998, o DCMA (Digital Millenium Copyright Act) abria uma exceção à proteção que o 230 trazia às plataformas: a alegação de "infração a direito autoral" faria com que o conteúdo fosse removido, sem necessidade de ordem judicial. Aliás o Marco Civil também prevê exceções, como da divulgação não autorizada de imagens de nudez. Nos EUA tentou-se expandir a ação deste "notifique e será removido" (notice and takedown) quando, em 2011, os famosos casos do Sopa (Stop Online Piracy Act) e do Pipa (Protect IP Act) se propunham a remover conteúdos, nomes de domínio etc. Isso poderia trazer uma onda de censura e autocensura, que deformaria a internet.

> ***Em vez de buscar caçar o lobo que abusa, prefere-se cercar e isolar a floresta***

Caso interessante é o do Canadá, com o notice and notice: quando uma plataforma recebe uma reclamação sobre um conteúdo, ela é repassada ao autor, mas mantém-se o conteúdo no ar – caberá ao autor decidir se prefere removê-lo e não correr riscos legais, ou se o preservá-lo, independentemente da reclamação.

Fechar a floresta não elimina o lobo, apenas o desloca. Diógenes de Sinope, com ironia, ensinava que não são as muralhas que protegem a cidade, mas a concórdia entre os cidadãos (Diógenes Laércio, VI.20). Ou seja, é a educação e a ética que geram qualidade na convivência social, no diálogo e no respeito mútuo.

Soluções rápidas costumam gerar remédios piores que a doença, erodindo a própria vitalidade democrática que pretendiam proteger. Há que se lidar com as consequências da liberdade, não eliminá-la em nome de uma segurança absoluta, que não existe. Como diriam na Atenas antiga, avançamos na "techne", mas talvez tenhamos retrocedido na "phronesis". ●

ENGENHEIRO ELETRICISTA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** e Antonio Penteado Mendonça • **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** • **QUA.** Fábio Alves • **QUI.** Alvaro Gribel • **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** • **SAB.** Fabio Gallo • **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartsman **(revezam quinzenalmente)**; Roberto Rodrigues **(2.º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3.º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Automóveis **Deixando a direção**

Luca de Meo renuncia ao cargo de CEO da Renault

A montadora francesa Renault anunciou na noite de domingo a saída de seu CEO, Luca de Meo, que, segundo a imprensa francesa, trabalhará agora para o grupo de luxo Kering, dono da Gucci.

De acordo com o jornal *Le Figaro*, De Meo, de 58 anos, assumirá o cargo de CEO da Kering, depois que seu acionista majoritário, François-Henri Pinault, decidiu reformular a equipe de gestão.

Nascido na Itália, De Meo começou sua carreira na Renault. Em seguida, foi para a Fiat, onde relançou com sucesso o Fiat 500, antes de revitalizar a Seat para o Grupo Volkswagen. Na Renault, ele se tornou CEO de uma empresa traumatizada por mais de um ano de crise após o caso Carlos Ghosn. Ele acelerou a eletrificação da Renault, que também é proprietária das marcas Dacia, Alpine e Lada. ● AFP

CLASSIFICADOS JORNAL DO CARRO IMÓVEIS OPORTUNIDADES & LEILÕES CARREIRAS & EMPREGOS

Para anunciar: (11) 3855-2001

IMÓVEIS SÃO PAULO

Vendem-se

APARTAMENTOS

ZONA SUL

1 DORMITÓRIO

MOEMA R$425.000 Sacada, 42úteis, 1ds, arms, gar., lazer. 11 99936-0304

2 DORMITÓRIOS

MOEMA R$650.000 S.novo, 70úteis, sacada, 2dts, gar. Lazer 99936-0304

3 DORMITÓRIOS

MOEMA R$980.000 Sacada, 110úteis, 3dts, 1ste, 2vgs, lazer 99936-0304

VL MARIANA R$750.000 Urgente. S.novo, 110úteis, 3dts, 1suíte, 2vgs + depósito, lazer 11 99936-0304

4 DORMITÓRIOS OU MAIS

BROOKLIN R$1.800.000 Varandão, 220ú, 4ds (3sts), 3gs, lazer. 11 99936-0304

MOEMA R$2.000.000 265úteis, varandão c/churrasq., 3 salas, 4suítes, 4 vagas. Lazer total 11 99936-0304

Alugam-se

COMERCIAIS

ZONA OESTE

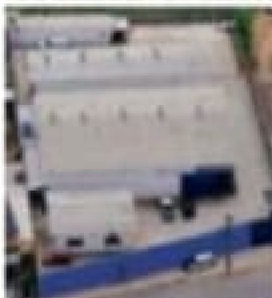
VL JAGUARA Galpão novo, completo, próprio p/ logística, c/850m² A.C. Ao lado do Ceboláo. (11)99981-3186

GRANDE SÃO PAULO

Vendem-se e alugam-se

COMERCIAIS

ITAPECERICA DA SERRA



Galpão 1100m² AC, 9000m² AT, Vest./Refeit./Port./Escrit./Tel./compl. Tratar (11)98394-9826

INTERIOR E OUTRAS LOCALIDADES

TERRENOS

ITATIBA - MORUNGABA 756m², alto, esquina, vista p/o sol, bucólico. Pr. Igutemi cpa. R$300mil. (19)99136-9636

PROPRIEDADES RURAIS

TERRAS E FAZENDAS

RIBEIRÃO PRETO Venda fazendas, cana, soja, gado, sítio, chac, casas, apt, cond. Ivan A. Padilo Creci 25375 (16) 3635-6075/(16)99993-4561

PENSOU EM ANUNCIAR, PENSOU ESTADÃO
ESTADÃO
LIGUE (11) 3855 2001

OPORTUNIDADES

COMUNICADOS

ABANDONO DE EMPREGO
A empresa JS ARAUJO EMPREITEIRA LTDA, inscrita no CNPJ 33.151.854/0001-28 com sede à Rua Capitão Eugênio de Macedo, 204, Vila Silva Teles-SP, solicita o comparecimento do Sr. SEBASTIÃO ALVES, CTPS 01051769, Série 02309/MT, para prestar esclarecimentos sobre suas ausências na obra MOOD VILA RÉ (R. Mangal, 123 - Vila Ré, São Paulo, CEP: 3550-308) desde 04/05/2025. O não comparecimento caracterizará abandono de emprego, conforme artigo 482, alínea "i" da CLT

EMPRESAS E PARTES SOCIAIS

VENDO EMPRESA (FÁBRICA)
R$7.000.000,00 Reg.S.J.R.Preto SP. Em ascensão. 17. 99129-5007

AUTOS



CLASSE A 160
R$20.000 01/01 Prata metálico, único dono. Tel. (11) 3221-8397.



negócios & **oportunidades**
Serviço ao leitor de empréstimos e investimentos
Dicas para fazer um bom negócio

- ✓ Antes de solicitar um empréstimo, verificar a idoneidade de quem está oferecendo, solicitando documentos pessoais do fornecedor
- ✓ Documentar a transação através de contrato com firma reconhecida
- ✓ O contrato deve conter a taxa de juros e a forma de devolução do empréstimo
- ✓ Forneça seus dados apenas pessoalmente
- ✓ Faça a transação apenas pessoalmente
- ✓ Evite documentos encaminhados via fax, eles podem ser frios
- ✓ Não adiante nenhum valor



Uma das principais vozes da análise política brasileira está no podcast **'Estadão Analisa'**.

Com um texto irreverente e críticas contundentes, Andreazza tem um encontro marcado com você nas manhãs para um papo intimista, em que analisa temas do momento a partir do discurso de figuras centrais da política e da economia.

O Estadão Analisa vai ao ar de **segunda a sexta-feira, às 7h.**

Assista **AO VIVO** pelo **canal** do **Estadão** no **Youtube.**

Estadão Analisa
com Carlos Andreazza
DE **SEGUNDA** A **SEXTA**
7h DA MANHÃ



Ou ouça depois nas **principais plataformas de áudio e vídeo** do Estadão.

ESTADÃO

C6 E C7 **A fundo**



História de fotógrafo com deficiência visual é narrada em curta

CULTURA& COMPORTAMENTO
TERÇA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 2025 O ESTADO DE S. PAULO
C2



ALEX SILVA/ESTADÃO



Teatro

Intérprete e personagem

Marco Nanini vive ator atormentado em 'O Traidor'

Com um boneco dele mesmo sobre uma almofada, Nanini vive um protagonista complicado, que reflete sobre tecnologia, guerras e a sociedade de consumo

DANILO CASALETTI

Marco Nanini recebe a reportagem do **Estadão** em seu camarim no Teatro Moise Safra, em São Paulo, poucas horas antes de estrear a nova temporada da peça *O Traidor*, escrita e dirigida por Gerald Thomas. Está tranquilo, sentado diante de um espelho típico de camarim, com lâmpadas em volta. "Já faço essa peça há mais de um ano. Tenho uma equipe de produção muito boa. Gosto das coisas organizadas", diz o ator.

O Traidor traz Nanini no papel de um homem atormentado – um ator também –, com pensamentos desconexos que o fazem refletir sobre temas como o uso da tecnologia, sociedade do consumo, guerra, isolamento digital e inteligência artificial. Em cena com ele, outros quatro atores, além de uma voz em off. No palco, um boneco com seu rosto, caído ao chão, amarrado.

"É um personagem complicado, não tem uma definição exata." Sim, ele tem pouco de si, mas muito de Thomas. "Não tenho nada a ver com isso. Admiro o Gerald, mas o acho muito volúvel, com opiniões estranhas", afirma.

"É um personagem complicado, não tem uma definição exata. Deu trabalho dar-lhe uma unidade. É um cidadão moderno, cheio de alucinações, de ideias, tudo passa na cabeça dele. Essa é a história. Não tem uma linha, são fragmentos"

Marco Nanini
Ator

Em cena, Nanini utiliza uma cadeira de rodas. Propositalmente. É um personagem que não reage fisicamente a nada. Uma operação no menisco ainda traz dores ao ator, um ano depois. "Um amigo que operou me disse que demora três anos para recuperar. Espero que eu esteja vivo até lá", diz Nanini, de 77 anos, entre risos. A finitude não o apavora. Quando estreou a peça, havia percebido que tinha envelhecido. "É outro estágio. E estou gostando."

Ele fala com naturalidade sobre a perda da memória. "Parece que não tenho mais memória mesmo." Mas fala do passado e do presente com desenvoltura.. Pede ajuda ao produtor e companheiro de mais de três décadas, Fernando Libonati, quando quer se lembrar do que já fez. São mais de 60 anos de carreira, mais de 100 trabalhos no teatro, na TV, no cinema.

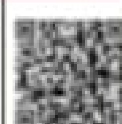
Depois de *O Traidor*, ele quer montar uma peça sobre o cronista e compositor Antônio Maria (1921-1964), na qual vai interpretar contos e cantar. ●

'SOU MUITO SONHADOR E REALISTA. VOCÊ NASCE E MORRE, É ISSO', DIZ NANINI. PÁG. C3

Eufrázio



Alice Ferraz
colunaaliceferraz@estadao.com



NA WEB
Acompanhe atualizações diárias da coluna no Portal Estadão
www.estadao.com.br/

Comme no Brasil

Demorou, mas chegou. A Comme des Garçons – marca cultuada por fashionistas de Tóquio a Paris – inaugurou, enfim, sua primeira loja na América Latina, no Shopping Iguatemi São Paulo. A abertura aconteceu no dia 13 de junho, com direito a espaço exclusivo de 160 m² no piso superior do mall. Como manda o figurino da maison, o projeto segue a estética única e autoral da fundadora Rei Kawakubo, que assina cada boutique da marca ao redor do mundo.

● **COMME NO BRASIL 2.** Para celebrar a chegada ao Brasil, uma instalação exclusiva da linha homme plus, também criada por Kawakubo, foi montada em um espaço ao lado da loja – e segue em cartaz até o dia 1.º de julho. A escolha do país, dizem os representantes da marca, era só questão de tempo. "Parece que o Brasil já nos chamava havia muitos anos", resumem. A energia criativa local, afirmam, sempre foi um convite aberto à Comme.



THAIS BARROCO SOBRE FOTOS DE ANDRÉ LIGEIRO

1. Theodoro Cochrane 2. Adrian Joffe 3. Carlos Jereissati 4. Maythe Jahn 5. Cacá Ribeiro 6. Marcelo Sommer 7. Daiane Conterato 8. Luciana Curtis 9. Ana Claudia Michels e 10. Alexia Niedzielski

● **APOSTA ALTA 1.** Enquanto as bets enfrentam escrutínio público, o pôquer cresce em silêncio. A estimativa do Brazilian Series of Poker – maior campeonato da América Latina – é triplicar o faturamento no Brasil até 2026. Mas os riscos são os mesmos, alerta o psiquiatra Rodrigo Machado, do Instituto de Psiquiatria do HC-USP.

● **APOSTA ALTA 2.** "Tentam vender o pôquer como esporte, mas é jogo de azar", diz. "Há risco de dependência, como nas apostas esportivas. Atendemos casos todas as semanas no HC." Segundo ele, a demanda cresce desde 2018. "Hoje, há filas longas de espera. A procura é cada vez maior."

FLÁVIO FLORIDO



Eugênio Bucci no debate 40 anos de Democracia realizado na Feira do Livro em São Paulo

● **NO LIMITE DA LIBERDADE.** Durante a Feira do Livro em São Paulo, Eugênio Bucci fez uma pausa nos corredores para comentar à coluna o impasse do momento: a responsabilização das big techs pelo STF – e os riscos à liberdade de expressão. "Liberdade é um direito humano fundamental, mas não podemos confundi-la com abuso de poder praticado por conglomerados que interferem no debate público", disse o professor. E foi além: alertou para os perigos do poder irrestrito dessas plataformas. "Não dá para aceitar que uma empresa estrangeira oriente, impulsione ou restrinja os temas que a sociedade discute."

● **SANTO MILLENNIAL 1.** Vem aí o primeiro filme de ficção sobre Carlo Acutis, o jovem italiano que será o primeiro santo millennial da Igreja Católica. O longa *Kit de Santidade*, narrado por sua mãe, será lançado nos cinemas logo após a canonização do beato, marcada para 7 de setembro. O teaser será exibido pela primeira vez na ExpoCatólica, de 3 a 6 de julho, em São Paulo.

● **SANTO MILLENNIAL 2.** Com forte conexão com o Brasil – o milagre que levou à canonização ocorreu em Campo Grande –, a expectativa é alta para o lançamento no País, pela distribuidora Kolbe Arte. Em 2023, mais de 60 mil pessoas lotaram os cinemas para ver o documentário *O Céu Não Pode Esperar*, sobre Acutis.

● **SANTO MILLENNIAL 3.** "Ele é um santo muito próximo da nossa realidade. Um santo de tênis e calça jeans", diz à coluna Piella Trussardi Ugolini Querido, entusiasta do audiovisual religioso. O arcebispo de São Paulo, dom Odilo Scherer, também vê algo singular no jovem: "O fascínio dos adolescentes por ele é enorme. Ele mostra que até pelas redes sociais é possível fazer o bem".



ACERVO ASSOCIAÇÃO CARLO ACUTIS

Eufrázio

Marco Nanini

'Sou muito sonhador e muito realista. Você nasce e morre, é isso'

Em cartaz com 'O Traidor', ator fala sobre o envelhecimento e a decisão de viver apenas o dia a dia

ENTREVISTA

Aos 77 anos, ele tem seis décadas de carreira, ao longo da qual manteve presença marcante no teatro, na televisão e no cinema

Continuação da página C1

Na entrevista ao **Estadão**, Marco Nanini fala sobre a volta de *O Traidor* e sobre o atual momento da vida e da carreira.

A sinopse da peça que diz que *O Traidor* é sobre o ator e a humanidade...
É vago, não?

Sim, mas eu queria te perguntar que responsabilidade é essa. Em mais de 60 anos de carreira, representar e tirar essas máscaras da sociedade, da condição humana...
O Gerald (*Thomas*) é uma pessoa muito irreverente, muito inteligente também. Ele tem muita habilidade com essa história da direção. Quando eu li, falei: "Meu Deus, como é que eu vou dar unidade a isso? Por quê?". Depois, percebi: é um homem tumultuado, focado em suas fantasias, elucubrações. É um cidadão moderno, cheio de alucinações, de ideias, tudo passa na cabeça dele. Essa é a história. Não tem uma linha assim, são fragmentos. Chamamos de Instagram.

Você e Gerald discutiram bastante sobre a peça. O que ela tem de vocês?
É um personagem complicado porque não tem uma definição exata. Foi difícil dar uma unidade a ele. Dá um trabalho! Você fica inseguro e erra. Quando encontramos o público, temos outro termômetro e vamos adaptando conforme a reação.

Quem assiste percebe que há algo de alter ego. Há?
Não tenho nada com isso. Admiro o Gerald, mas o acho volúvel, com opiniões estranhas. Porém, acho ele engraçado.

O espetáculo fala sobre o caos do mundo atual. Como você se protege dele?
Fico quieto. Não me exponho muito. Tenho um grupo de amigos com quem saio, não sou um ermitão, mas não fico zanzando. Tenho meus bichos que adoro (*sete cachorros*). Bicho é tão bonito! Qualquer bicho! Me dá muita ternura.

Como lida com a finitude?
Sou muito sonhador, por um lado, e muito realista por outro. Você nasce e morre, é isso. Não sofro. Vivo o dia a dia. Não penso se existe o céu, se vou para o céu. Dá muito trabalho.

Tem alguma religião?
Fui criado na católica, mas observo todas. Sei que o ser humano é feroz. Esse lado, graças a Deus, não explodiu em mim não. Só em temperamento, fico irritado com algo, esbravejo e, depois, me arrependo loucamente. Mas a ferocidade eu não tenho. Prefiro o humor.

O céu é uma esperança que pessoas têm de se salvar...
Não sei se tem salvação. Só sei que vou morrer. Se tiver outra vida lá, aí vejo como é.

Ser um ator significa viver e morrer cada vez que entra e sai do palco?
É viver com mais intensidade. Em um personagem você descobre novas sensações. Eu já fui bancário, não suportava! Não sei fazer conta.

Foi seu pior personagem?
Eu era jovem. Trabalhei em hotel também, era assistente de gerente. Depois, fui chefe do almoxarifado. Esse local dava para a rouparia. Nessa rouparia, havia uma cidadã chamada Sebastiana. Ela morava em Caxias e fazia uma viagem enorme para chegar ao hotel. Aprendi muito com ela, como ela se comportava, um temperamento muito fácil de lidar.

Você usa o que vê sobre as pessoas nos personagens?
Das pessoas não. Mas os sentimentos que elas me proporcionam ficam em mim. Armazeno as emoções e elas são material para eu fazer os personagens. Me deu essa riqueza interior. Não imito as pessoas, é cafona. A não ser que você seja um cômico, com histrionismo para isso.

Como os personagens nascem dentro de você?
Pelo texto. E, depois, com o papo com o diretor ou com o autor sobre as intenções. Vou discernindo o que é bom para mim, o que é confortável. Tenho limites. Não os ultrapasso. Quero ter verdade em cena. É como se fosse um vício, uma droga. Você fica em um mundo de fantasia. Quando apaga a luz e fecha o pano, vem a realidade.

E aí, como é conviver com você?
Não sei. Como é conviver comigo? (*Nanini pergunta à sua equipe, rindo; Libonati responde que a realidade e a fantasia caminham juntas em Nanini.*) Eles não querem responder. Eu devo ser péssimo! (*risos*). Tem um pouco de chateação, sim. De vez em quando, tenho meus ataques.

E na relação com os colegas de profissão?
Me dou bem! Admiro todos. Cada um tem um história diferente da minha. Esse convívio é rico para mim. Tenho de observar as pessoas porque faço pessoas. Sugo, no bom sentido, muito do que elas têm. Tanto de mau quanto de bom. Só assim tenho material para os meus personagens. Esse convívio para o ator é indispensável.

"Tenho de observar as pessoas porque faço pessoas. Sugo muito do que elas têm. Tanto de mau quanto de bom. Só assim tenho material para os meus personagens. Esse convívio para o ator é indispensável"

"Eu não me considero (como parte de um panteão de atores). Faço questão de não me considerar, porque senão eu fico muito vaidoso e o prepotente. Isso não me interessa"

Em cena você usa cadeira de rodas. Usa bengala para se locomover fora dela. Há a mítica sobre a vaidade dos atores e atrizes...
Não tenho esse tipo de vaidade. Eu a contenho muito. A vaidade é um veneno! Se deixar ela tomar conta, deixa de ser humano. Todo muito tem vaidade. Eu tenho, mas não é exacerbada. Gosto de me exibir em cena; fora dela, não. Não gosto de chamar atenção.

Com o Lineu, de *A Grande Família*, você entrou na casa do público, fez parte da família...
Eu sei disso. Tenho paciência. Mas não gosto de puxar conversa sobre isso. Já me cansou. Foram 14 anos! Já está bom. Me inspirei no meu pai para fazer o Lineu. Sempre me inspiro no meu pai, mas, para o Lineu, principalmente. Meu pai usava o cinto na altura da barriga. Me ajudou. Até os sentimentos do personagem ficaram diferentes por conta desse cinto no meio da barriga. Tudo é efêmero. Você faz algo e, depois, isso some no ar. Pronto, o Lineu já foi.

! Divirta-se

Por falar em televisão, a novela *Êta Mundo Bom!* vai ter continuação, vai virar *Êta Mundo Melhor!* Foi dito que você não chegou a um acordo com a TV Globo para voltar com o personagem Professor Pancrácio.
Não fui convidado, essa é a verdade. Já fiz tanta coisa em *Êta Mundo Bom!*, não sei quantos personagens dentro da novela. Eu adorei fazer! Era uma festa, muito agradável. Achei normal não estar na continuação.

Com o resgate de novelas antigas pelo Globoplay, vejo muito gente pedindo um nova exibição de *Um Sonho a Mais*, de 1985. Nela, você, Ney Latorraca e Antônio Pedro se vestiam de mulher. Houve selinho, casamento. Foi uma novela ousada para a época, não?
Teve de tudo! O Carlão (*o ator Carlos Kroeber*) era mais velho que nós, e também se vestiu de mulher. Era uma novela divertida, um tema leve. Brincávamos muito. Sobretudo com o Ney. Fomos fazer cenas no Egito. Eu sentei com a figurinista e pedi que ela fizesse roupas para diversas situações. O Ney, não. Ele contava que, no aeroporto, via passar as malas escritas Marco Nanini, Marco Nanini, Marco Nanini e só uma escrita Ney Latorraca. Ele tinha muito humor. Sinto muita falta do Ney.

Pretende ainda fazer TV?
Depende do personagem, se não for algo muito trabalhoso. Representar é o que eu gosto de fazer. Onde é, tanto faz. Já tentei escrever. Admiro quem escreve. Até escrevi umas pecinhas, mas não deram certo. Fui ver uma delas e achei péssima! Não gostei de ver meu texto. Não sei escrever. Tenho preguiça, na verdade. Achar a palavra certa. Já faço isso no teatro, tenho de encontrar a emoção certa. Já basta.

Em 2023, você deu uma entrevista para o 'Estadão' na qual disse: 'Eu me considerava um garoto e, de repente, entendi que era um senhor, envelheci'. Passados dois anos, como se sente em relação a isso?
O momento dessa entrevista foi o exato em que percebi, que me dei conta. De lá para cá, a toda hora acontece isso comigo: 'Meu Deus, envelheci mais!'. É outro estágio (*de vida*). E estou gostando. Estando com bichos, com amigos, água fresca e pão, está ótimo!

O público te olha como o grande ator que é, te coloca nessa espécie de panteão dos grandes atores...
Não faço a menor ideia, sabe? Não faço mesmo. Eu não me considero nele. Faço questão de não me considerar, porque senão eu fico muito vaidoso e muito prepotente. Isso não me interessa.

Mas tem de viver com isso.
Não vivo. Para mim, tanto faz. Claro, a pessoa chega carinhosa para mim, chega, às vezes, carinhosa demais, aí eu tenho que dar um... Ficar mais calmo, né? Mas eu gosto do ser humano, eu represento o ser humano. Então, tenho de gostar do ser humano, das pessoas. Eu gosto muito da ralé, das pessoas pobres. Tivemos (*ele e Libonati*) um galpão na Gamboa, onde fazíamos muita coisa popular. Era o Instituto Galpão Gamboa, um projeto social. Tinha aula de muay thai, ioga para terceira idade, aula de capoeira, de teatro, ah, bom, outra coisa, não tenho memória. Não tenho mesmo.

Você havia declarado que não tinha memória recente, é isso?
Parece que também não tenho mais memória mesmo (*risos*).

Como lida com isso?
Não tenho o que fazer. Só tenho de admitir e me adaptar. É o que eu faço. ● DANILO CASALETTI

O Traidor
Teatro Moise Safra.
Rua Prof. Walter Lerner, 315,
Várzea da Barra Funda. 5ª e 6ª, 20h;
sábado, 17h e 20h; domingo,
16h e 19h. R$ 250. **Até 22/6**

Eufrázio



Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Transtorno da civilização
Data estelar: Marte ingressa em Virgem

No mundo ideal em que os humanos se comportassem sempre sobre o princípio da retidão, os governos seriam dispensáveis, porque as pessoas saberiam se organizar comunitariamente, não apenas diante das catástrofes como também, e principalmente, em torno da preservação da ordem cotidiana.

No mundo real, a retidão é moeda rara dos relacionamentos humanos, porque o normal é ser substituída por diversas gradações de corrupção, pela simulação do talento, pela mentira, pela inveja, ciúme e ambição desmedida, todas condições inconfessas, mas projetadas na escolha dos governantes, aos quais se dá permissão para serem corruptos.

Esse transtorno da civilização não tem como durar para sempre, porque produz doenças, mortes e um estado de insegurança insuportável, mas quando será que acaba? Só o Divino sabe a resposta! ●

ÁRIES 21-3 a 20-4
Ignorantes espirituais como somos, é comum que busquemos longe o que está ao alcance de nossa mão. No entanto, há horas em que a percepção parece ficar mais clara e conseguimos valorizar o que está disponível. Em frente.

TOURO 21-4 a 20-5
Se você tiver de investir força demais para fazer acontecer suas pretensões, provavelmente os resultados não serão tão compensadores quanto imaginado. Procure ter isso em mente para não enfiar os pés pelas mãos.

GÊMEOS 21-5 a 20-6
A impaciência não vai ajudar, pelo contrário, tende a atrapalhar os bons planos que você colocou em andamento. O assunto é, como conter a impaciência se ela se apresenta como uma emoção absoluta? Resolva essa charada.

CÂNCER 21-6 a 21-7
De vez em quando é necessário dizer algumas palavras duras para colocar limites, porque do jeito que as coisas andam no mundo, as pessoas não têm muita noção do que provocam. Esta é sua hora de colocar limites. Em frente.

LEÃO 22-7 a 22-8
Dizem por aí que a pressa é inimiga da perfeição, mas também há momentos em que se torna necessário sacrificar a perfeição em nome de agir de forma contundente, enquanto as circunstâncias o demandarem. Em frente.

VIRGEM 23-8 a 22-9
Você não precisa continuar engolindo sapos e levando desaforo para casa, agora é seu momento de revidar e de mostrar firmeza às pessoas que parecem ter se convencido de que você aguentava tudo. É sua hora de revidar.

LIBRA 23-9 a 22-10
Vista seu melhor personagem e aja indiretamente para influenciar as pessoas a fazerem o que você deseja, mas como se fosse ideia delas, e não sua. Isso vai requerer manobras sofisticadas de sua parte. Você consegue.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11
O estado atual do mundo deixa as pessoas desnorteadas, mas como ninguém pode assumir essa condição abertamente, tudo é mascarado com atitudes agressivas. Você não precisa dar importância a essa condição.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12
Mesmo que seu planejamento não esteja completo, é hora de colocar tudo em prática, nem que seja para testar os resultados e ver de que maneira retificar o andamento de tudo. Nada de teoria, muita prática.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1
Há coisas que se solucionam com tempo enquanto há outras que é necessário intervir de imediato, para que não degringolem. Resta saber se você terá discernimento suficiente para distinguir umas das outras.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2
Enquanto houver suspeitas, haverá também emoções desencontradas, que pela sua própria natureza provocarão distúrbios nos relacionamentos. Isso não é o fim do mundo, mas pode parecer que é. Não é mesmo?

PEIXES 20-2 a 20-3
Quando os ânimos se exaltam em torno de picuinhas, isso indica que há medo acumulado na alma das pessoas envolvidas, e por isso, não vale a pena levar muito a sério a situação, mas deixar passar em brancas nuvens.

Cinema

Filme brasileiro que se passa em Israel entra para o top 10 da Netflix

Coincidindo com os ataques aéreos entre o país e o Irã, 'Viva a Vida' fala de uma volta às origens familiares

O filme brasileiro *Viva a Vida*, filmado em cenários internacionais como Israel, Estados Unidos e México, estreou em janeiro nos cinemas brasileiros e está no top 10 dos filmes mais vistos da Netflix Brasil nesta semana. Disponível nessa plataforma, ele se encontra em quinto lugar, à frente de produções como *Wonka* e *Guerra Mundial Z*. A posição ocorre em meio aos conflitos entre Irã e Israel, marcados por ataques aéreos mútuos.

Viva a Vida é uma comédia dramática que mistura road movie e uma história de amor familiar de Jéssica (Thati Lopes) – jovem que descobre, em uma loja, um medalhão igual ao deixado por sua mãe e que cruza com a existência de um primo (Rodrigo Simas). Juntos, os dois viajam a Israel em busca de suas histórias familiares, que incluem a fuga de Hava (Regina Braga) e Ben (Jonas Bloch), um casal que abandonou tudo para viver um grande amor longe do Brasil.

A conexão com o passado, tema central do longa, tocou a diretora Cris D'Amato, para quem a busca pelas raízes tem uma força universal. "Jéssica começa o filme achando que está sozinha no mundo, mas descobre que não é bem assim. É uma história sobre esperança, recomeços e sobre como a vida pode surpreender a qualquer momento", explica.

Para a equipe, filmar em Israel trouxe momentos curiosos. "Quando foi aniversário do Júlio Uchôa, nosso produtor, segui a tradição israelense e mandei fazer camisetas personalizadas com o rosto dele. Foi divertido, uma maneira de nos conectarmos ainda mais com a cultura local", conta. ●

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz



Recruta Zero Mort Walker



Turma da Mônica Mauricio de Sousa



O melhor de Calvin Bill Watterson



Frank & Ernest Bob Thaves



BEM PENSADO | *"O bom humor é generoso: dá mais do que recebe"* **Émile-Auguste Chartier**



Prato do dia

Patrícia Ferraz *E-mail: patriciacferraz@gmail.com; instagram: @patriciacferraz*

Batata assada com fundo de alcachofra e bacon

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO



Comida de assadeira é uma grande pedida: você põe tudo no mesmo refratário, tempera e leva ao forno. Aí é só esperar. Além de ser fácil, prática e reconfortante, ainda é ambientalmente saudável, porque você não vai precisar lavar uma pilha de panelas. Esse prato combina apenas três elementos, batatas, bacon e alcachofras – e dá um show de sabor. Não vou mentir para você, costumo usar os fundos de alcachofra em conserva em vez de prepará-los em casa. Só compro alcachofra in natura quando vou fazer recheada, aí vale o trabalho.

Ingredientes
Para 4 pessoas

_ 400 g de batatas bolinhas
_ 1 pote (400 g) de fundo de alcachofra em conserva
_ 200 g de bacon cortado em cubos
_ óleo de oliva extravirgem para regar
_ sal e pimenta-do-reino moída na hora a gosto
_ salsinha fresca a gosto

Preparo
Fácil. 40 minutos

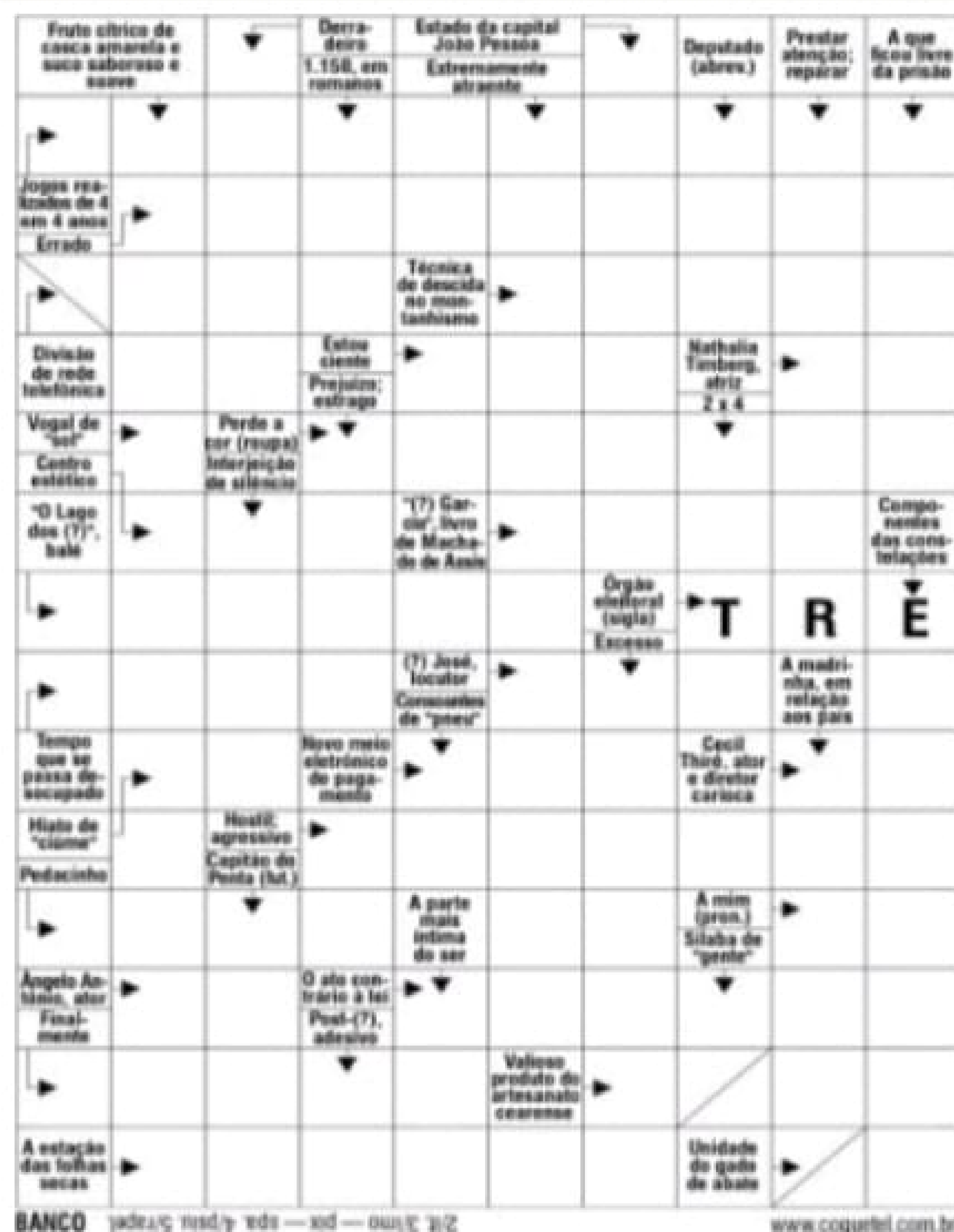
1. Corte as batatas ao meio, ponha em uma assadeira untada com um pouco de azeite. Tempere com sal, pimenta-do-reino e regue com bastante azeite.
2. Leve para assar em forno a 200°C por cerca de 30 minutos, até que fiquem douradas.
3. Escorra e lave os fundos de alcachofra. Corte-os em pedaços.
4. Tire a assadeira do forno, adicione os fundos de alcachofra e o bacon. Volte ao forno por mais 15 minutos.
5. Finalize com um fio de azeite, salsinha fresca e sirva quente como acompanhamento. ●

É JORNALISTA COM PÓS-GRADUAÇÃO EM GASTRONOMIA. COZINHA E COME A TRABALHO HÁ 24 ANOS

TER. Alice Ferraz, Patrícia Ferraz, Sergio Martins **(quinzenal)** ● **QUA.** Roberto DaMatta ● **QUI.** Alice Ferraz, Luciana Gorbán **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Luisa Silvestre **(quinzenal)** e Maria Fernanda Rodrigues **(quinzenal)** ● **SAB.** Alice Ferraz, Suzana Borelli ● **DOM.** Alice Ferraz, Leandro Karnal, Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas https://bit.ly/45YIFkC



BANCO

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Procure e marque, no diagrama de letras, as palavras em destaque no texto.

O dominó



~~**JOGO**~~ de salão formado por 28 peças pequenas, **RETANGULARES**, que podem ser de **MADEIRA**, osso, marfim ou **PLÁSTICO**. Tradicionalmente, as **PEDRAS** são **PRETAS**, divididas ao meio por uma linha, de modo a formar dois quadros, onde são marcados pontos **BRANCOS** em número de um a seis, ou sem número algum.

Joga-se com duas ou quatro **PESSOAS**, sobre uma **MESA** ou superfície lisa. Cada jogador recebe sete peças. As que sobrarem são colocadas à parte. O primeiro a jogar é o participante que tiver uma pedra **DUPLA**, ou seja, na qual os dois quadrados tenham o mesmo número de **PONTOS** marcados (exemplo: seis e seis). O jogador seguinte deve colocar, ao lado da peça da mesa, uma com o mesmo número de pontos marcados, e assim sucessivamente para os demais jogadores. Aquele que não possuir em sua mão **NENHUMA** peça com os mesmos pontos deverá **"COMPRAR"** entre aquelas que se encontram separadas. Quando **ESGOTADAS** as peças suplementares, o jogador **PASSA** a vez. O **VENCEDOR** é aquele que primeiro conseguir colocar na mesa todas as suas peças. A contagem dos pontos é feita pela soma dos pontos das pedras que restarem na mão dos **ADVERSÁRIOS**.



© Revistas COQUETEL

SUDOKU

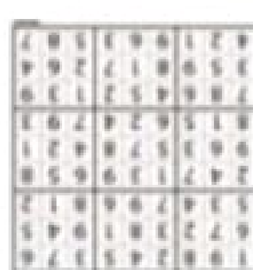
NA WEB | Jogue o sudoku https://bit.ly/45YIJ3Q

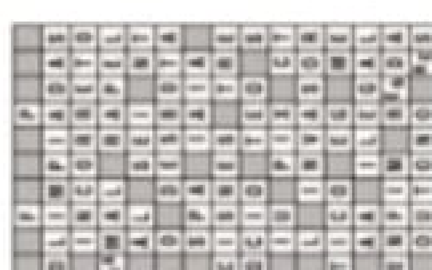
Nível Fácil

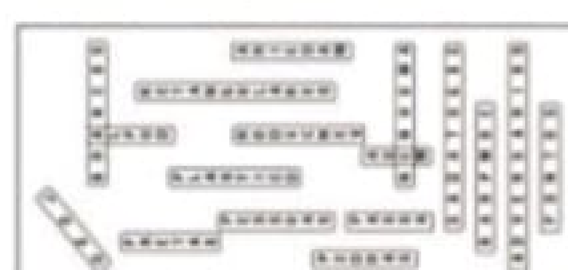


		2	3		1	9		
	3	4	7		6	8	1	
	4	7		3		6	5	
			5		8			
	1	5		2		7	9	
	8	6	4		2	1	3	
		9	8		7	2		

SOLUÇÕES

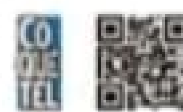








SEUS PASSATEMPOS PREFERIDOS SEM SAIR DE CASA
#FaçaCoquetel



ASSINE AGORA!

Eufrázio



Pioneiro em imagens de Paralimpíadas, João Maia tem trajetória retratada em um curta-metragem

Fotógrafo em todos os sentidos, driblou a cegueira







RICARDO MAGATTI

Primeiro fotógrafo com deficiência visual a cobrir eventos de paratletismo, João Maia, de 49 anos, já cobriu três edições de Jogos Paralímpicos, dá palestras, workshops, exposições, ensina e inspira pessoas com deficiência visual a fotografar. Agora, tem um curta-metragem em forma de documentário para chamar de seu.

Lentes da Alma, curta de cinco minutos, mostra a jornada do piauiense da cidade de Bom Jesus, da cegueira causada por uma uveíte bilateral aos 28 anos até seu trabalho como fotógrafo esportivo há mais de duas décadas.

Foi estranho, em um primeiro momento, para João ser protagonista na produção porque, justifica ele, não é todo dia que se vê um personagem cego, negro e nordestino ganhando visibilidade.

"Mas esse estranhamento rapidamente deu lugar a uma profunda alegria e um senso de propósito", afirma. "É como se o filme fosse uma lente adicional, amplificando a mensagem que sempre quis passar: a de que a arte, a paixão e a determinação podem nos levar muito além das nossas limitações físicas."



'Lentes da Alma'
Curta-metragem de cinco minutos com a jornada de João está nos cinemas desde abril e também pode ser visto no YouTube

O curta estreou em abril nos cinemas e está disponível no canal do YouTube da TIM, que é apoiadora da produção. Foram produzidas versões especiais com audiodescrição e tradução em libras.

"Minha jornada no mundo da fotografia é a prova de que a deficiência visual não precisa ser um limite, mas sim um novo jeito de enxergar e interagir com o mundo", diz, orgulhoso de sua trajetória, ao **Estadão**.

"Sempre digo que meus olhos não veem, mas minha alma e meu coração sentem e transformam essas sensações em imagens", explica João. "Se minha história puder inspirar uma única pessoa com deficiência visual a perseguir seus sonhos, a descobrir um talento ou a ir além das expectativas que a sociedade impõe, já me sentirei realizado."

João nasceu com catarata congênita, portanto, teve, desde sempre, uma visão limitada. Ele chegou a passar por uma cirurgia, que não foi capaz de restaurar a visão porque o nervo óptico já estava comprometido. O fotógrafo permaneceu com deficiência visual severa e, com o tempo, perdeu completamente a visão. No curta, ele comenta que pensou que a cirurgia fosse salvar a sua visão, mas deu, na verdade, uma nova maneira de enxergar a vida.

A uveíte bilateral, inflamação na íris dos dois olhos, não teve causa descoberta e foi considerada autoimune pelos médicos. Na prática, João perdeu a visão total do olho direito e manteve a percepção de cores e vultos no olho esquerdo, mas com alcance de somente 15 centímetros.

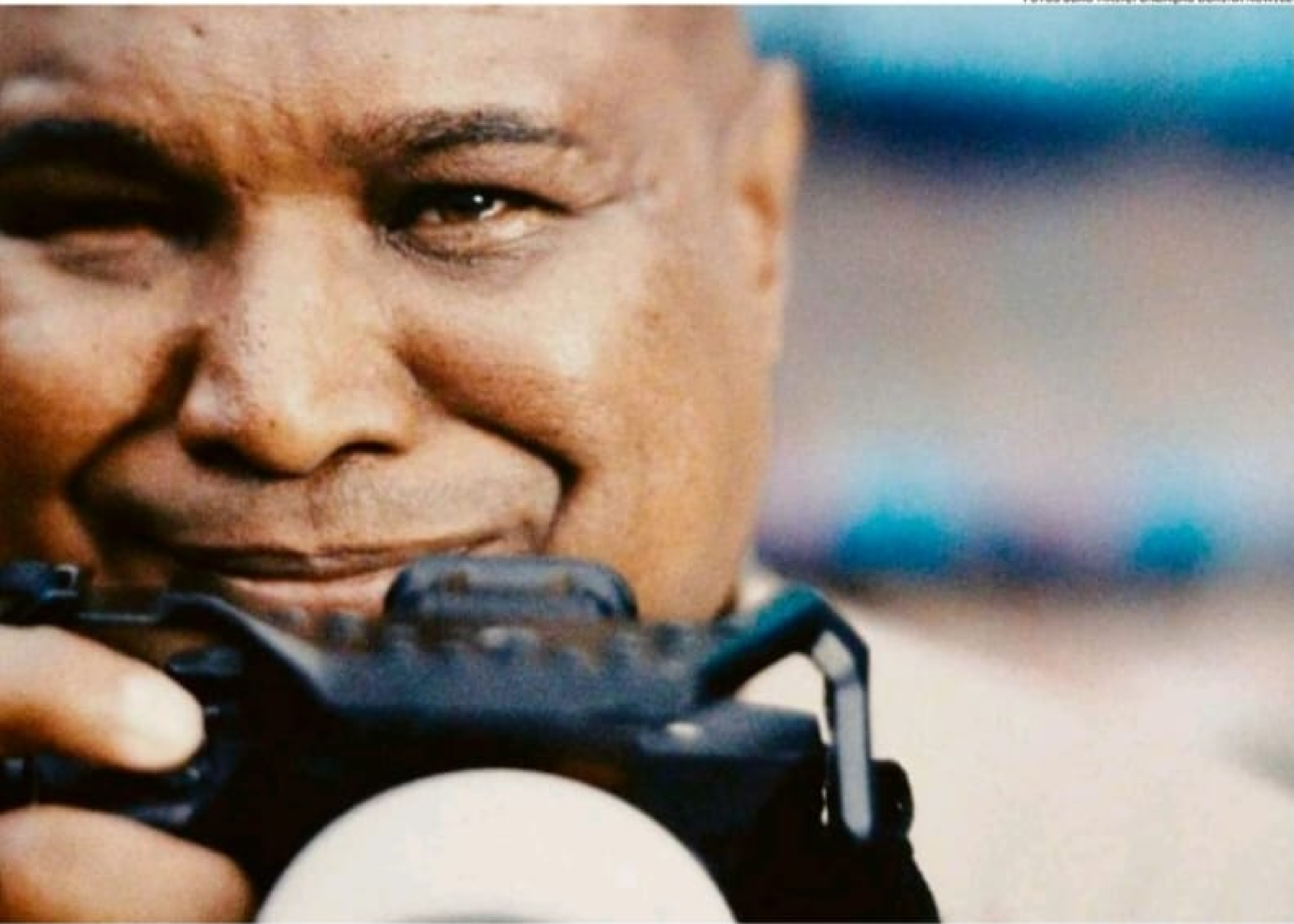
Não foi um obstáculo para João. Ele seguiu se dedicando à fotografia, lançando mão de outros sentidos, como audição e tato, para "enxergar" o mundo ao redor de uma outra maneira, como ele enfatiza no filme. "Comecei a 'ver' o mundo não apenas pela luz e pelas cores, mas pelas texturas, pelos sons, pelos cheiros, pelas sensações que as pessoas e os lugares me transmitiam", acrescenta.

SENSIBILIDADE APURADA. O olhar ampliado lhe permitiu perceber sensações antes despercebidas, como o vento no rosto, o cheiro da terra, o som dos pássaros e fez o profissional fotografar o que sente e imagina. "É um processo muito mais interno e, de certa forma, muito mais rico. A cegueira me roubou a visão, mas me deu uma sensibilidade e uma percepção que eu talvez nunca tivesse desenvolvido se continuasse a 'enxergar' da forma tradicional."

Nas competições, o fotógrafo conta com um assistente que atua como intérprete. O ajudante descreve cenas, cores e luz. João faz o restante para o registro. Ele fotografa diferentes modalidades, do paratletismo ao futebol de cinco.

Quando vai a uma arena esportiva, diz não estar ali apenas com uma câmera, mas imerso no ambiente, e sua →

FOTOS JOÃO MAIA/FUNDAÇÃO DORINA NOWILL









1. Fotógrafo esportivo há mais de 2 décadas, João descobriu novo jeito de enxergar
2. Registro de Beth Gomes, ouro em Paris
3. Vinícius Rodrigues, atleta bicampeão paralímpico
4. João Maia faz registros de diversas modalidades paralímpicas, como o vôlei sentado
5. Futebol de cinco é uma das modalidades clicadas pelo piauiense
6. João diz conseguir antecipar movimentos e se conectar com a emoção do atleta



câmera se transforma na extensão de seus aguçados sentidos. "Ouço a respiração dos atletas, o impacto dos pés no chão, o som da bola, o grito do técnico, a pulsação da torcida. Sinto a vibração do solo, a energia do ar quando um atleta passa correndo perto de mim. Percebo o cheiro da grama molhada ou do suor", descreve.

"Consigo antecipar movimentos, entender a intensidade do momento. Me conecto com a emoção do atleta: a raiva, a alegria, o foco, a superação. É como se eu me tornasse parte da cena, em harmonia com o que está acontecendo", explica.

João se alegra com o espaço que tem e as suas conquistas pessoais, mas se chateia com a realidade: há poucas oportunidades para pessoas com deficiência em diversas áreas, incluindo as coberturas esportivas. "Precisamos de um movimento maior", cobra.

PROJETO. Foi para mudar essa realidade, entre outros fatores, que ele decidiu criar o Fotografia Cega, projeto em que ensina pessoas com deficiência visual a fotografar. Para capacitar os alunos, João Maia usa a tecnologia com ferramentas inclusivas, como a audiodescrição.

"É inspirador observar a dedicação, a curiosidade e a maneira única como cada um deles desenvolve seu próprio 'olhar cego'. Eles aprendem a sentir a cena, a ouvir o ambiente, a tocar as texturas, a se conectar com o momento de uma forma profunda", conta. "E o resultado são fotografias que, muitas vezes, me surpreendem pela sensibilidade e pela forma como conseguem capturar a essência do que 'viram' sem usar a visão convencional."

Versatilidade
João Maia já trabalhou em três edições dos Jogos Paralímpicos e fotografa de futebol de cinco a paratletismo

Para João, cinco medidas darão mais espaço e oportunidades a profissionais com deficiência visual em grandes coberturas: quebra do paradigma da visão convencional, incentivo da inclusão desde a formação, investimento em acessibilidade e tecnologia, conscientização e mudança de mentalidade e dar visibilidade a histórias de sucesso.

"É preciso mais do que apenas vagas, é preciso uma mudança cultural. A deficiência não deve ser vista como um obstáculo, mas como uma característica que pode enriquecer a equipe com novas ideias e abordagens", considera o fotógrafo. ●

Literatura **Mercado**

Devocionais ganham espaço de olho no público cristão

Aumento no número de leitores evangélicos impulsiona novos volumes e autores, que movimentaram vendas na Bienal do Rio

SABRINA LEGRAMANDI
RIO

São 365 páginas. Uma para cada dia do ano. A ideia não é ler tudo de uma vez: uma por dia fará com que, segundo os próprios autores, você tenha conseguido ler uma grande parte da Bíblia no fim do ano. É esse o mote dos devocionais, livros populares entre o público cristão e que "furaram a bolha" das listas de mais vendidos.

Café com Deus Pai, do pastor Junior Rostirola, foi o livro mais vendido no Brasil em 2024. Os números impressionam: segundo a Editora Vélos, criada pelo pastor para publicar as edições do devocional, já foram vendidos mais de 6 milhões de exemplares. A primeira edição é do final de 2022 e deu cria: a editora já lançou no mercado outros títulos derivados de seu best-seller, incluindo um volume infantil. "Eu não esperava que se tornasse uma coisa tão exponencial", comenta Rostirola em entrevista ao **Estadão** durante a Bienal do Livro do Rio de Janeiro.

Café com Deus Pai já chegou, também, às mãos de artistas e executivos. No ano passado, o jogador de futebol Cristiano Ronaldo publicou uma foto com o livro em mãos. Na Bienal, era impossível ignorar o público que fez fila para conseguir um autógrafo de Rostirola. O pastor, que atua na Igreja Reviver, com sede em Itajaí, em Santa Catarina, foi recebido como uma espécie de celebridade.

Ele acredita que *Café com Deus Pai* "foi uma porteira para os demais devocionais do Brasil". Para ele, além do conceito de ser diário, o texto atrai pela linguagem que utiliza. "O livro conduz as pessoas a não terem medo de falar com Deus, porque, às vezes, elas criam barreiras", comenta o pastor. Segundo ele, o conceito do "café" veio por associar a rotina a um encontro com a espiritualidade.

Sem muita demora, o formato proliferou. A autora Djessi, formada em marketing e artes cênicas, aposta em seu primeiro devocional, *No Altar – Um Devocional Prático de 63 Dias para Atingir a Plenitude de seu Corpo, Mente e Espírito* (Ed. Thomas Nelson Brasil), previsto para ser lançado no dia 21, que ela define como "uma jornada prática e espiritual". "Esse devocional tem um versículo para cada dia, mas também tem muito da minha história e das minhas experiências pessoais com Deus. Quero que as pessoas se sintam próximas a mim, como se fosse um diário", diz.

Segundo Samuel Coto, diretor editorial do Grupo HarperCollins Brasil, as mulheres são as maiores consumidoras de livros cristãos – e, por isso, os devocionais voltados para o público feminino são os mais procurados. A Rocco, conhecida por publicar de Clarice Lispector a Harry Potter, agora lançou um selo dedicado apenas a devocionais. Durante a Bienal, a editora apostou em dois lançamentos: *Novisalmos*, do pastor Fábio Sombra, e *Líderes Que Oram*, de Ryan Skoog, para empreendedores cristãos.

"Nós sempre estamos de olho nas tendências – e, com esse crescimento vertiginoso do mercado cristão, achamos importante ter um selo para atender também esse público, com obras que agradem tantos aos católicos como aos evangélicos", explica Bruno Zolotar, diretor comercial e de marketing da Rocco.

CRÍTICAS. A popularização dos devocionais também despertou críticas. Há aqueles que se dividem entre achar os livros "simplistas demais" ou enxergar o gosto do público por eles como um sinal de uma ascensão do conservadorismo. E as reações, é claro, não demoraram. Junior Rostirola diz não se importar com os comentários negativos. "Toda vez que você se levantar para fazer algo grande, vai ser criticado. Nem todo mundo vai concordar com você", afirma.

Samuel Coto acredita que associar o aumento recente das vendas dos devocionais com o conservadorismo é "uma análise rasa". O diretor editorial do Grupo HarperCollins diz que o gênero sempre foi um "megasseller" no mercado de livros religiosos. O que ocorre, agora, argumenta, é que os devocionais também são consumidos por um público que não os conhecia e o mercado editorial percebeu o leitor cristão protestante brasileiro como um dos principais consumidores de livros no Brasil.

"A *Bíblia* protestante, por exemplo, é de longe o livro mais vendido no País há muito tempo. Não vejo 'volta' ao conservadorismo. Vejo partes da sociedade brasileira percebendo, tardiamente, que o evangélico é uma força cultural no nosso país", comenta.

> ***"A Bíblia protestante é de longe o livro mais vendido no País há muito tempo. Não vejo nesse movimento uma 'volta' ao conservadorismo. Vejo partes da sociedade brasileira percebendo, tardiamente, que o evangélico é uma força cultural no nosso país"***
> **Samuel Coto**
> **Diretor editorial do Grupo HarperCollins**

Bruno Zolotar, da Rocco, afirma que enxerga o gosto pelos devocionais mais como uma atração pela "meditação". "Há uma necessidade de desconexão que as pessoas têm hoje. É praticamente uma forma de 'mindfulness', de focar no presente e em si mesmo", diz. Para ele, o gênero "continuará a ser uma parte importante do mercado de livros cristãos" por bastante tempo. "O que pode e deve mudar são os devocionais no topo da lista de mais vendidos."

Zolotar também aposta que, até o fim do ano, os devocionais continuarão nas listas dos mais vendidos. Segundo ele, "como toda tendência no mercado, há um momento de pico. Depois, as vendas caem e vem a estabilização num patamar sempre acima do que havia antes da 'onda'". ●



INSTAGRAM/@JUNIORROSTIROLA

Público fez fila para conhecer Junier Restirola, de 'Café com Deus Pai'

Para lembrar

Religiosos venderam 51,3 mi de exemplares

- **Livros religiosos são os que mais vendem exemplares no Brasil, com 51,3 milhões de livros, o que corresponde a 29,5% da venda total de edições físicas. Os dados referem-se a 2024 e são da pesquisa Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro, coordenada pela Câmara Brasileira do Livro e pelo Sindicato Nacional dos Editores**
- **A venda de livros religiosos correspondeu a um faturamento de R$ 652,45 milhões no ano passado**
- **Segundo a Pesquisa Retratos da Leitura 2024, os livros evangélicos e espíritas são os mais escolhidos, enquanto os católicos enfrentaram queda com relação a 2019**

Editoras vendem mais no primeiro final de semana

A Bienal do Livro do Rio de Janeiro teve os ingressos esgotados no sábado, 14, no primeiro final de semana da nova edição. Pontos do Riocentro ficaram intransitáveis, com filas extensas do lado de fora dos estandes das grandes editoras. Nas redes sociais, vídeos mostravam a presença maciça de público e visitantes pediam que a próxima edição seja realizada em um espaço maior. A organização afirmou que já esperava um público historicamente maior no final de semana.

Editoras já comemoram um aumento de vendas em comparação com 2023. A Record registrou aumento de 45%, número semelhante ao apresentado pela Rocco, que vendeu 42% a mais. A Sextante diz ter vendido 70% a mais. A Intrínseca afirma ter tido o faturamento impulsionado por Lynn Painter. O crescimento em relação a 2023 foi de 63%. A Companhia das Letras não divulgou números, mas falou em "resultados positivos" no primeiro fim de semana. ● S.L.

Números

70%
foi o aumento nas vendas da Sextante com relação a 2023

63%
foi o aumento na Intrínseca